**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

CARINA INSERRA BERNINI

**De posseiro a assentado:
a reinvenção da comunidade do Guapiruvu na
construção contraditória do assentamento
agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, Sete
Barras-SP.**

**São Paulo
2009**

CARINA INSERRA BERNINI

**De posseiro a assentado:
a reinvenção da comunidade do Guapiruvu na
construção contraditória do assentamento
agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, Sete
Barras-SP.**

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Geografia Humana.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques

**São Paulo
2009**

CARINA INSERRA BERNINI

De posseiro a assentado:

**a reinvenção da comunidade do Guapiruvu na construção
contraditória do assentamento agroambiental Alves,
Teixeira e Pereira, Sete Barras-SP.**

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Geografia Humana.

Área de Concentração: Geografia Humana

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

O resultado de 3 anos de pesquisa, que se apresenta materializado nesse volume, é fruto de um processo de trabalho, que mesmo solitário, contou com a colaboração inestimável de muitas pessoas, em diferentes etapas e de diversas formas.

Começo agradecendo a comunidade do Guapiruvu pela confiança, receptividade e acolhimento durante esses anos de visitas e estadas no bairro. Em especial agradeço a Gilberto e Lila pela acolhida em sua casa e pela prontidão em me ajudar, sempre que necessário. À Dona Matilde pela recepção em sua casa e pelos almoços e jantares fartos e saborosos. À Dona Rosa e Dona das Dores pelas prosas regadas com o café do quintal e pelas prendas que trouxe para casa. Ao Agnaldo e Oziel por me guiar a pé nos caminhos do assentamento, embaixo de sol e chuva. A todos vocês muito obrigada pela paciência e disposição em dividir comigo suas lembranças, seus saberes, suas angústias e suas expectativas.

Aos meus pais, Edson e Heloísa, por proporcionarem toda minha formação ética e intelectual. Por me ensinarem o valor da solidariedade e da luta pela vida, colaborando com a minha identificação pela luta para a transformação social.

Ao meu irmão Cassiano pelo respeito e fraternidade. À minha irmã Clarissa pelo companheirismo e por compartilhar comigo boa parte das minhas idéias e ideais.

Ao Caio e ao Rafael, do INCRA, e ao Júnior, do DEPRN, pelas entrevistas e acesso a informações, dados e mapas, necessários a realização da pesquisa.

Aos amigos da Ing-Ong pela parceria de trabalho no Vale do Ribeira, em especial Alessandra Martins e Alessandro Santos.

Aos colegas do Laboratório de Geografia Agrária, especialmente os companheiros e amigos do Campo em Movimento: Aldiva, Andrei, Antônio, Lúcia, Vilma, Luis Fernando, Josoaldo, Rysvênia e Yamila, pela troca de idéias e de experiências, imprescindíveis para a construção intelectual.

À Cida, amiga querida, que mais uma vez me auxiliou na construção dos mapas. Obrigada pela dedicação e prestatividade.

Ao Edu, pelo companheirismo, paciência, dedicação e inestimável apoio emocional nesses já quase 3 anos de relacionamento. Obrigada pela ajuda, especialmente nos trabalhos de campo, e por compartilhar de forma generosa suas idéias, seus conhecimentos e suas experiências.

À Profa. Sueli Angêlo e ao Prof. Tônico pelas contribuições valiosas na qualificação.

À querida Valéria de Marcos, amiga e professora, por contribuir na minha formação como pesquisadora e professora.

Ao CNPq pela bolsa de mestrado concedida.

À Ana Maria Galetti e Ana Paula Teixeira, grandes mulheres, que ao longo desses anos têm me ajudado a suportar a dor e a alegria de experimentar a vida.

Um agradecimento especial à querida Marta, mãe intelectual, que, como mãe, me apontou caminhos com maestria, me acolheu nos momentos de angústia, se dedicou com seriedade e competência a cada etapa da pesquisa e me ensinou a importância do rigor teórico. Obrigada por ter aceitado comigo o desafio da orientação no momento da sua distância física e por dividir seus ensinamentos comigo. Saiba que minha admiração e carinho cresceram após esses anos de convivência.

Resumo

BERNINI, Carina Inserra. **De posseiro a assentado**: a reinvenção da comunidade do Guapiruvu na construção contraditória do assentamento agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, Sete Barras-SP. 2009. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

A presente pesquisa aborda o processo de construção do assentamento agroambiental PDS Alves, Teixeira e Pereira, localizado no bairro do Guapiruvu (Sete Barras-SP), a partir da análise do processo de redefinição dos usos da terra e da floresta nesse território. Para isso, analisa as diferenças de interesse quanto ao uso da terra e da mata do assentamento existentes entre os grupos (comunidade, associação local e Estado) envolvidos na construção do mesmo e os fundamentos de tais diferenças. A pesquisa se apóia em extenso trabalho de campo, desenvolvido com base na observação participante e em entrevistas abertas, além de levantamento bibliográfico e documental. Localizado no Vale do Ribeira-SP, o bairro do Guapiruvu é vizinho ao Parque Estadual Intervales, Unidade de Conservação de Proteção Integral. Após 40 anos de luta pela terra, a comunidade do Guapiruvu teve os seus direitos sobre a terra reconhecidos, porém sob a condição de vê-la transformada em um assentamento agroambiental e, com isso, tem tido que se submeter a novas orientações e restrições em relação aos sistemas agrícolas e de manejo adotados. A combinação entre luta pela terra e ambientalismo mostrou-se decisiva para assegurar a permanência da comunidade em seu território. Mas a relação entre a espacialização das políticas agrárias e ambientais, que se desdobram no Plano de Desenvolvimento Sustentável do assentamento, e a territorialidade dos assentados desencadeou novas contradições e desafios que se somaram a outros já existentes. Esta situação tem revelado a necessidade de refletirmos sobre os limites apresentados pela solução da questão agrária pela via ambiental. Tal procedimento desloca do centro do embate político a questão da terra, conflito em torno do qual delimitam-se claramente diferentes posições de classe, e a submete à ideologia ambientalista. Neste contexto, a comunidade camponesa do Guapiruvu passa a ter o dever de assegurar o manejo sustentável de seu território, segundo parâmetros definidos externamente, em nome do “interesse geral” da sociedade, enquanto continua a ser assegurada aos capitalistas a liberdade para degradar a natureza em outras áreas.

Palavras-chaves: comunidades tradicionais, conservação ambiental, reforma agrária, assentamento agroambiental, luta de classes.

Abstract

BERNINI, Carina Inserra. **From Squatter to Settler**: the reinvention of the Guapiruvu community in the contradictory establishment of the agro-environmental settlement Alves, Teixeira and Pereira, Sete Barras, São Paulo, Brazil. 2009. 170f. Thesis (Master's degree in Human Geography) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brazil, 2009.

This current study deals with the process of establishment of the agro-environmental settlement PDS Alves, Teixeira and Pereira, located in the Guapiruvu community (Sete Barras, São Paulo, Brazil), through an analysis of the process of redefinition of the uses of the land and the forest in this territory. In order to do this, the differences of interest that exist, with regard to land and forest use, among the groups (community, local association, and State) involved in the establishment of the settlement are analyzed, as are the foundations for such differences. The research is based on extensive fieldwork developed through participatory observation and open interviews, in addition to bibliographical and documental research. Located in the Ribeira Valley of the state of São Paulo, the Guapiruvu community neighbors the Intervales State Park, a conservation unit with integral protection. After forty years of struggling for the land, the rights of the Guapiruvu community over the land were recognized, but under the condition of seeing the land transformed into an agro-environmental settlement. With this, the community has had to submit to new guidelines and restrictions in relation to the agricultural and management systems adopted. The combination of struggle for land and environmental activism proved decisive in guaranteeing the permanence of the community in their territory. However, the relationship between the spatialization of agrarian and environmental policies, which are reflected in the settlement's Sustainable Development Plan, and the territoriality of the settlers brought about new contradictions and challenges that joined others already in existence. This situation has revealed the need to reflect on the limitations presented by resolving the agrarian question through an environmental route. Such a procedure displaces the question of land – a conflict around which different positions of class are clearly demarcated – from the center of the political debate and submits it to environmental ideology. In this context, the rural community of Guapiruvu thus has the responsibility of assuring the sustainable management of its territory, in accordance with externally defined parameters, in the name of the “general interest” of society, while capitalists continue to be assured the freedom to degrade nature in other areas.

Keywords: traditional communities, environmental conservation, agrarian reform, agro-environmental settlement, class struggle.

Lista de Ilustrações

Mapa 1 - Localização da Área de Estudo.....	37
Mapa 2 - Localização do Assentamento Alves, Teixeira e Pereira no Bairro do Guapiruvu.....	38
Mapa 3 - Assentamento Alves, Teixeira e Pereira: Zoneamento e Uso do Solo	75
Foto 1 - Visão das três zonas do assentamento.	76
Foto 2 - Ação de Reintegração de Posse.....	79
Foto 4 - Cultivo de Maracujá da área reintegrada do Sr. Paulo Hamada.	80
Foto 3 - Cultivo de Pupunha da área reintegrada do Sr. Paulo Hamada.....	80
Foto 5 - Alicerce da casa do Seu Pedro Batista em seu lote na Agrovila.....	85
Foto 6 - Estrada principal de acesso ao Assentamento, antes da manutenção.	88
Foto 7 - Estrada principal de acesso ao Assentamento, após a manutenção.	88
Foto 8 – Acesso Principal ao Assentamento: “pinguela” sobre o Rio Etá.....	89
Foto 9 - Encontro da estrada principal de acesso ao Assentamento com o Rio Etá.	89
Foto 10 - Bananeira do lote do Seu Zé Miséra atacada pelo “Panamá”.....	94
Foto 11 - Bananal do lote de Seu Zé Miséra.	94
Foto 12 - Seu Zé Santana mostrando o feijão colhido em seu lote no assentamento.	103
Foto 13 - Seu Zé Santana mostrando pupunha colhida em seu lote no assentamento.....	103
Foto 14 - Carregamento de pupunha, colhida em lote de Seu Zé Santana, que seria levada para Registro.	103
Foto 15 - Pasto que pertencia ao Seu Zé Santana, transformado em área comunitária.....	104
Foto 16 - Consórcio de espécies no lote de Frázio Ramos.....	137
Foto 17 - Pés de abacaxi no lote de Frázio Ramos.....	137
Foto 18 - Plantação de Taioba no lote de Frázio Ramos.	137
Foto 19 - Propriedade no bairro do Guapiruvu com morro recém queimado, já com mudas de pupunha plantadas.	147
Foto 20 - Madeira retirada do morro ao lado, antes da queimada.....	147
Foto 21 - Aplicação Aérea de agrotóxico em bananal no Vale do Ribeira.....	147
Foto 22 - Quadro de aviso de aplicação aérea.....	147

Sumário

Apresentação	10
Introdução	18
Bases teórico-metodológicas da pesquisa	22
O surgimento da problemática ambiental e seu ambíguo encontro com a luta pela terra.....	28
1. O nascimento do Guapiruvu e o encontro entre Luta pela Terra e Ambientalismo	36
1.1. Área da Posse: luta e resistência na terra.....	48
1.2. Organização comunitária e política: aproximação com o ideário ambientalista	52
1.2.1. O perfil das lideranças no Guapiruvu.....	58
1.3. O encontro contraditório: a transformação da área da posse em assentamento agroambiental	65
2. A Implantação do Assentamento Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira	69
2.1. A Proposta do Assentamento e suas Adaptações	71
2.2. A Produção no Assentamento.....	89
3. A (Re)definição de posições nos campos de lutas e os embates em torno da (re)criação da comunidade do Guapiruvu	108
Considerações Finais	154
Bibliografia.....	161
Anexos	167

Apresentação

Essa pesquisa se insere no interior da discussão mais ampla da Geografia sobre a reprodução do campesinato e sua realidade de subordinação. Mais especificamente, analisa novas formas assumidas pelos conflitos agrários envolvendo comunidades tradicionais em áreas diretamente afetadas por políticas de proteção ambiental.

O contato com o objeto de pesquisa começou ainda durante o curso de graduação, e resultou em nosso Trabalho de Graduação Individual (TGI), apresentado neste departamento para conclusão do curso de bacharelado em Geografia.

A escolha do tema de pesquisa, desde o TGI e agora no mestrado, foi influenciada em grande parte pela nossa trajetória acadêmica, mas também pelo caminhar da prática profissional e, porque não, como militante.

A partir de uma formação anterior e uma prática na área de Turismo, dedicada especialmente à problemática do Turismo em áreas naturais, sempre nos interessamos em estudar na Geografia a relação entre sociedade e natureza nas áreas onde avança o interesse pela revalorização da natureza com a finalidade de conservação e do uso indireto, como é o caso do Turismo.

Fomos compreendendo cada vez mais nessa trajetória na Geografia que o fenômeno turístico representa, na verdade, mais um braço do avanço do capital nas áreas de fronteira com modos não-capitalistas de produção. Nas áreas naturais, o Turismo, atividade identificada como defensora da conservação ambiental, se torna mais um aspecto do conflito entre modos de vida distintos.

Deparamo-nos, então, com uma questão mais ampla que é a sobrevivência de comunidades tradicionais camponesas moradoras de áreas naturais florestais, alvo de políticas públicas e práticas de conservação ambiental.

Nosso contato com essa temática aconteceu a partir do envolvimento com um projeto de formação de monitores ambientais para o trabalho em áreas naturais protegidas, especialmente Unidades de Conservação (UC's) de proteção integral. Direcionado a moradores do interior ou vizinhos às UC's, tal projeto abarcou municípios e comunidades da região do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo e Paraná.

Dentre as diversas comunidades com as quais tivemos oportunidade de trabalhar, nos chamou atenção a comunidade do Guapiruvu, em Sete Barras-SP, especialmente pelo fato de ser citada como referência de organização comunitária em todo o Vale do Ribeira. A partir do envolvimento com Organizações Não-Governamentais (ONG's) ambientalistas, o Guapiruvu havia desenvolvido uma Agenda 21¹ do bairro e uma associação local (AGUA) com representatividade na região do Vale do Ribeira.

Os projetos e ações desenvolvidos pela associação comunitária estavam relacionados com a melhoria da produção e do acesso ao mercado dos produtos dos pequenos agricultores do bairro a partir de uma nova proposta de agricultura. Havia o entendimento de que a implantação da agroecologia poderia criar possibilidades de inserção desses agricultores no mercado, e ainda colaborar para diminuir impactos negativos ao meio ambiente da agricultura convencional e do

¹ A Agenda 21 é um instrumento de planejamento difundido a partir da Rio-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro. Naquela ocasião apresentou-se um plano mundial com as transformações que os países participantes do encontro julgaram necessárias para a melhoria da vida no planeta. Após este evento, a adoção da Agenda 21 para planejamentos locais passou a ser muito comum por parte das ONG's e mesmo dos governos municipais.

extrativismo de produtos da mata atlântica. Entretanto, os primeiros contatos com a comunidade, ainda na pesquisa para o TGI, revelaram um processo de luta pela terra no bairro e indicaram uma forte relação entre a problemática ambiental (sobretudo o avanço da extração clandestina de palmito Juçara na área do Parque Estadual Intervales, vizinho ao bairro) e a dificuldade de acesso à terra na comunidade.

O primeiro trabalho de campo realizado no bairro, ainda em 2004 quando fazíamos a pesquisa para o TGI, teve um caráter exploratório e permitiu que tivéssemos contato com documentos da associação local sobre a história do bairro e os projetos desenvolvidos pela AGUA. Essa pesquisa documental foi essencial para a identificação de parceiros da associação e, portanto, dos atores sociais envolvidos na espacialização dos projetos e políticas ambientais no bairro.

A ligação do Guapiruvu com a Vitae Civilis, organização não-governamental sediada em São Lourenço da Serra, nos levou à pesquisa documental na sede da ONG, e os relatórios dos projetos desenvolvidos no Guapiruvu foram essenciais para entender a problemática da reprodução do campesinato neste bairro. O entendimento do processo de luta política pela terra no Guapiruvu se deu também pelo acesso a documentos jurídicos relativos à comunidade, facilitado pelo advogado Antônio Teleginsk, funcionário da Fundação Florestal, que participou do Grupo da Terra, formado na década de 1970, para resolver os conflitos fundiários no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPLA).

Importante relatar que a nossa chegada ao bairro se fez a partir da recomendação do diretor do Parque Estadual Intervales (vizinho ao bairro) à principal liderança da comunidade, Gilberto Ohta, secretário executivo da AGUA. Gilberto (quem junto com

Lila, sua esposa, nos acolheu na maioria das nossas estadas no bairro) desenvolveu o papel de informante-chave e seu caráter de liderança facilitou, a princípio, o acesso aos moradores mais antigos do bairro. As entrevistas aprofundadas com esses moradores foram essenciais para compreender a história da comunidade e nela os fatos que indicavam um processo de expropriação da terra e de subsequente luta pela posse da terra. Além disso, o contato com Gilberto permitiu-nos identificar outras lideranças, especialmente Geraldo Xavier e José Alves, que ao longo dos anos se tornaram também informantes-chaves.

A pesquisa desenvolvida no TGI se dedicou à história de 40 anos de luta pela terra no Guapiruvu, reconhecendo, ao mesmo tempo, as características do modo de vida camponês dessa comunidade. O estudo pôde analisar de que modo essa história de luta se combinou com a ideologia ambientalista para garantir a legitimidade de seu acesso e uso da terra aos olhos da sociedade moderna. Mostrou-se uma combinação positiva entre o argumento ambiental e a luta pela terra, uma vez que houve o aumento do poder de força de alguns grupos para o acesso à terra quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desapropriou a área ocupada historicamente pela comunidade e iniciou a implantação de um assentamento agroambiental. O assentamento foi criado como um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), um modelo de assentamento definido pelo INCRA para comunidades que vivem do extrativismo associado à agricultura familiar.

A pesquisa de mestrado, então, se iniciou justamente no momento posterior à homologação do assentamento agroambiental “Alves, Teixeira e Pereira” no bairro do Guapiruvu e se dedicou à análise das contradições em relação ao uso da terra e da floresta acirradas pelo processo de implantação desse assentamento.

Para perseguir o objetivo deste estudo, contamos com a Observação Participante como procedimento de pesquisa. Nesse sentido, nós adotamos a postura apresentada por Cicourel (1980) de participante como observador na qual há uma interação do pesquisador com a comunidade, inclusive desempenhando funções enquanto estiver convivendo com o grupo estudado, mas procurando sempre não intervir nas decisões do cotidiano. Na verdade, fica claro que o pesquisador está ali para realizar uma pesquisa e para isso participa da vida social do grupo para colher dados.

Entretanto, é preciso ter claro que, uma vez parte deste contexto, se é modificado por ele ao mesmo tempo em que o modifica. Por isso mesmo, quanto maior a interação entre o pesquisador e o grupo pesquisado, menor será o estranhamento causado pelo emprego das técnicas de pesquisa, mas ao mesmo tempo maior o envolvimento com os problemas cotidianos do grupo. Assim, melhor será a troca de experiências e conhecimentos, desde que o pesquisador mantenha consciência das diferenças entre os papéis de cada um.

Os trabalhos de campo realizados para a pesquisa de mestrado se iniciaram em 2007. Em julho daquele ano voltamos ao bairro e, pela primeira vez, realizávamos a pesquisa em conjunto com o pesquisador Eduardo Castro. A companhia de alguém desconhecido da comunidade, ao contrário de intimidar os sujeitos da pesquisa, facilitou em muitos casos a relação, especialmente pela questão de gênero: a maioria dos entrevistados são homens e se sentiram mais a vontade em responder questões a outro homem. No caso da relação com as mulheres, especialmente as mais velhas do bairro, o fato de estarmos na companhia de alguém, também pareceu facilitar uma maior aproximação delas.

Nos trabalhos de campo participamos de reuniões da associação e cooperativa local, especialmente aquelas específicas sobre o assentamento. Pudemos observar as relações entre os assentados e as lideranças do bairro e ainda destes com os técnicos do INCRA. Além disso, acompanhamos algumas ações em campo dos técnicos do INCRA e dos assentados para reconhecimento e diagnóstico das áreas loteadas.

Além da observação, desenvolvemos entrevistas dirigidas com assentados nos seus respectivos lotes (quando possível), com as lideranças do bairro e ainda com os técnicos do INCRA e do Departamento de Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN), envolvidos diretamente com a implantação do assentamento.

A importância do desenvolvimento de uma relação de confiança durante a pesquisa e o entendimento de que a construção dessa confiança leva um longo período para acontecer, ficaram muito evidentes no final da pesquisa. Especialmente porque no último trabalho de campo as entrevistas semi-estruturadas tinham como foco investigar se e como estavam os assentados conseguindo viver do lote que haviam recebido, o que poderia envolver relatar o desenvolvimento de práticas consideradas ilegais. Mesmo sem que perguntássemos diretamente sobre essas práticas, os entrevistados fizeram relatos sinceros, demonstrando a confiança na relação conosco.

Mas a construção de uma relação de confiança e o envolvimento do pesquisador com o contexto da pesquisa demandam um cuidado extremo com seu papel nessa relação, especialmente por seu caráter político, quando estuda grupos em situações de conflito e de lutas políticas históricas. Por mais que levantemos críticas ao longo da pesquisa, há que se ter cuidado com a responsabilidade de não deslegitimar as

lutas da comunidade estudada, até porque nossa pesquisa tem o sentido de contribuir com a história dessas pessoas e aumentar a chance de que, cada vez mais, possam se apropriar dessa história para decidirem sobre seu futuro, entendendo a problemática da qual fazem parte.

Como veremos ao longo do primeiro capítulo, o assentamento não corresponde ao bairro do Guapiruvu. Na verdade, ele é parte da área do bairro, parte essa que foi núcleo da primeira ocupação das famílias que formaram a comunidade em meados do século XIX. Nesse primeiro capítulo focamos a origem da comunidade no contexto mais amplo do Vale do Ribeira e no estado de São Paulo. Também mostramos como se desenrolou o processo de luta política pela terra no bairro e como a combinação com uma organização comunitária focada na problemática ambiental desembocou na implantação do Assentamento Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira.

No segundo capítulo dedicamos a análise ao processo de implantação desse assentamento, suas características, peculiaridades e conflitos principalmente no que diz respeito aos usos da terra e da mata. Chamamos atenção para as dificuldades de implantação de sistemas de cultivo e de formas de trabalho pensados especialmente para assentamentos do tipo PDS.

O terceiro capítulo analisa as contradições mais amplas que estão envolvidas no processo de construção do assentamento como território dessa comunidade. Para isso, chama atenção para os diversos entendimentos em relação aos usos da terra das comunidades tradicionais. Além disso, discute as necessidades quanto ao uso da terra e da floresta dos diferentes atores que se relacionam nos campo de lutas (sobretudo o agrário e o ambiental) e suas consequências para a construção do

assentamento. Por fim, analisa a característica dialética das relações entre os atores atuantes em diferentes escalas e que se fazem presentes nesses campos de luta, repercutindo diretamente nos conflitos e desafios da territorialização dos assentados no Guapiruvu.

Introdução

O objetivo deste trabalho é compreender o processo de construção do assentamento agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, – o que, simultaneamente, equivale à reinvenção da comunidade do Guapiruvu, - a partir da análise do processo de definição dos usos da terra e da floresta nesse território. Para isso, é necessário entender as diferenças que estão na gênese dos interesses de uso dos recursos do assentamento, ou seja, discutir não apenas as concepções, os entendimentos em relação a esse uso, mas as necessidades dos diferentes grupos que se relacionam no processo de construção desse território.

O estudo do processo de implantação do assentamento agroambiental Alves, Teixeira e Pereira contribui para a compreensão de tensões que são desencadeadas pelo processo contraditório de uso da natureza de forma mais sustentável dentro do movimento mais amplo da sociedade capitalista e pelos encontros e desencontros entre as demandas da sociedade nacional e da comunidade local que aí se espacializam.

Entendemos a comunidade do Guapiruvu como um grupo em constante movimento, cujo modo de vida se define e re-define ao longo da história. Sendo assim, a apreensão da trajetória e dos encontros que marcam a formação desse grupo é fundamental para compreendermos as escolhas e formas sócio-espaciais que ele vai tomando, com base na mobilização de sua história incorporada no(s) *habitus* e nas posições que assume nos campos de lutas em que se situa². Por isso, as

² Dissertaremos mais sobre os conceitos de *habitus* e *campo*, a seguir, no item dedicado às bases teórico-metodológicas da pesquisa.

origens e os processos que estão na base da formação dessa comunidade serão tratados com detalhes no primeiro capítulo desse trabalho.

A pesquisa no Guapiruvu é relevante porque trata da análise da luta e da reprodução de um campesinato identificado como tradicional numa realidade de vizinhança a uma Unidade de Conservação (UC), num momento posterior ao do reconhecimento de seus direitos territoriais. É bastante recente o processo histórico de aceitação pelas autoridades nacionais da legitimidade e direito de permanência das comunidades tradicionais dentro e no entorno das UC's. A Constituição de 1988 reconheceu o direito à terra das comunidades remanescentes de quilombos (artigo 68 das Disposições Transitórias), além de promulgar a proteção às manifestações culturais dos demais grupos formadores do “processo civilizatório nacional”.³ Entretanto, data de 2007 o Decreto Federal 6040 que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), na qual se define o que se entende por comunidade tradicional e por territórios tradicionais⁴. No âmbito da política de reforma agrária, é de 1999 o decreto nº. 477/99 que instituiu os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's), um tipo diferenciado de assentamento direcionado às comunidades que vivem do extrativismo e da agricultura de subsistência.

Diante dessas inovações institucionais, fruto de intensas lutas políticas, faz-se oportuno o estudo dos conflitos e contradições envolvidos no processo de efetivação de tais direitos e de implementação das políticas especiais concebidas para essas

³ A Constituição Federal de 1988 também reafirmou e expandiu os direitos dos povos indígenas, sobretudo porque reconheceu os direitos originários sobre as terras ocupadas tradicionalmente, cabendo à União a demarcação e a proteção dessas terras. Além disso, reconheceu a organização social, línguas e tradições dos diversos povos indígenas assegurando o direito da sua reprodução.

⁴ Trazemos essas definições, no âmbito da PNPCT, no capítulo 3.

comunidades. Entendemos que essas políticas representam mediações-chave no processo de definição das formas de organização e uso da natureza. O caso escolhido permite, ainda, a análise das divergências e complementaridades existentes entre as diretrizes políticas do INCRA e da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo⁵, órgãos das esferas de governo federal e estadual respectivamente, e suas diferentes formas de atuação junto ao público alvo, ou seja, como tais mediações se espacializam.

A pesquisa pretende colaborar para o entendimento de como esses sujeitos se posicionam nos campos de lutas ambiental e o da questão agrária, compostos por novos atores e políticas, assim como redefinem suas relações internas e sua organização social no que diz respeito ao uso da terra e dos recursos da natureza.

Analisar como vem se configurando a organização política comunitária no Guapiruvu nos ajuda justamente a compreender como os camponeses vêm dialogando politicamente com os demais atores sociais e em que medida esse diálogo e essa organização tem permitido a continuidade da comunidade no seu território. A análise da convergência dessas diferentes forças políticas no Guapiruvu também nos permitirá contribuir para a compreensão de como essa classe social, o campesinato, é desarticulada e contraditoriamente recriada no seio da sociedade capitalista.

Essa pesquisa contribuirá, ainda, para a análise desse processo no caso de comunidades camponesas que têm na relação diferenciada com o meio ambiente natural a principal característica que define seu modo de vida tradicional, ou seja,

⁵ A Secretaria Estadual do Meio Ambiente atua na construção do Assentamento Agroambiental PDS Alves, Teixeira e Pereira, através da Fundação Florestal (FF) e do Departamento de Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN).

comunidades que dependem da agricultura familiar e do manejo de recursos naturais para sua sobrevivência.

No Vale do Ribeira, é sabido que historicamente as políticas públicas de conservação ambiental vêm desarticulando os camponeses. Isso aconteceu, principalmente, porque se estabeleceu em seus territórios Unidades de Conservação (UC's) que passam a ditar novas regras de acesso e uso das terras e dos recursos que antes eram mais livremente utilizadas para reprodução do seu modo de vida.

Entretanto, os conflitos que resultam das mudanças estabelecidas com a chegada das UC's e aqueles provindos do avanço da agricultura comercial, se por um lado provocam transformações no modo de vida, por outro suscitam nas comunidades formas de luta que, até o momento, vêm garantindo a continuidade de sua existência nesses territórios.

Tais comunidades, localizadas dentro ou no entorno de áreas naturais protegidas, se situam numa posição diferenciada no campo de lutas constituído em torno da apropriação e uso da natureza no Vale do Ribeira o que traz consequências diretas para a definição de sua existência. Isso porque é sobretudo em torno da questão da conservação ambiental, - necessidade vislumbrada pela sociedade moderna em vista da exploração desenfreada de recursos naturais - que se dão as relações entre esses camponeses e os outros atores sociais. Essa perspectiva determina, pois, as políticas e medidas que se configuram para os usos dos seus territórios.

O interesse em pesquisar a questão do acesso e uso da terra no Vale do Ribeira foi motivado sobretudo pela grande inquietação despertada pelo tratamento ambiental dado ao que entendo ser um problema eminentemente fundiário, especialmente no bairro do Guapiruvu.

O “casamento” com a problemática ambiental possibilitou que os camponeses do bairro do Guapiruvu permanecessem na terra, pois não foram expulsos simplesmente. Formou-se um assentamento agroambiental. Mas, em que condições se dá essa permanência? O caminho da dissertação segue no desvendamento das implicações e tensões renovadas e ou desencadeadas por essa nova realidade.

Bases teórico-metodológicas da pesquisa

Nossa análise está construída a partir de uma perspectiva materialista dialética em que as categorias-chave da pesquisa são consideradas na sua historicidade, já que são concebidas como resultado dos processos sociais. A perspectiva dialética considera que é a história quem dá sentido aos processos sociais, uma vez que aquilo que os caracteriza é o constante movimento.

Com isso, queremos dizer que é a história da comunidade do Guapiruvu que nos ajuda a reconhecer seu modo de vida e forma de se relacionar com a natureza, mas é a sua história também que deixa claro, ao mesmo tempo, que esse modo de vida está em constante movimento e que, portanto, a própria comunidade não existe como algo estável.

Para construir essa abordagem nos apoiamos nos conceitos de *campo* e *habitus* de Pierre Bourdieu. Percebemos que, por meio da noção de campo, podemos compreender melhor os processos que se desenvolvem na sociedade a partir da identificação e avaliação da importância dos embates políticos a eles relacionados. O campo, segundo Bourdieu, é o universo relacional em que estão inseridos os agentes e as instituições que se relacionam em torno de questões sociais específicas. Entendemos que a identificação de campos específicos é um recurso

analítico importante que pode contribuir de forma fecunda para a construção de uma análise dialética, Assim optamos pelo uso do conceito de campo como ferramenta para nossa análise.

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades. (BOURDIEU, 2007, p. 27 - grifo nosso)

O habitus - entendido enquanto disposições incorporadas dos sujeitos - possibilita que tratemos a cultura em constante transformação, já que destaca que os modos de vida dos sujeitos são socialmente construídos e incorporados ao longo das gerações, a partir da socialização desses sujeitos na sociedade.

A prática é, ao mesmo tempo, necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediatidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus* – entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados. (BOURDIEU, 1983, p. 65 - grifo nosso)

Assim, a prática dos sujeitos sociais, da qual nos fala Bourdieu, será resultado da relação entre o *habitus* e determinado(s) *campo(s)*, no interior de um “espaço social”⁶ em que os sujeitos vão se inserindo e sendo inseridos, ao longo da história.

É relevante destacar que chamamos de modo de vida as formas de pensar, agir e interagir no mundo, produzidas e recriadas por um determinado segmento social ou pelo conjunto da sociedade, nesse sentido, a expressão prática da cultura (MARQUES, 1994). Dessa forma, associado à noção de *habitus*, o conceito de modo de vida ganha mais movimento e fica mais claro que ele está sujeito a um processo constante de desconstrução e recriação a partir do encontro com culturas diferentes.

O modo de vida é concebido aqui, portanto, dentro de uma perspectiva histórica e dialética, admitindo que a forma de manifestar a vida é resultado da relação dialética entre o modo de apropriação da natureza, da produção dos meios de vida, as influências externas ao grupo e a consciência dos sujeitos, ao longo do movimento da história.

Nesta pesquisa, o modo de vida é analisado a partir do estudo das práticas sociais relacionadas à apropriação e uso da floresta (manejo) e da terra (produção agrícola), pois são elas centrais na determinação da forma como a comunidade do Guapiruvu vive e reproduz a sua existência. Além disso, essas práticas se constituem o principal alvo em torno do qual se relacionam os diferentes atores envolvidos na implantação do Assentamento Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira.

É importante deixar claro que entendemos que o campesinato é uma classe social, que se reproduz por meio de um modo de vida não capitalista, mas que, na verdade,

⁶ Este conceito tem caráter puramente sociológico em Bourdieu.

está subordinada à sociedade moderna. Por isso, se reproduz no diálogo constante com a sociedade mais ampla.

De fato, as relações camponesas de produção são recriadas pelo capitalismo como uma forma de permitir a produção do capital. Entretanto, essa recriação se dá de forma contraditória uma vez que o movimento do capitalismo ao mesmo tempo tem o sentido de reduzir as possibilidades de formas não-capitalistas de produção. Como explica Martins (1996):

A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições de sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais, e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado. (p.21)

Mesmo compreendida como fruto da dinâmica do capitalismo, consideramos ainda que a recriação camponesa também resulta, ao mesmo tempo, da luta política, fator imprescindível para que entendamos os camponeses como uma classe social. Assim, queremos dizer que a criação e recriação dessas formas não-capitalistas de produção passa pela vivência conflituosa desses camponeses em relação aos outros sujeitos sociais. A existência caracterizada por tensões e conflitos proporciona uma experiência de classe, já que freqüentemente se percebem em oposição a outros grupos. Nesse sentido, concordamos com Thompson (2004), para quem:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (p.10)

Além disso, é possível associar a recriação de formas não-capitalistas de produção com processos de decadência e “involução econômica”. Esta seria outra forma possível de formação de grupos camponeses.

A existência de comunidades tradicionais e de áreas naturais “preservadas” no Brasil está geralmente ligada à dinâmica de exploração econômica ao longo do desenvolvimento do capitalismo no território brasileiro. A permanência de populações tradicionais no Vale do Ribeira, por exemplo, reflete a decadência econômica daquela região, no início do século XX, e seu isolamento em face ao processo de industrialização ocorrido em outras áreas do estado de São Paulo.⁷

Tendo como premissa essa relação contraditória que possibilita a permanência do campesinato e que caracteriza, portanto, sua existência, nossa análise se insere no âmbito de um conjunto de estudos, dentre os quais se destacam inúmeros trabalhos da Geografia Agrária, voltados para compreender como esses sujeitos sociais realizam a sua existência frente a essa realidade de subordinação.

Utilizamos para nossa análise o conceito de território adotado por Marques (2000) que o entende como o espaço utilizado por uma sociedade ou grupo social para a reprodução da sua existência. O território é definido pelo conjunto de princípios firmados pelos membros dessa sociedade, e se expressa por meio de relações de apropriação e domínio do espaço. A autora explica que o contrato social que define o território:

⁷ Essa análise será mais detalhada ao longo do primeiro capítulo do trabalho.

[...] corresponde a um conjunto de princípios, explícitos ou não, que regem e orientam as relações sociais numa dada forma social, inclusive as relações que definem as formas de apropriação da terra e o regime de propriedade. Aqueles que compartilham um mesmo território devem estar submetidos a uma mesma “lei”. (MARQUES, 2000, p. 30) - grifo do autor

Essa noção de território traz elementos para discutir os conflitos que decorrem das diferenças na concepção de apropriação da terra que se expressa na territorialidade da comunidade e na espacialização das políticas agrárias e ambientais do Estado. Até porque sugere que a definição de “leis” para a utilização do espaço, que configura o território, viria por meio das relações sociais dos que compartilham esse território.

Entretanto, a legislação ambiental e agrária que define regras para a utilização do território no Guapiruvu, por exemplo, não tem uma correspondência direta com as formas de apropriação e o regime de propriedade que historicamente foram praticados por essa comunidade ao longo da sua história. Demonstrando o choque de visões e significados distintos na relação política que se estabelece no bairro do Guapiruvu, Marinho (2006) afirma:

O assentamento, denominado Alves, Teixeira e Pereira, representa um lugar para aqueles posseiros que lutam há anos pela posse da terra, com profundo significado histórico de resistência ao processo de expropriação. Ao mesmo tempo constitui mais um território no mosaico geopolítico da região, situado entre o bairro Guapiruvu e o PEI, demarcado por restrições ambientais da legislação incidente, com significados distintos para as instituições a ele relacionadas. Estas limitações implicam na necessidade de construção de formas alternativas para a implementação do assentamento e que busquem efetivar acordos. (p.39)

Diante do encontro entre diferentes aspirações e considerando as diversas demandas que se relacionam à atuação dos atores envolvidos na realização desse assentamento, analisamos, a seguir, o cenário em que surge a possibilidade do encontro entre uma agenda ambiental e aquela relacionada à reforma agrária.

O surgimento da problemática ambiental e seu ambíguo encontro com a luta pela terra

O crescimento da preocupação com a questão ambiental no mundo ocidental surge no pós-segunda guerra mundial, sobretudo na década de 1960, juntamente com outros movimentos sociais de contestação, especialmente os chamados movimentos da contracultura, movimento das mulheres, dos negros, e o movimento pacifista. O movimento ambientalista surge deste último, no contexto da guerra fria, e não se alia aos marcos daquele momento histórico. O movimento pacifista acreditava que nem o capitalismo nem o socialismo poderiam levar a humanidade a um futuro promissor, pois ambos se apoiavam em tecnologias de destruição nuclear. Ganha força no EUA e na Alemanha quando do fracasso da guerra do Vietnã e a queda do Muro de Berlim. Se despregando dos marcos políticos da época, o movimento ambientalista conseguiu comunicar-se com toda humanidade, já que falava em nome do planeta.⁸

Ao escapar de uma apropriação ao estilo capitalismo ou socialismo, Leste ou Oeste, Estados Unidos ou União Soviética, ou burguesia ou proletariado, como costumavam a semantizar-se os conflitos naqueles marcos, surgiram novos sujeitos sociais, entre eles o movimento ambientalista. [...] O movimento ambientalista se mostrará extremadamente hábil para manejar novas formas de expressar-se politicamente, através dos meios de comunicação à

⁸ Poderíamos afirmar que há um caminho aberto, a partir daí, para uma tecnização do movimento ambientalista já que não necessariamente associará os modos de vida, as relações sociais, e a formação sócio-cultural, com o uso e destruição do meio ambiente.

distância. Falando em nome da humanidade e do planeta contribuiu, como nenhum outro movimento, para a formação de uma nova comunidade de destino, a uma nova territorialidade, já não calcada no Estado nacional. (PORTO GONÇALVES, 2001, p. 67-68)

Enquanto movimento social bastante difuso - pois não há uma condição ecológica, não há uma base objetiva que o defina -, o movimento ambientalista irá impelir diversas e variadas bandeiras que se ligam com diversos e variados outros temas e lutas, desde a luta contra o desmatamento e a extinção de espécies, até aquela contra a construção de barragens, o uso de agrotóxicos e mesmo a diminuição de terras agricultáveis (PORTO GONÇALVES, 2008). E, nesse sentido, vem abarcando ao longo da história debates filosóficos e científicos de diversas naturezas e tendências⁹, muitas vezes contraditórias, pois são tributárias de visões sociais de mundo diferentes. Esses debates, que tratam, no limite, da relação sociedade-natureza, se colocam no campo de lutas da questão ambiental e, de acordo com o jogo de forças que vai se estabelecendo, determinadas visões vão se destacando como tendências e influenciando as resoluções político-jurídicas que regulam o uso dos diversos ambientes.

É possível afirmar que no Brasil a questão ambiental, no âmbito da lei¹⁰, foi influenciada inicialmente pelas concepções de preservação que estavam em voga nos EUA desde o século XIX. A idéia de preservar a natureza surgiu a princípio como resultado de uma preocupação por manter determinadas áreas intocadas frente ao desenvolvimento capitalista em marcha. Mas essa idéia de preservação não fazia crítica à moderna relação sociedade-natureza já que mantinha certas

⁹ Sobre as diversas escolas que pensam a relação sociedade-natureza e sua apropriação pelo movimento ambientalista ver DIEGUES, 2004.

¹⁰ As primeiras leis visando a regulação do uso dos recursos naturais no país são de 1934: Código de Caça e Pesca, Código de Minas, Código de Águas e o Código Florestal.

áreas protegidas da destruição, visando pesquisas científicas futuras, e mesmo a criação de um “museu” natural para a contemplação da natureza “selvagem”. Estava subjacente a essa idéia de preservação uma noção de natureza apartada do homem. Assim, para assegurar a natureza preservada, era necessário mantê-la sem qualquer uso direto da sociedade. Para Diegues (2004),

Tanto aqui [Brasil] como lá [EUA], o objetivo é conservar uma área “natural” contra os avanços da sociedade urbano-industrial, sem se atentar para o fato de grande parte dessas “áreas naturais” estarem sendo habitadas por populações que nada têm de “modernas” e “tecnológicas”. Ao contrário, em sua maioria são populações que vivem de atividades de subsistência, com fracas vinculações ao mercado e com pequena capacidade de alteração significativa dos ecossistemas. (p. 114)

O resultado objetivo desse movimento de preservação foi o processo de implantação de parques nacionais em todo o mundo como guardiões de uma vida selvagem. No Brasil, como em outros países chamados em desenvolvimento, a implantação dessas áreas, sobretudo a partir da década de 1950, chocou-se com territórios ocupados por comunidades camponesas tradicionais (agrícolas e extrativistas), o que trouxe para o centro do debate ambiental, mais claramente, o questionamento da possibilidade da convivência harmoniosa entre o homem e a natureza.

O estabelecimento de áreas protegidas no Brasil, sobretudo na Amazônia e na Mata Atlântica, a partir do governo militar, refletiu como mais um fator de desterritorialização das comunidades camponesas. Aos quatro cantos do país, os camponeses lutavam contra a expropriação resultante da expansão da infraestrutura viária, dos projetos agropecuários, hidroelétricos, de mineração, e a especulação imobiliária gerada pela orientação desenvolvimentista daquele período. Uma expropriação e apropriação de terras públicas praticada pela elite agrária

brasileira e incentivada pelo governo. Os conflitos de terra e os movimentos de resistência de posseiros e posteriormente de sem-terras multiplicavam-se pelo país, incentivados e organizados especialmente pela Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica e à Teologia da Libertação, e pelo Partido Comunista Brasileiro.

A destruição desenfreada que esse projeto desenvolvimentista proporcionava motivou, ao mesmo tempo, a reação dos ambientalistas para apressar o estabelecimento de áreas protegidas no anseio de salvar as áreas ainda preservadas.

Nesse cenário é que se intensificam os conflitos entre as comunidades tradicionais camponesas e as unidades de conservação da natureza, implantadas pelo governo. Mas intensificavam-se, também, os conflitos de terra entre camponeses, índios, grileiros e fazendeiros. Paulatinamente essas comunidades vão sendo impedidas de praticar o uso tradicional que faziam dos seus territórios ocupados historicamente. Desenharam-se aí dois campos de lutas distintos, mas convergentes em certos momentos: o agrário e o ambiental.

Como reação à visão radicalmente preservacionista que predominava na política ambiental brasileira até a década de 1980 e à desorganização e violência sofridas pelas comunidades dentro e no entorno de áreas protegidas, intensificam-se movimentos sociais e estudos sociológicos e antropológicos sobre comunidades, e a valorização dos modos de vida tradicionais. A etnociência, como ficou conhecida a corrente de estudos dos saberes, práticas e tecnologias das diversas culturas por todo mundo, chamou a atenção dos ambientalistas para a necessidade de considerar que existiam diversas noções de natureza e de relações sociedade-natureza. Além disso, a valorização do etnoconhecimento permitiu que a

conservação da natureza - motivação primeira dos ambientalistas, enquanto movimento - pudesse estar associada a essas práticas tradicionais.

Assim, abriu-se a possibilidade histórica da convergência entre a luta das comunidades tradicionais camponesas e aquela do movimento ambientalista, motivadas, entretanto, muitas vezes, por interesses e necessidades diferentes. Essas diferenças, portanto, dizem respeito, então, à natureza difusa do movimento ambientalista, que, como dissemos, comporta várias tendências; e ainda ao encontro dessas tendências com os interesses das comunidades que buscam a garantia da terra para a reprodução de suas famílias, influenciadas por um *habitus*, um modo de ser e de fazer de caráter tradicional, mas, ao mesmo tempo, sujeito a constantes transformações, resultantes, dentre outros fatores, da incorporação às suas práticas de algumas técnicas e aspirações modernas.

Reflexo e marco desse encontro, dessa convergência, é a luta dos seringueiros e dos povos da floresta na Amazônia. Apoiada internacionalmente por governos e organizações não-governamentais de caráter ambientalista, essa luta de comunidades extrativistas pelo direito de continuar ocupando a floresta e para isso mantê-la em pé, resultou na garantia de direitos legais de acesso à terra e à floresta com a formulação das reservas extrativistas.

A valorização dos saberes e modos de vida tradicionais aproximou as comunidades tradicionais camponesas da questão ambiental e, sobretudo, das políticas ambientais. A apropriação política da importância de seu modo de vida, principalmente por aquelas comunidades moradoras e vizinhas de áreas protegidas, tem sido um trunfo na luta pela permanência na terra. E essa permanência tem sido assegurada em muitos casos, então, por meio do reconhecimento da tradição, que

se expressa por um conjunto de práticas e relações sociais melhor ajustadas aos ritmos naturais e mais próximas da natureza.

O jogo de forças no campo de lutas da questão ambiental, sobretudo a partir de meados da década de 1980, tem resultado numa configuração política em que a reivindicação do direito à diferença e a valorização desse diferente como alternativa para uma convivência mais harmoniosa com a natureza são levados em consideração na formulação de políticas públicas ambientais e agrárias. Daí surgiram novas unidades de conservação como as Reservas Extrativistas, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e a própria Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, decreto de 2007. Também disputado dentro do campo de lutas ambiental e bandeira do ambientalismo social está, ainda, o direito à terra das comunidades remanescentes de quilombo, promulgado na Constituição de 1988.

Entretanto a valorização dessas diferenças constitutivas das comunidades tradicionais aparece em instrumentos político-jurídicos relacionada à noção de patrimônio cultural. Veremos que essa orientação, inspirada em uma noção de cultura cuja ênfase recai sobre os aspectos da memória e da herança cultural, é uma das sementes dos conflitos que surgem depois, quando do enquadramento destas comunidades às diretrizes conservacionistas gerais.

No estado de São Paulo, na região do Vale do Ribeira, essa disputa resultou, por exemplo, em 2006 e 2008 respectivamente, na possibilidade de reformulação de duas unidades de conservação de proteção integral, a Estação Ecológica Juréia-Itatins e o Parque Estadual do Jacupiranga. Ambas com comunidades moradoras no

seu interior desde muito antes de sua criação como áreas protegidas¹¹. Essas unidades foram transformadas em um mosaico de UC's¹² que comporta categorias de diferentes características de acordo com o uso tradicional das comunidades residentes e a necessidade de conservação dos ecossistemas. A possibilidade de compor com as comunidades tradicionais moradoras dessas áreas foi resultado de mais de 20 anos de resistência e luta das famílias, das ONG's e de alguns profissionais do próprio Estado para mudar o entendimento de relação homem-natureza que inspira a legislação ambientalista brasileira.

O assentamento agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, localizado entre os municípios de Eldorado e Sete Barras e vizinho ao Parque Estadual Intervales, emerge como possibilidade de legalização do acesso a terra para membros da Comunidade do Guapiruvu em 2005, também como reflexo dessa composição do campo de lutas da questão ambiental. Contudo, também houve uma grande movimentação dos camponeses dentro do campo de lutas da questão agrária que resultou na formulação de uma legislação específica para assentamento em áreas florestais. Portanto, o PDS foi elaborado em resposta a questões postas pela própria luta pela terra. Como veremos a seguir, a luta do grupo estudado é um exemplo disso.

Assim, por um lado, as tensões e conflitos relacionados com a reprodução sócio-territorial da Comunidade do Guapiruvu - especialmente na realização do assentamento enquanto alternativa de uso da terra e da floresta associada à

¹¹ O Parque Estadual do Jacupiranga foi criado em 1969 e a Estação Ecológica Juréia-Itatins em 1986.

¹² O Mosaico Juréia-Itatins foi julgado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em junho de 2009. A Estação Ecológica continua sendo a única unidade de conservação da área. Entretanto, com o apoio de ONG's as comunidades da Juréia estão realizando um diagnóstico e um novo zoneamento para propor um novo mosaico.

conservação da natureza - refletem as contradições que caracterizam e acompanham o ambientalismo e trazem à tona debates e conflitos não resolvidos ao longo da história desse movimento. Mas, por outro lado, essas tensões também revelam os riscos envolvidos no deslocamento da questão fundiária, que compõe o quadro do conflito entre as comunidades camponesas, áreas protegidas e terras devolutas, para a questão ambiental. O direito à terra, resultado de uma ocupação histórica em uma terra pública, que, em determinado momento, é apropriada indevidamente pelo capital privado ou mesmo pelo Estado¹³, muitas vezes é subsumido quando do tratamento dos conflitos apenas como resultado do choque de culturas e da defesa do modo de vida tradicional como conservador da natureza.

¹³ Referimo-nos à apropriação indevida do Estado na medida em que este estabelece áreas protegidas sobre o território de comunidades que tinham o direito de ter a sua posse reconhecida.

1. O nascimento do Guapiruvu e o encontro entre Luta pela Terra e Ambientalismo

O assentamento agroambiental (PDS) Alves, Teixeira e Pereira que está em implantação no bairro do Guapiruvu, localizado entre os municípios de Sete Barras e Eldorado, Vale do Ribeira-SP (vide mapa 1), é o resultado de uma história de resistência e luta, ao longo de 40 anos, da comunidade que formou este bairro em meados do século XIX. O assentamento é uma parte desse bairro rural (vide mapa 2) e se localiza na área onde se fixaram as primeiras famílias que migraram para essas terras por volta da década de 1860.

Representantes de um processo regional de isolamento e *caipirização* do Vale do Ribeira, essas famílias que chegaram à área onde hoje se delimita o assentamento vieram das proximidades de Iguape e Cananéia, subindo o rio Ribeira de Iguape e ocupando as margens dos seus afluentes em busca de terras férteis para realização de uma agricultura de subsistência. A decadência da rizicultura, a partir da segunda metade do século XIX, na região do baixo Ribeira provocou certa estagnação econômica do Vale do Ribeira e facilitou a formação de bolsões de cultura caipira, como é o caso do Guapiruvu.

A cultura do arroz chegou a conceder grande importância econômica à região do Vale em relação à província de São Paulo, contribuindo com parte significativa da população total da província, inclusive em relação ao número de negros escravizados. (PETRONE, 1961; ZAN, 1986) Outra expressão da importância que adquiriu o chamado arroz de Iguape é a quantidade de engenhos hidráulicos que

Mapa 1 – Localização da Área de Estudo

Mapa 2 – Localização do Assentamento Alves, Teixeira e Pereira no Bairro do Guapiruvu

concentrava a região do Ribeira; segundo Müller (1980), dos 119 instrumentos desse tipo que havia na província de São Paulo, 100 estavam no Vale.

A crise do arroz aconteceu devido às oscilações do mercado, fruto da concorrência com a rizicultura de outras áreas dentro e fora do país, e às dificuldades de escoamento e reposição dos meios de produção¹⁴. Segundo Zan (1986), a política econômica se volta para o desenvolvimento da cafeicultura em outras regiões do estado. Portanto, o Vale fica à margem dos investimentos na rede de transportes ferroviários e na implantação do trabalho assalariado por meio da imigração estrangeira. Para esse autor, “o Vale mergulhou num período de estagnação econômica, constituindo-se no chamado ‘Sertão do Litoral’”. (ZAN, 1986, p.25) Os relatos orais dos moradores mais antigos do Guapiruvu indicam que a origem do bairro está provavelmente ligada a esse processo regional já que na década de 1860 três famílias, os Alves, os Pereira e os Teixeira, originárias de Iguape e Cananéia, teriam formado o primeiro núcleo populacional no bairro.

A decadência do sistema produtivo do arroz, combinada com a marginalização em relação à economia cafeeira, contribuiu para a transformação do Vale em uma região específica do estado de São Paulo, considerada atrasada e estagnada economicamente. Essa situação colaborou para a manutenção de grandes áreas de terras devolutas e de uma estrutura fundiária que favoreceu a permanência de posseiros que exploram a terra de forma familiar. Fato que está também relacionado

¹⁴ Fato importante que contribuiu para a precarização do transporte nessa época foi a construção do canal do Valo Grande, em 1827. Inicialmente construído para facilitar o transporte do arroz, já que ligava o Rio Ribeira ao Mar Pequeno, trecho que tinha que ser feito por terra, a obra ocasionou o assoreamento do Porto de Iguape. O canal que foi construído com 4,40 metros de largura por 3,30 metros de profundidade, transformou-se num verdadeiro rio com o alargamento de suas dimensões (em 50 anos passou a medir 260 metros de largura por 18 metros de profundidade). O assoreamento do porto de Iguape impediu o acesso de grandes navios e comprometeu o escoamento da produção do arroz.

com a preservação de grandes trechos de mata. Durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, os moradores do bairro do Guapiruvu, assim como em outros bairros rurais da região, formaram uma comunidade rural que vivia dos recursos da mata e do cultivo de gêneros alimentícios para sobrevivência.

Paoliello (1999) destaca que o processo de *caipirização* deve-se à continuidade de relações tradicionais já presentes na época do arroz e anteriormente, quando o Vale se destacava pela mineração de ouro de aluvião¹⁵. Continuidade esta que se garante em grande parte, destaca a autora, na expansão da posse livre e que se dá ao mesmo tempo em que são observadas, também, descontinuidades, como por exemplo, a libertação dos negros escravizados.

É estabelecida, então, uma conjuntura histórica propícia à continuidade de relações tradicionais desse campesinato, relações marcadas pela manutenção da agricultura de subsistência – sobretudo o cultivo de arroz, mandioca, milho e a criação de porcos - com o uso da rotação de terras. Combinava-se ainda o extrativismo de espécies florestais – a exemplo do palmito Juçara (*Euterpe Edullis*) para consumo próprio, da madeira para a confecção de canoas, além da utilização de ervas para o tratamento de doenças – e caça e pesca de animais como complementação da dieta da família.

Relatos dos moradores do Guapiruvu caracterizam esse modo de vida tradicional que foi se desenhando ao longo desse período. Dona Rosa Teixeira, moradora mais antiga do bairro, explica: “quando chegava uma família ocupavam a terra e ninguém reclamava.” Ela

¹⁵ A exploração do ouro foi a primeira atividade marcante da colonização do baixo Ribeira, iniciada pelos portugueses já no século XVII. Essa atividade econômica logrou relativo desenvolvimento para a região e a maioria dos municípios do Vale tem sua origem na interiorização do povoamento em busca de ouro.

ainda lembra que não havia delimitação entre as terras, mas que, mesmo assim, cada família sabia e respeitava onde terminava sua roça e começava a da outra. [...] Plantavam milho, mandioca, arroz e tinham criação de galinha, de porco e até gado. A produção era para o consumo da família e o excedente, principalmente do arroz, e o gado, era comercializado para que obtivessem os gêneros e os bens de consumo que não produziam como o sal, o café e o tecido. [...] O trabalho era baseado nas formas de ajuda mútua como o mutirão e a troca de dia: “trabalhávamos na base da troca de dia, precisava derrubar e queimar uma área, reunia todo mundo e fazia. Não havia pagamento e sim troca de dia de serviço. No outro dia o grupo trabalhava na casa de outra família”, explica Dona Rosa. Seu Altino Alves, primo de Dona Rosa, explica ainda que este trabalho conjunto acontecia principalmente aos sábados. “Num sábado íamos na casa de um roçar e plantar, no outro sábado íamos na casa do outro”. Em troca, a família anfitriã oferecia a refeição, sempre acompanhada da cachaça, um dos artigos que não produziam e tinham que comprar na região. (BERNINI, 2005, p. 25-27)

Ainda que tendendo a uma economia fechada, os camponeses do Guapiruvu já apresentavam relações com o mercado local, sobretudo na venda do excedente. Essa relação de troca com o núcleo urbano de Sete Barras permitia ainda que adquirissem aqueles produtos que não podiam produzir. A caracterização do campesinato como um modo de vida quase fechado, mas com relações contínuas com a sociedade abrangente já aparece em Candido (1964) e Queiroz (1973). O primeiro em seus trabalhos sobre os caipiras de São Paulo e a segunda nas suas pesquisas sobre os bairros rurais paulistas, com destaque, inclusive, para a região do Vale do Ribeira.

A partir da década de 1940 há uma relativa mudança no papel do Vale do Ribeira em relação à economia do estado de São Paulo, passando a ser incorporada aos fluxos urbano-industriais que cresciam no estado. Esse novo papel se intensifica

principalmente a partir da década de 1950 e perdura durante todo o governo militar. A incorporação econômica do Vale do Ribeira está intimamente relacionada com o processo mais amplo de desenvolvimento, baseado na maximização do lucro, por meio da aceleração da industrialização, do investimento em projetos de infraestrutura e de agropecuária para exportação. Contribuem para essa transformação, a imigração japonesa para a região de Registro que foi responsável pela introdução do chá e da banana como culturas comerciais, e a melhoria e expansão do sistema viário, principalmente com a pavimentação da rodovia BR 116 (já na década de 1960), que liga São Paulo a Curitiba-PR.

A melhoria do sistema viário junto com a expansão da agricultura comercial colaboram para a intensificação dos conflitos de terra na região. O processo de aquisição das terras era bastante duvidoso, pois na maioria das vezes ignorava a presença de posseiros e o fato de muitas terras serem públicas. Para Müller (1980), a especulação imobiliária revelava o interesse do próprio Estado nesse processo que, ao manter-se negligente à situação de ilegalidade da aquisição das terras, fazia prevalecer grandes interesses privados.

Entretanto, ainda que tenha efeito sobre a cultura caipira, sobretudo devido à diminuição de terras para a pequena produção, esse processo de incorporação do Vale atinge indiretamente o campesinato encontrado na região, uma vez que os estímulos de desenvolvimento para o Vale do Ribeira, promovidos inclusive pelo Estado a partir de planos de desenvolvimento para a região, são intermitentes e precários¹⁶. Se, de um lado, há a modernização da economia regional, por meio da

¹⁶ Carolina Todesco chama essa relação do Estado com o Vale do Ribeira de uma “presença ausente”. “No Vale do Ribeira o Estado inicia em 1959 uma série de estudos, planos, programas e projetos visando o desenvolvimento socioeconômico da região, mas que não culminaram com uma alteração significativa de sua realidade social, dando origem a um verdadeiro paradoxo: sua presença marcada por inúmeros planos de desenvolvimento, estudos, criação de órgãos para atuar diretamente na região e ao mesmo tempo, sua

melhoria do sistema viário e da transformação de sítios e fazendas em pequenas empresas, de outro se mantém a agricultura de subsistência e o trabalho assentado sobre a mão-de-obra familiar.

Esse processo contraditório que aumenta a pressão sobre as áreas ocupadas por pequenos posseiros e, ao mesmo tempo, possibilita a manutenção de relações de produção baseadas no trabalho familiar, se revela no Guapiruvu quando analisamos a chegada da cultura da banana, na década de 1960, e posteriormente do gengibre, já nos anos 1980. Médios e grandes produtores vão incorporar áreas de pequenos posseiros para o cultivo da banana, comprando terras das famílias ou expulsando-os de suas posses. Mas esse processo não ocorre de forma totalizante e o trabalho assalariado não é implantado de forma unânime no bairro. Gradativamente os pequenos produtores vão assumindo a banana como gênero comercial e ao cultivá-la em suas posses, combinada com outros gêneros para o auto-consumo, mantém o trabalho familiar e as relações de ajuda mútua entre vizinhos.

A banana, cultivada em larga escala e com o uso de insumos e defensivos químicos, é um cultivo que demanda poucos cuidados e por isso as fazendas não empregam um grande contingente de mão-de-obra. Além disso, grande parte do bairro do Guapiruvu, assim como todo o Vale do Ribeira, é caracterizado por áreas acidentadas e outras muito encharcadas, o que dificultou a expansão de outras culturas comerciais, como a da cana-de-açúcar e do café, que dominaram outras regiões do estado de São Paulo. Esses aspectos contribuíram para que sobrevivessem as pequenas posses e com elas as roças tradicionais, ainda que sofrendo cada vez maior pressão de médios e grandes bananeiros.

ausência velada pela execução sempre parcial dos planos, como também pela ineficiência dos órgãos estaduais para viabilizar, sobretudo financeiramente, as políticas e planejar o desenvolvimento do Vale.” (TODESCO, 2007, p. 91)

Assim, desde os anos 1940, o Vale do Ribeira vinha sofrendo uma relativa transformação em seu papel na economia do estado, mas os camponeses vinham resistindo na terra tanto pela tendência estrutural da reprodução contraditória do campesinato no capitalismo, que no caso do Vale se revela no fato das pequenas posses camponesas começarem gradativamente a assumir a banana como cultivo destinado à comercialização, quanto pela sua conjuntura histórica peculiar que proporcionava uma característica descontínua de atuação dos fluxos de desenvolvimento na região.

Entretanto, no Guapiruvu, é na década de 1960, que começa um processo mais intenso de luta política pela terra na área tradicionalmente ocupada pelas famílias do bairro. Além da compra de posses efetuadas por médios fazendeiros, os moradores sofrem perda de terras por meio de grilagem. Esse processo de expulsão dos moradores de suas posses se intensifica a partir de 1966, quando as famílias da área núcleo do bairro¹⁷ são expulsas por jagunços de um suposto dono da terra, Sr. Marcelo Penteado. Esse fato por si só representa um forte impedimento à prática da agricultura de subsistência já que não mais podem ter acesso livre à terra.

Com a chegada de médios e grandes produtores de banana, a partir da década de 1960, a territorialidade dos camponeses sofre transformações. A lógica da propriedade privada da terra e da agricultura comercial entra em choque com o modo tradicional de ocupar e cultivar a terra. As práticas de auxílio mútuo também sofreram transformações. O mutirão, por exemplo, diminuiu e a própria cultura do arroz subsistiu por um tempo até quase acabar.

¹⁷ Foi nessa área em que se formou o primeiro núcleo populacional do bairro em 1860. Sobre a luta nessa área, (cunhada de área da posse) sobre a qual está se implantando o assentamento agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, nos debruçaremos com mais detalhes a seguir.

[O mutirão] começou a diminuir assim quando as pessoas de fora começaram a chegar no lugar, né. Nós mesmo quando os jagunços vieram, nós fomos expulsos duas vezes.

[O arroz] era onde que a colheita acontecia com o mutirão. Dá muito trabalho, inclusive a gente plantava um pouco de arroz aqui [na posse para onde foram após a expulsão da primeira área populacional do bairro]. Aqui a gente plantou bastante ainda. Mas vendê aqui, já vendeu pouco arroz, 30, 40 sacos. Depois parei de trabalhar e o arroz tem que plantar, colher, bater. (Seu Altino Alves, entrevista concedida em junho 2005.)

Algumas dessas famílias se tornam empregadas dos produtores de banana e outras, ocupando outras terras próximas ao núcleo de onde foram expulsas, têm suas roças diminuídas e paulatinamente vão assumindo cada vez mais a banana como gênero destinado à comercialização e diminuindo as roças tradicionais de subsistência. Algumas famílias deixam o bairro para morar nas cidades da região ou até mesmo em São Paulo.

Entretanto, como veremos mais adiante, grande parte desses moradores continuou vivendo na área de onde estavam sendo expulsos: como empregados dos fazendeiros que se apresentavam como proprietários da área e/ou como posseiros, resistindo às várias tentativas de reintegração de posse por parte dos supostos proprietários.

Quase que paralelamente aos conflitos de terra que se explicitavam no Vale do Ribeira (o do Guapiruvu é um dos exemplos), a partir da década de 1950, crescia a preocupação com a conservação ambiental dos remanescentes de mata atlântica da região.¹⁸ Diversos parques estaduais e outras categorias de Unidades de

¹⁸ A preocupação com as questões ambientais é assumida claramente no estado de São Paulo a partir do governo de André Franco Montoro (1983-1987). Mas a mudança em direção a essas questões, retirando o foco desenvolvimentista que marcou os governos autoritários anteriores, é

Conservação (UC's)¹⁹ são estabelecidas, e já na década de 1980, é criada a Secretaria do Meio Ambiente no estado de São Paulo, intensificando a política de fiscalização ambiental.

Juntamente com o avanço da agricultura comercial, a política ambiental realizada por meio do governo estadual desarticulou os camponeses uma vez que interferiu na forma como estes organizavam os fundamentos de seu modo de vida, qual seja, a relação com a terra, o trabalho e a família. Isso aconteceu, principalmente, porque, além das médias e grandes propriedades agrícolas, foram estabelecidas em seus territórios as UC's que passaram a ditar novas regras de acesso e uso da natureza. A constituição das áreas protegidas impossibilitou, em muitos casos, sobretudo naqueles em que os camponeses foram incluídos a revelia dentro de UC's, as práticas tradicionais, tais como a roça feita no sistema de coivara, a caça de animais e o extrativismo de espécies florestais. Proibidas de tirar da terra e da floresta o seu sustento e sem serem de fato indenizadas ou reassentadas, as famílias foram jogadas na ilegalidade e passam a sofrer ações violentas como apreensão de cultivos, de animais e de espécies florestais; humilhações de guardas florestais; multas e até prisões.

No Guapiruvu, o incremento da fiscalização ambiental se intensifica quando são criados dois Parques Estaduais, Intervales²⁰ e Carlos Botelho, vizinhos ao bairro, nos anos 1980. Iniciam-se vistorias, realizadas pela Polícia Militar Ambiental, nas

resultado da maior força que foi adquirindo o movimento ambientalista no Brasil. Reflexo dessa reorganização do campo de lutas ambiental é a promulgação da Política Nacional do Meio Ambiente em 1981 e, no mesmo ano, a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

¹⁹ No Vale do Ribeira, temos como exemplo: o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), em 1958; o Parque Estadual do Jacupiranga, em 1969; o Parque Estadual Ilha do Cardoso, em 1962; o Parque Estadual Carlos Botelho, em 1982; e a Estação Ecológica Juréia-Itatins, em 1986.

²⁰ O primeiro núcleo populacional do bairro, onde está sendo implantado o assentamento agroambiental, é contíguo ao Parque Estadual Intervales (vide mapa 2), fato que, como veremos mais adiante, colocou desafios para a implantação da Política de Reforma Agrária do INCRA.

áreas de mata dentro e fora dos limites dos parques em busca de práticas “proibidas” como o corte de espécies vegetais (sobretudo o palmito Juçara, espécie que começa a ser ameaçada de extinção devido à sua exploração comercial) e a caça de espécies animais. Além disso, estas práticas passam a ser coibidas com a instalação de postos de fiscalização dentro dos parques e a contratação de guarda-parques e vigias²¹.

A diminuição da área das pequenas posses e do cultivo de gêneros comerciais e para o consumo nela realizados, vai levando os moradores do Guapiruvu a ficarem cada vez mais dependentes do extrativismo predatório do palmito Juçara. Essa situação se agrava a partir do final da década de 1990, quando o cultivo do gengibre não consegue mais empregar boa parte da mão de obra do bairro, diminuindo as opções de emprego para essas famílias. No mesmo período, acirra-se o conflito pela “área da posse”²² e o aumento da importância da atividade de extrativismo do palmito Juçara coincide com o incremento da fiscalização ambiental, deixando os moradores do Guapiruvu numa situação duplamente vulnerável: insegurança, tensão e ilegalidade vividos em relação à posse da terra e ao trabalho.

²¹ O Parque Estadual Intervales possui um núcleo de fiscalização no Bairro Guapiruvu que leva, inclusive, o nome do bairro. Outra base de fiscalização, Saibadela, localiza-se próximo ao bairro e dela partem as equipes de vigias para realizar a fiscalização: “Na base Saibadela ficam sediadas as 2 equipes de fiscalização, compostas de 4 vigias, que se revezam em turnos de 7 dias. De lá partem para as ações de fiscalização em toda a porção do parque correspondente ao Vale do Ribeira. As operações são realizadas em conjunto com a Polícia Ambiental e, segundo a administração do parque, em média são feitas 10 a 12 operações por mês que variam de 12 a 24 horas de duração. Nestas ações costumam ser apreendidos palmito cortado no mato e algumas vezes fabriquetas do produto. Agem também a partir de muitas denúncias.” (BERNINI, 2005, p. 39)

²² No item a seguir nos dedicaremos ao detalhamento da história do conflito de terra na área da posse.

1.1. Área da Posse: luta e resistência na terra

O processo de luta pela terra que se estabelece no Guapiruvu começa em 1966 quando o Dr. Marcelo Penteado alega ser o dono das terras chamadas judicialmente de Fazenda Boa Vista. A área que vinha sendo ocupada desde a década de 1860, quando os primeiros habitantes do Guapiruvu chegaram à região, havia sido julgada devoluta do Estado de São Paulo em 1943, quando da sentença da discriminatória. Entretanto, após esta sentença, o mesmo juiz alterou sua decisão e declarou-as como particulares. (São Paulo, 2002, fls 006) O primeiro núcleo populacional do bairro se formou, então, nesta área que passa a ser foco de um conflito pela posse da terra e que, mais tarde, será vizinha a uma UC (vide mapa 2).

O conflito se inicia com a expulsão dos moradores pela ação de jagunços chefiados pelo Chefe Araribá²³, segundo o relato dos mais antigos. Houve naquela ocasião, queima de moradias e saque de animais e da produção. Desde essa época, é iniciada a luta jurídica em busca do reconhecimento da legitimidade da posse dos moradores tradicionais do Guapiruvu situados na área.

O primeiro processo pleiteado pelos moradores reivindicava o usucapião e data de 1966²⁴. Neste, o advogado Walter Pinto Ribas argumenta a favor da legitimidade da posse dos moradores baseando-se na antiguidade dessa ocupação e no fato de serem as terras devolutas. Nesta ação chegaram a ter “justificada a posse”, mas o processo acabou sendo arquivado devido à não continuidade do seu

²³ O Chefe Araribá, como era conhecido Raimundo Santana, foi um jagunço muito atuante no Vale do Ribeira durante as décadas de 1960 e 1970. Foi considerado o “símbolo do Jagunço” na região, temido por muitos, devido ao seu envolvimento em conflitos de terra. Segundo a Tribuna do Ribeira (s/d), esteve envolvido, durante toda sua vida, em 136 processos criminais, inclusive incluindo pena de prisão por prática de escravidão branca.

²⁴ Partes dos autos desse processo estão no Anexo A desse trabalho.

acompanhamento por parte do advogado. Os autos desse processo relatam a violência com que foram tratados os moradores já na década de 1960:

Ocorre, todavia, que o inventariante e herdeiro de nome Marcelo Pio da Silva, ao tomar conhecimento da intenção dos suplicantes de se valer das disposições legais vigentes – para promover nesse respeitável juízo o reconhecimento de seus direitos firmados no decurso de mais de 1 (um) século de posse mansa, pacífica e sem solução de continuidade, coadjuvado por numeroso grupo de indivíduos desclassificados – passou a praticar contra a propriedade adquirida pelos usucapientes e contra a própria pessoa física dos mesmos toda a sorte de violências e arbitrariedades capituladas no Código Penal Brasileiro. (RIBAS, 1966, fls. 3)

É a partir da primeira expulsão - do início, portanto, de uma luta jurídica - que os moradores do Guapiruvu começam a se identificar como posseiros, termo que não era de domínio dessa comunidade até então. Tanto que a partir daí, a área que sempre ocuparam com suas roças e moradia passa a ser chamada de “área da posse”.

Após menos de um ano de permanência dos jagunços, a terra foi abandonada durante 6 anos e apenas em 1973 a empresa Villares se apresentou como dona da área. Durante 12 anos plantaram banana e arrendaram parte da área de mata para um grupo de catarinenses que extraíram palmito e madeira. Em 1985 a Villares deixou a área que permaneceu abandonada até o ano de 1989.

A comunidade passou então a reocupar a área abrindo roças para o plantio de gengibre que despontava como gênero comercial importante para o bairro. A estrada de acesso à área era conservada em regime de mutirão e as plantações de gengibre realizadas em grupo. Foi ajuizada, em 1989, uma ação de Reintegração de Posse contra os moradores locais em nome de Heribaldo Siciliano Villares. O juiz, em 1991,

concedeu liminar de reintegração de posse à Villares, decisão que instaurou um clima de medo e revolta no bairro.

Nesta época a Comissão Pastoral da Terra (CPT) auxiliava a organização dos posseiros investigando os fatos e juntando documentos que provassem a ligação histórica desses moradores à terra. Denunciavam, na verdade, uma situação de conflito fundiário comum a muitas famílias do Vale do Ribeira. Um jornal regional que deu destaque, em 1991, ao conflito do Guapiruvu, assinalou:

Os conflitos fundiários voltam a preocupar o Vale do Ribeira com a conclusão de ações de reintegração de posses que determinam o despejo de dezenas de famílias de bairros rurais dos municípios de Pedro de Toledo, Eldorado, Sete Barras e Miracatu. Segundo cálculos da CPT, cerca de 250 famílias poderão ser expulsas por meio de ação policial a qualquer momento. Muitas prometem resistir porque estão historicamente ligadas à terra. (FAMÍLIAS, 1991, p. 6)

Foi em 1992 que os posseiros do bairro sofreram o primeiro despejo judicial. Mesmo tendo acatado a ordem da justiça, houve a ação de jagunços que queimaram casas e plantações. No ano seguinte, os posseiros organizaram um acampamento na cidade de Eldorado²⁵ com o intuito de protestar contra a falta de respeito da justiça para com a sua causa. Permaneceram um mês acampados recebendo doações da igreja e da população.

O conflito se acirra a partir de então, pois, uma série de despejos acontece no ano de 1993. Após o acampamento em Eldorado, os posseiros decidem voltar para a área de onde são sistematicamente despejados por jagunços durante seis a sete meses. Esta situação colaborou para que o grupo de posseiros se organizasse mais

²⁵ A área da posse, Fazenda Boa Vista, ou Assentamento Alves, Teixeira e Pereira, se localiza no perímetro do município de Eldorado, apesar de não ter acesso direto ao núcleo urbano deste município. É por isso, inclusive, que é a prefeitura de Sete Barras que responde pela infra-estrutura de todo o bairro do Guapiruvu, mesmo na área pertencente a Eldorado.

em torno da luta pela terra. Em 1994 conseguem realizar uma reunião com o INCRA e outra com o ITESP.

Mesmo assim, o conflito continuou e entre 1994 e 1998 permaneceram ocupando a área ainda que sob pressão de jagunços. Em 1998 sofreram o segundo despejo judicial fruto de outro processo de reintegração de posse ajuizado por Adroaldo Tavnres, novo proprietário que se apresentava. Adroaldo chegou a oferecer a cessão de 15 alqueires de terra dotada de infra-estrutura. Os posseiros, em assembléia, decidiram aceitar, no entanto, este acordo nunca foi cumprido já que a área oferecida não poderia ser cultivada uma vez que era coberta de mata.

A especulação imobiliária se acentua e um agrimensor a serviço de uma imobiliária divide a área em 43 lotes para serem vendidos. A venda de lotes se realiza e Paulo Hamada e Shigeo, dois grandes produtores de banana, compram três lotes cada um. A negociação deste lotes vem acompanhada de derrubadas e destocadas, inclusive para exploração de madeira de lei, denunciadas pelos posseiros ao INCRA e ao Ministério Público em 1998.

Em junho de 1998 Adroaldo trouxe 34 imigrantes de Bom Jesus da Lapa, norte da Bahia, para trabalharem na terra. Segundo os posseiros, foram atraídos por promessas de melhoria da qualidade de vida, no entanto passaram fome, frio e até dormiam em meio a agrotóxicos. A CPT e os posseiros auxiliaram o grupo de imigrantes para que fizessem uma denúncia à promotoria pública. Como resultado, Adroaldo foi obrigado a levá-los de volta à Bom Jesus da Lapa.

A saída dos imigrantes e uma nova possibilidade de reintegração de posse estimularam a continuidade da luta, intensificando a partir de então a aproximação dos posseiros com os órgãos públicos responsáveis pela questão: ITESP e INCRA.

Também estimulou que os posseiros reocupassem a área já que o Adroaldo diminuiu sua intervenção, principalmente depois que foi obrigado a levar os trabalhadores da Bahia de volta a sua cidade.

Desde que a causa foi levada ao INCRA e este passou a considerar a possibilidade de conseguir a terra para resolver a questão fundiária na comunidade, iniciou-se uma série de levantamentos para comprovar que a área poderia ser destinada ao assentamento das famílias. A principal controvérsia se assentava na questão das restrições ambientais. O INCRA defendeu, inicialmente, o arquivamento do processo, já que a área é vizinha ao Parque Estadual Intervales e apresenta-se em grande parte coberta por mata primária²⁶. Mas a organização comunitária e política da comunidade alcançou um desfecho favorável para o conflito de terra quando aproximou a questão fundiária da questão ambiental no bairro. Porém, este fato colocou outros desafios para a implantação do projeto de reforma agrária no bairro.

1.2. Organização comunitária e política: aproximação com o ideário ambientalista

A resistência das famílias na terra e a organização desses “posseiros” levou à sua articulação política com setores do governo do estado de São Paulo, sobretudo a Fundação Florestal (FF) e o Departamento de Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN), órgãos da Secretaria do Meio Ambiente, e com Organizações Não Governamentais (ONG's) de caráter ambientalista. Foi a percepção de que seria necessário considerar a questão ambiental na luta para o reconhecimento do direito

²⁶ A legislação do INCRA proíbe a implantação de assentamentos rurais em área de floresta. Portaria MEPF nº 88/99.

à terra, que proporcionou um passo à frente nas negociações com os órgãos do governo responsáveis pelo processo de reforma agrária.

É interessante e relevante perceber, como veremos a seguir, que a identificação do bairro do Guapiruvu com a questão ambiental e o desenvolvimento e fortalecimento da sua organização comunitária e política são processos intimamente relacionados. Entretanto, a relação entre a problemática ambiental no bairro e o processo histórico de luta pela terra acontecerá a posteriori, quando em determinado momento, essas duas frentes se encontram, contraditoriamente.

Papel decisivo para a aproximação com os órgãos ambientais do governo do estado teve a associação comunitária do bairro: a AGUA. Formada em 1997²⁷, a Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável do Guapiruvu (AGUA) é fruto, principalmente, da intervenção de uma ONG ambientalista, o Vitae Civilis (VC), que, junto com os moradores do bairro, realizou uma Agenda 21 do Guapiruvu.

A Agenda 21 foi um dos principais resultados do projeto “Da Mata à Casa” desenvolvido pelo VC no bairro. Com o objetivo de conciliar a conservação da Mata Atlântica com o uso sustentável dos seus recursos naturais tendo como mote o manejo de plantas medicinais, esse projeto gerenciado pelo VC tinha como frentes de ação: 1) a pesquisa etnobotânica e etnográfica de extratores e produtores de plantas medicinais da região do Vale do Ribeira; 2) a difusão dos conhecimentos e informações geradas; 3) o apoio e o fortalecimento da organização de grupos da sociedade civil. (VITAE CIVILIS, 1997)

²⁷ Quando da sua fundação o nome da instituição era Associação de Moradores e Amigos do Guapiruvu (AGUA).

Dentro da terceira frente estava previsto o fortalecimento de uma comunidade rural. Para o desenvolvimento desse aspecto, o bairro do Guapiruvu foi o selecionado dentre oito comunidades visitadas pela ONG. O objetivo do Vitae Civilis era o de gerar renda por meio do manejo de plantas medicinais, entretanto, segundo o relatório do projeto, as ações a serem desenvolvidas considerariam as prioridades da comunidade.

O conflito de terra na área da posse no bairro é identificado pela ONG, mas, para o desenvolvimento do projeto, o VC preferiu trabalhar apenas nas áreas de posse pacíficas.

Apresentam também uma vasta área de mata sem que, no entanto, esteja igualmente distribuída entre os sítios localizados na área de posse pacífica. Existe uma área vizinha que há muito tempo alguns dos moradores procuram se apossar, onde se encontram áreas de mata em diferentes estágios sucessionais. Já praticam desmatamentos para agricultura nesta área que atualmente está em litígio judicial. Diante de tal situação o Vitae Civilis propôs-se trabalhar inicialmente nas áreas em condição pacífica. (VITAE CIVILIS, 1997, p.134)

Naquele momento, portanto, o VC não identificou a relação da situação de precariedade de grande parte dos moradores do Guapiruvu e do aumento do desmatamento com a questão fundiária do bairro. Basta notar que a luta que parecia essencial para a efetivação de qualquer projeto de geração de renda, não foi apoiada pelo VC a princípio.

No entanto, foram a fundação da AGUA e a elaboração da Agenda 21 Comunitária, os resultados que mais trariam frutos no processo de organização comunitária do bairro e posteriormente na luta pela terra. Em 27 de setembro de 1997 o grupo mais

atuante da comunidade no projeto “Da mata a Casa” fundou a AGUA. Esta associação continuou a trabalhar com o VC e o principal resultado dessa parceria foi a publicação da Agenda 21 do Bairro do Guapiruvu.

A construção desse documento trouxe certa projeção para o bairro do Guapiruvu que passou a ser uma referência de planejamento local no Vale do Ribeira. Além disso, a participação no projeto do VC proporcionou que as lideranças do bairro freqüentassem eventos em outras regiões do estado e até do país, o que colaborou para a afirmação de alguns líderes como intermediários entre a comunidade e outros atores sociais.

[...] a associação já estava formada, aí então também foi isso, que quando a gente formou a associação foi muito rápido essas coisas também. Daí o Vitae Civilis me convidou pra um monte de coisas de desenvolvimento sustentável, e eu comecei a aparecer como uma das lideranças... [...] Eu acho que a gente já tinha, por exemplo, assim, eu, o Alceu, o Geraldo, nós já tinha, Dona Matilde, nós já tinha conquistado uma legitimidade, né, com Agenda 21. Com essas coisas, porque nós fomos pioneiros nisso no Vale do Ribeira, né. Aí quando a gente conquistou essa confiança das ONG's ambientalista e dos estado ambientalista, daquelas pessoas que eu falei que são estratégicas em cada órgão, a gente acabou conseguindo uma boa parceria política. (Gilberto Ohta, entrevista concedida em 24/01/2005)

Apesar de não compreender a luta pela terra como o centro da problemática do Guapiruvu, o VC abriu portas para que outras ONG's trouxessem projetos para o bairro e para que também os órgãos do governo, principalmente aqueles ligados ao meio ambiente e à agricultura, se aproximassem da realidade desta comunidade. A formação da associação local foi também essencial para que a comunidade se envolvesse com mais afinco do processo de luta pela terra.

Dentre os projetos da AGUA, desenvolvidos ao longo dos seus 11 anos de existência, o que mais agregou a comunidade é aquele cunhado de Agroecologia. Iniciado em 1999, tem como objetivo a melhoria da produção e comercialização sobretudo da banana, principal gênero comercial cultivado no bairro. O resultado mais significativo desse projeto foi a união dos pequenos produtores do bairro em torno de uma cooperativa de comercialização, a Cooperativa de Produtos Sustentáveis do Bairro do Guapiruvu (COOPERAGUA). Ainda que não consiga garantir que a produção da maioria das famílias da cooperativa seja agroecológica²⁸, a COOPERAGUA vem proporcionando o escoamento da pequena produção no bairro, aspecto que contribuiu significativamente para a melhoria das condições de vida de muitas famílias, algumas delas assentadas do PDS.

Outra frente importante da COOPERAGUA é o beneficiamento da banana, da mandioca e da polpa do palmito Juçara, o que tem sido responsável pela criação de produtos derivados com maior valor agregado. Algumas mulheres do bairro já produzem a banana e mandioca chips, banana passa e farinha de banana. Muitas famílias também já têm quantidade considerável de pés de palmito Juçara em suas propriedades e o manejo e o recolhimento do fruto da palmeira representam uma alternativa de renda futura. A comercialização desses produtos é feita também pela COOPERAGUA, mas de forma ainda bastante incipiente.

É mister salientar que a escolha do VC para implantar um projeto de desenvolvimento local no Guapiruvu não foi por acaso. Já havia um princípio de

²⁸ A COOPERAGUA ainda não consegue acessar mercados específicos para a produção agroecológica, o que coloca esse produto em desvantagem de competição com a banana convencional. Isso acontece porque a banana agroecológica tem uma aparência diferente da convencional, pois em geral é menor e mais manchada. Quando comprada pelo atravessador junto com as convencionais tende a ser desvalorizada (recebe um preço menor) e até mesmo descartada. Sobre os desafios do sistema de cultivo e do escoamento da produção trataremos com mais afinco nos capítulos seguintes.

organização na comunidade que a tornava atrativa para a intervenção de ONG's externas à região do Vale do Ribeira. Na década e 1980, quando o bairro estava no auge da produção do gengibre, nascia um embrião da organização comunitária que iria se consolidar nos anos 1990. O governo Montoro, que incentivava a conservação ambiental, também proporcionou a formação das Escolas Rurais Comunitárias que tinham como grande diferencial a escola como um centro de socialização da comunidade.

A escola do baixo Guapiruvu entra nesse processo e no começo dos anos 1980 forma a associação de Pais e Mestres cujos participantes serão as principais lideranças da organização comunitária do bairro (AGUA), fundada em 1997.

Logo que eu dei aula aqui eu já fui presidente da associação de pais e mestres. Eu já tinha aquela coisa de visualizar uma associação. Daí eu fui presidente, aí formamos o pais e mestres na escola. Então uma das coisas legais é que no governo Montoro ele criou as escolas comunitárias. A professora tinha que mobilizar, articular a comunidade. Escolas Rurais Comunitárias, aí a professora ganhava bem pra isso, ela tinha um período integral de aula, ela tinha que ensinar as pessoas a compartilhar, a se socializar tal, se unir. E aí nessa época eu comecei ajudando a montar essa escola daqui. (Gilberto Ohta, entrevista concedida em 24/01/2005)

A preocupação com a conservação ambiental também já se fazia presente nessa época. Os então jovens da comunidade organizaram um clube de jovens que promovia ações muitas vezes com um caráter ambientalista.

E aquela história a organização social começou lá, nessa época, em 80, 82, por aí, 83, 84. Eu tinha 20 anos por aí, 20 e poucos anos. E a gente começou com essa história ambiental antes de montar a associação. No clube de jovens a gente já trabalhava: vamo proteger o mono carvoeiro. A gente fazia torneio: Homenagem ao mono

carvoeiro e tinha essas coisas, vamo trabalhar a mata ciliar. Hoje você pode ver esse riozinho [Felipe] é a coisa mais linda, mas ele já foi 70% disso. (Gilberto Ohta, entrevista concedida em 24/01/2005)

A prosperidade econômica também proporcionou a construção da grande parte dos equipamentos comunitários do bairro. Não somente a escola, mas também o posto de saúde, o barracão comunitário e a quadra foram construídos durante a época do gengibre. O Sr. Jonas Brás, pai de Gilberto Ohta, foi prefeito de Sete Barras durante 10 anos e, de certa forma, as melhorias no bairro também tiveram alguma influência desse fato.

Papai foi prefeito até 92, então 10 anos, desde 82, década de 80. Ele era prefeito, o que ajudou muito, porque na verdade ele acabou, aquilo que eu te falei, ele acabou potencializando esse processo porque a prefeitura também valorizava isso. Daí como prefeito tinha espaço para poder articular e mobilizar isso também. (Gilberto Ohta, entrevista concedida em 24/01/2005)

Essa organização pré-existente no bairro facilitou a escolha da comunidade para a atuação de atores ambientalistas na década de 1990. Mas o perfil das lideranças, como é o caso de Gilberto Ohta, também influenciou tanto o início da organização comunitária quanto a formação da AGUA e a própria articulação com os parceiros do estado e da sociedade civil organizada.

1.2.1. O perfil das lideranças no Guapiruvu

O nascimento da AGUA se deu em meio ao processo de valorização da proteção da natureza que se acentua na década de 1990. Não é por acaso que a fundação da associação acontece como resultado direto da ação de uma ONG ambientalista no bairro.

A AGUA, portanto, é uma associação que além de ter um perfil comunitário, já que é uma associação de bairro, defende também princípios ligados ao movimento ambientalista. No entanto, mais do que defender a conservação da biodiversidade, ela se coloca como “precursora de um novo paradigma de desenvolvimento para a comunidade.” (AGUA, 2004, p.1)

São perceptíveis, então, as dimensões econômica, política e social da luta assumida pela associação, além da ambiental. No seu documento de apresentação, a AGUA estabelece como princípios o ecodesenvolvimento, a inclusão social, a democracia participativa e a economia solidária.

As principais lideranças da associação possuem uma história de vida bastante peculiar e com alguns pontos em comum. Com a exceção de Alceu Alves e seu irmão Zé Alves, filhos de Seu Altino Alves, um dos representantes da família mais antiga do Guapiruvu, as demais lideranças não nasceram no bairro.

Uma das pessoas mais atuantes na comunidade é Gilberto Ohta que ocupa o cargo de secretário executivo da AGUA e da COOPERAGUA, além de estar, no momento, contratado pelo INCRA como articulador na comunidade para a implantação do assentamento agroambiental. Gilberto é filho de Seu Jonas, um produtor de banana que chegou ao bairro na década de 1960. A família de Gilberto é uma das que comprou terras dos pequenos produtores e que trouxe a agricultura comercial para o bairro.

Carina: E porque seu pai veio para cá?

Gilberto Ohta: Acho que terra fértil. O Jorge Aoki na verdade é que era amigo do papai. E eles eram parceiros, eram sócios. Ai o Jorge foi dar aula lá perto de Sete Barras, numa terra meio fraca. Ai eles

sabiam que já tinha uma terra boa aqui. Ai ele convidou. Mas já tinha outros precursores aqui, antes deles tinha alguns que já tavam explorando banana aqui. [...] É que eu conto a história pra você, que eu estou tentando resgatar a história. Na verdade nós compramos dos coitado, dos pequenos aqui, e eles hoje não tem terra, eles vivem vendendo serviço para os outros. (Gilberto Ohta, entrevista concedida em 24/01/2005)

Gilberto Ohta trabalhou muito tempo explorando a banana e posteriormente o gengibre junto com seu pai, mas sempre se envolveu com as questões comunitárias do bairro. A chegada da Vitae Civilis e de outros atores ambientalistas colaboraram para que as divergências ideológicas entre Gilberto e seu pai aumentassem. Além disso, o processo de construção da Agenda 21 e a própria formatação da associação, o consolidou como um líder na comunidade. Em determinado momento, ele acaba fazendo uma escolha e optando por um caminho alternativo ao do seu pai:

E naquela época que eu casei eu tive..., às vezes eu vou na beira do tanque lá, quando eu casei com Lila, nós, nossa vida, eu tava com uma grana boa no banco. Dia de sábado eu podia descansar, eu tinha um carro, podia sair, passear. Mas eu tava em dúvida se era esse o caminho nosso. Que culminou com o aparecimento do Vitae Civilis, daí aquela época eu tava já indo para o caminho do capitalismo. Ai eu saia para passear, eu com Lila [esposa] e Pedro [filho], eu já não tava mais ligando para a comunidade. Não tava mesmo. Eu tinha meio que chutado o balde. Eu tava, eu vou ser capitalista, ai já tava naquela empresa. E eu ia fazer faculdade de qualquer jeito, porque eu queria. Só que eu sempre assim, por mais que a gente fale que não tem vaidade, mas eu sempre quis ser líder. Eu sempre tive isso nato. Meu pai sempre foi líder. Mas aí eu ficava sempre naquela dúvida, ser líder para que, né? Para ser um cara rico e aí liderar um negócio de rico. E eu ia nas reuniões e me sentia muito mal, eu ia num churrasco assim, todo mundo bonitinho, eu tava ali na elite de Sete Barras. Mas eu me sentia... O rico, né, fala mal do pobre. Eu me sentia mal, tinha empregado e não sei o que. Sentia

mal em gerenciar dinheiro. Me sentia mal em pagar mal as pessoas, eu me sentia mal em ver o filho do meu empregado mal. Mas aí eu também ficava preocupado porque se eu abrir muito a mão, eu vou, né. E culminou com essa outra visão que veio, parceria. Mas aí as pessoas que mostram o caminho para você, na verdade são hipócritas. Tem muita gente que é hipócrita dentro desse... E eu não, e eu acabei absorvendo essa coisa de desenvolvimento sustentável com unhas e dentes, sem ser hipócrita, né. E por essa coisa da inclusão social, da justiça social, eu falei, não, acho que é esse o caminho nosso. (Gilberto Ohta, entrevista concedida em 24/01/2005)

Gilberto, junto com seu pai, chegou a ser um dos empregadores do bairro quando do auge da exploração do gengibre. À época, alguns dos hoje assentados do assentamento agroambiental foram seus funcionários. Antes de se envolver definitivamente com o projeto alternativo de desenvolvimento no bairro, simbolizado pela AGUA, foi presidente da Associação dos Bananicultores de Sete Barras que reúne, segundo ele, os grandes produtores do município. A tradição política na família (seu pai foi prefeito e sua mãe ocupa o cargo de vereadora em Sete Barras), citada por ele no trecho do depoimento acima, também contribuiu definitivamente para o perfil da sua liderança no bairro. O próprio Gilberto chegou a ocupar cargos políticos em Sete Barras: foi vereador, secretário do desenvolvimento rural do município, secretário da creche de Sete Barras e ainda foi coordenador do conselho municipal de segurança. A sua prática e o conhecimento do fazer da política (partidária, inclusive) facilitam a articulação do Guapiruvu com as esferas do poder público (governos municipal, estadual e federal).

Geraldo Xavier Oliveira, outro líder importante da associação, também chegou ao bairro já no final do ciclo do gengibre. Nascido em Laranjeirinha, outro bairro rural de Sete Barras, cursou o curso de magistério na cidade e iniciou o curso superior de Letras (em Registro), sem, no entanto, o concluir. Chegou a exercer a profissão de

professor no bairro Ipiranga e em outro bairro rural do município de Miracatu. No final da década de 1970 assumiu o cargo de auxiliar de enfermagem na secretaria municipal de saúde de Sete Barras, onde ficou trabalhando até 1993. Já casado com uma moradora do Guapiruvu, decidiu morar no bairro, convidado pela família de sua esposa que já tinha terras no bairro. Para isso deixou seu emprego na secretaria municipal de saúde e assumiu uma parte do bananal da família da esposa.

Percebe-se que é comum entre Geraldo e Gilberto a vivência na cidade e a opção por uma vida rural. Além disso, ambos tiveram um acesso facilitado à educação, chegando até a adquirir conhecimentos em nível superior. Essa história de vida colabora para que se firmem como líderes nessa comunidade.

Entretanto Geraldo tem na sua formação política uma contribuição da doutrina religiosa, diferentemente de Gilberto. De tradição familiar católica, Geraldo se envolveu com as Comunidades Eclesiais de Base e se afirmou como uma das lideranças da Igreja Católica no bairro.

Geraldo: Eu ajudo, junto com a associação (AGUA), eu tenho a comunidade católica, eu ajudo. Eu faço parte daquele movimento das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), ele é um movimento assim de..., ele é mais da teologia da libertação. Agora eu tô um pouco afastado, porque eu tenho muita coisa aqui, então, mas eu faço parte ainda. Inclusive eu tive em 2 ou 3 interclesial, sabe? Aqueles interclesial? Que é a nível nacional, o último que eu tive foi na BA, lá em Ilhéus, eu tive lá uma semana nesse encontro, foi muito legal. E é muito importante, a gente aprendeu muito essa luta do povo que tem que correr atrás dos direitos. Aprendi muito. Na verdade foram muitas coisas: a igreja, e a sociedade e a associação. Então, o meu aprendizado hoje, pra mim chegar hoje naquilo que eu sei, naquilo que eu penso sobre as coisas, vem de várias situações, a Igreja... Eu sigo mais assim, por uma questão que eu tava já em comunidade, eu

tô mais naquela questão da teologia da libertação. Eu acho que o homem começa a libertação da sua própria vida no seu meio, no seu corpo mesmo, na sua história. Claro, há necessidade do espiritual sim, é importante, porque eu gosto muito da linha carismática também, eu acompanho, a canção nova, eu acompanho alguns grupos carismáticos. Mas parece que hoje eles tão chegando mais na realidade, mas tinha muito aquela coisa de Deus lá nas alturas, e as vezes ta vendo a pessoa ali, caída, mas: não, Deus ta lá nas alturas, não é ele. Então é essa história de você saber que Deus se faz presente na natureza, Deus se faz presente nos rios, nas águas, nas montanhas, nos mananciais. Ele ta presente naquele que é bonito, naquele que é negro, que é amarelo. Coisa que a gente aprendeu.

Carina: Essa ligação com Teologia da Libertação começou quando? Ainda quando você morava em Sete Barras?

Geraldo: Não, foi mais aqui mesmo. Começou mais aqui mesmo. Na verdade, lá na Igreja Matriz onde eu morava eu era um moço mais assim, vamo dizer: sabe aquele católico, ou não precisa ser católico, pode ser evangélico, pode ser outro, mas aquela pessoa que segue por que o pai segue, então você vai porque o pai vai, porque a mãe vai, vamo, então. Mas não aquela coisa assim de pegar a ferramenta e começar a trabalhar, ia lá assistia, com você assistir um palco, né. Mas a partir do que eu vim pra cá, então, né, eu fui convidado também como, pra cá a gente teve a necessidade de tomar a frente de uma comunidade e aí fica diferente. Você tem que se envolver mesmo, né. Não é você só ir lá e assistir uma missa, assistir uma celebração. Então quando eu vim pra cá o pessoal pediu pra mim, porque tinha outras pessoas e essas pessoas se afastaram, então pediram para mim tocar. Ai eu fui obrigado, né, de uma certa forma obrigado assim, a me interar mais, a né, a ter mais pé no chão, e me envolver mais com o povo. A partir daí eu fui convidado também pra reuniões na CEB, nas comunidades eclesiais de base, então, as lutas das terras, essa questão das terras, da injustiça social. Então na medida que você se envolve, você vai sendo convidado, você vai se envolvendo com os próprios movimentos populares, as pessoas

vão te observando, vão te chamando. (Geraldo Xavier Oliveira, entrevista concedida em 12/01/09)

O desafio de traçar outro caminho de desenvolvimento no Guapiruvu foi assumido por Gilberto e por Geraldo também na produção de banana de suas propriedades. Com a Agenda 21 formulada e as diretrizes para uma produção agroecológica definidas, a AGUA inicia parcerias e projetos para a implantação da produção agroecológica de banana no bairro. Receberam a visita de Ernest Götsch²⁹ em 1999 que implantou duas áreas demonstrativas de Sistemas Agroflorestais (SAF's) no bairro, mantendo a banana como produto principal. Em 2000 Gilberto e Geraldo começaram a implantação de SAF's em suas propriedades. Após 9 anos do início do processo de transição para a produção agroecológica, são considerados referências de produção de banana agroecológica no bairro e até na região do Vale do Ribeira.

Outro aspecto relevante no perfil dessas lideranças é que nenhuma delas está historicamente e diretamente envolvida com a questão da luta pela terra no Guapiruvu, já que não pertencem ao grupo de famílias que lutaram pelo reconhecimento da legitimidade da posse da Fazenda Boa Vista³⁰ e tão pouco receberam lotes no assentamento. O que significa dizer que a associação nasce com líderes que não se confundem com aqueles que lutam pela terra no bairro desde a década de 1960.

²⁹ “O agricultor e pesquisador Ernst Götsch é suíço e iniciou seu trabalho no Brasil em 1982. Reside no município de Piraí do Norte, no Sul da Bahia, onde desenvolve, desde 1984, uma experiência pioneira em agroflorestação. Ernst presta assessoria a organizações não governamentais, universidades e órgãos de assistência técnica rural em quase todas as regiões do Brasil, principalmente para entidades da Rede de Projetos em Agricultura Alternativa (Rede PTA). Também assessora organizações da Europa e da América Latina e atualmente é cooperante do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED) e consultor do Centro Sabiá.” (GÖTSCH, 1997)

³⁰ Judicialmente a área onde nasce a comunidade do Guapiruvu no século XIX e onde passa a ocorrer um conflito e uma luta pela terra na década de 1960 é chamada de Fazenda Boa Vista.

1.3. O encontro contraditório: a transformação da área da posse em assentamento agroambiental

O entendimento da ligação da questão da terra com a precariedade das condições das famílias do bairro e mesmo com o aumento do desmatamento ilegal vai aumentando conforme cresce o envolvimento de alguns posseiros com a AGUA. Esse envolvimento se intensificou, sobretudo, a partir da formação da COOPERAGUA e da melhoria do escoamento da produção de alguns posseiros. Foi a necessidade material de reprodução da família que definitivamente aproximou alguns camponeses posseiros da organização comunitária liderada por Gilberto e Geraldo.

As duas principais lideranças da associação eram identificadas e se identificavam com os médios e grandes produtores de banana do bairro, e, como vimos, em determinado momento fazem a opção pela pequena produção agroecológica e por buscar um caminho de desenvolvimento mais igualitário no Guapiruvu. Essa opção pelo desenvolvimento comunitário levou-os a considerar a luta histórica pela terra no âmbito da AGUA, especialmente depois do despejo sofrido pelos posseiros em 1998:

Carina: E em relação a essa história do assentamento, essa história de luta de muitos anos... Como é que você se relacionou com essa história?

Gilberto Ohta: Eu assim, eu evitei entrar nessa briga enquanto proprietário da área, porque nós tínhamos uma área lá e nós tínhamos que se proteger também. E a gente não podia aceitar que as pessoas fossem invadindo a área dos outros, entendeu.

Carina: Ah, você tem uma área lá também?

Gilberto Ohta: Nós temos uma área grande lá, de 7 e poucos alqueires que eu falei pra você. Que é divisa com essa área aí [área desapropriada pelo INCRA para implantar o assentamento], que as pessoas sempre respeitaram. Agora, quando eu era vereador eu dei bastante apoio político para eles. Inclusive eu escrevi no jornal e tal, tinha uma obrigação. Mas institucionalmente, enquanto vereador. Como pessoa eu não podia me expor muito. Porque era complicado, pela ética. E eu tinha uma visão capitalista na verdade, eu era capitalista: aí nós vamos ficar sem funcionário? Eu tava me consolidando como um capitalista, né. E aí também é isso né. Mas eu tava em dúvida de qual que era o caminho. Quando nós começamos a montar a associação, começamos a discutir paradigmas e tal, essa coisa da justiça social. Então eu acabei entrando no negócio, acabei entrando na luta deles também. E não demorou muito, nós montamos a associação, a associação não queria entrar muito no negócio, porque também não queria entrar em conflito com o nenê [grande produtor do bairro cujas terras fazem divisa com o assentamento]. No começo, nós achamos isso, e até porque eu também dava essa opinião também lá. Aí a associação ficou meio de lado, tal. Depois como eles foram desintegrados, a juíza mandou desintegrar todo mundo, aí nós vimos a injustiça social que estava sendo feita. Aí a AGUA não pode ficar fora disso, nós vamos ter que assumir um lado. Aí a AGUA acabou assumindo o lado deles. Vai ficar do lado dos grandes produtores ou do lado dos pequenos? (Gilberto Ohta, entrevista concedida em 24/01/2005)

Em 2000 a associação se envolveu na luta dos posseiros formatando uma proposta de assentamento e assumindo a interlocução com os órgãos públicos e os demais atores sociais do processo. Com a ajuda do Vitae Civilis e apoio da Fundação Florestal, desenvolve uma proposta de assentamento propondo um zoneamento da área com usos diferenciados, de acordo com o estágio sucessional da vegetação, além de questões relativas à administração do assentamento.

Ai ... Nem era uma estratégia da Água, era uma estratégia minha, das lideranças. As lideranças também ficaram meio assim com medo. Porque a AGUA podia ter se juntado com os grandes, né. Juntado com o Adroaldo, por exemplo. E daí criado estratégias pros grandes, né. Inclusive os pequenos aqui sabem que o pessoal do sindicato [sindicato rural de Sete Barras] preferiu apoiar os grandes. A AGUA, na hora do pega pra capa, mesmo que ela ficou em cima do muro um tempo, eu to falando a AGUA, as lideranças da AGUA, chegou uma hora que nós vimos que não era o caminho de apoiar os grandes, era apoiar os pequenos. Porque nós só ia ter sustentabilidade se nós apoiasse os pequenos né, não os grandes. Ai sim, ai eles foram desintegrados, a polícia veio e tirou eles tudo. Ai que nós fomos buscar uma estratégia política para resolução do assunto. Ai nós sentamos e criamos estas novas políticas ai, chamamos as grandes ONG's chamamos o estado, chamamos o INCRA. Fomos brigando, chamamos a Fundação Florestal, o IBAMA, todo mundo e começamos a discutir. (Gilberto Ohta, entrevista concedida em 24/01/2005)

O envolvimento da AGUA com a causa dos posseiros acabou atraindo muitas famílias que não participavam da associação, mas que são as principais beneficiárias do assentamento. No entanto, o caráter ambientalista AGUA e o passado político e material de Gilberto é encarado com desconfiança por muitas famílias, principalmente aquelas que sobrevivem do extrativismo da Juçara.

A articulação política da AGUA com os órgãos ambientais do governo do estado de São Paulo e com organizações da sociedade civil de caráter ambientalista³¹ permitiu uma reaproximação com o INCRA e culminou com a desapropriação da fazenda Boa Vista e o início da implantação do assentamento agroambiental em meados do ano de 2005.

³¹ São parceiros de projetos no Guapiruvu organizações como: SOS Mata Atlântica, Proter, ISA, Imaflora, Funbio e Idesc.

Entretanto, a implantação do assentamento agroambiental no bairro, resultado, pois, em grande medida, do emprego do discurso ambientalista na luta política, estabelece um novo cenário para a reprodução desses camponeses. Tal assentamento, em plena fase de organização e implantação hoje, deve se organizar a partir do estabelecimento de regras restritas de uso da terra e da natureza. Desenham-se técnicas agrícolas baseadas na agroecologia e define-se o uso dos recursos naturais a partir de técnicas de manejo sustentável. São determinações de um tipo de assentamento conhecido como PDS, que o INCRA vem implantando em áreas em que predominam comunidades que vivem do extrativismo e da agricultura familiar.

2. A Implantação do Assentamento Agroambiental

Alves, Teixeira e Pereira

O conceito de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) surgiu como alternativa de assentamento no âmbito do INCRA a partir de 1999. É fruto da pressão social por uma nova estratégia de reforma agrária para a região amazônica que levasse em conta seus aspectos sociais, econômicos e ambientais.

A partir dos anos 1960, a Amazônia foi alvo de uma política que visava a incorporação daquela porção do território brasileiro aos grandes capitais do centro-sul, por meio da implantação de projetos agropecuários, de extração de madeira e minérios e implantação de obras de infra-estrutura como hidroelétricas, ferrovias e rodovias.

Além da venda de terras para grandes grupos empresariais do sudeste, o governo praticou um modelo de ocupação daquele território caracterizado por projetos de colonização que levaram grandes contingentes de populações rurais do nordeste brasileiro atraídos pela possibilidade de acesso e trabalho na terra. Os projetos de colonização, que mais serviram para possibilitar o acesso a mão-de-obra barata e à terra para os grandes grupos econômicos, não promoveram a fixação desses camponeses na terra e ainda provocaram conflitos sociais entre índios e posseiros e impactos negativos nos ecossistemas amazônicos.

Essa situação fez crescer as lutas sociais em torno da disputa pela terra nessa região e a proposição de formas de apropriação e ocupação da Amazônia que levassem em conta os modos de vida das populações locais. A principal expressão

dessa luta são as reservas extrativistas, que surgiram, na década de 1980, como proposta dos seringueiros do Acre e Rondônia para o acesso e fixação na (e da) floresta a partir de um longo processo de conflitos e disputas com fazendeiros pecuaristas.

Influenciados e fortalecidos pelo movimento ambientalista nacional e internacional, os povos da Amazônia pressionaram o governo para a adoção de estratégias e políticas que dessem respostas aos conflitos da região. A reserva extrativista, enquanto estratégia de conservação da natureza e de regularização fundiária, foi assumida pelo governo brasileiro que a transformou em política pública sendo, inclusive, agregada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como uma das categorias de UC de uso sustentável.

Dentro da estratégia de mitigação dos conflitos fundiários na região amazônica, outros formatos de assentamentos rurais também passaram a ser desenvolvidos pelo Estado, influenciados pela luta e resistência das populações amazônicas que, ao longo sobretudo das últimas décadas do século XX, se organizaram politicamente para conquistar seu direito de permanecerem em suas terras. Dentro desse contexto é que surgem modalidades de assentamentos diferenciados como os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), Projetos de Assentamentos Florestais (PFs) e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs). (SILVA e PAULA, 2006)

A força das reivindicações desses movimentos sociais da Amazônia e seu peso para a criação dessas estratégias de assentamento ficam expressos, por exemplo, no texto da portaria INCRA nº 477/99 que cria a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Fica evidente, ainda, o forte caráter ambientalista que

está presente na intenção de criar os PDSs como parte do Plano Nacional de Reforma Agrária. O texto da portaria (vide Anexo B) se refere à necessidade de conservação da biodiversidade dos domínios brasileiros a partir do apoio às práticas tradicionais de produção, deixando claro que o Plano Nacional de Reforma Agrária deve ser um fator básico de conservação.

As características essenciais desse tipo de assentamento são o desenvolvimento de atividades de baixo impacto ambiental, sobretudo por meio da adoção de sistemas de produção considerados tradicionais e do manejo de espécies florestais. Outra indicação expressa na portaria acima referida diz respeito ao compromisso firmado entre o INCRA e as famílias assentadas. As áreas destinadas aos assentamentos PDS devem ser de domínio público e cedidas, por meio de concessão de uso, em regime comunal às famílias participantes do projeto. Outra característica essencial do PDS é a forma de gestão do projeto. Valorizam-se o desenvolvimento da gestão comunitária e do estabelecimento de parcerias entre a instância local, o INCRA e outras instituições do Estado ou da sociedade civil. Percebe-se uma tentativa de reinvenção das terras de uso comum, entretanto, agora, a regulação do uso passa a sofrer grande interferência de instituições externas à comunidade.

2.1. A Proposta do Assentamento e suas Adaptações

A implantação do assentamento agroambiental no Guapiruvu é coordenada pelo INCRA, órgão responsável pela execução da política de reforma agrária no país. No caso do PDS no bairro do Guapiruvu, o órgão designou profissionais do seu próprio quadro técnico além de outros terceirizados por meio do convênio com a Fundação

de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (FEPAF)³² para estabelecer as ações necessárias a implantação do projeto. Para facilitar a articulação com os assentados a FEPAF também contratou duas lideranças da comunidade. Além disso, a estrutura física para a realização das atividades pertinentes à implantação do assentamento (escritório, telefone, computador, barracão comunitário etc.) é cedida pela AGUA, organização comunitária local. São ainda importantes parceiros do projeto, a COOPERAGUA, que é responsável pela venda de grande parte da produção dos assentados, e a Secretaria do Meio Ambiente, por meio do DEPRN e da Fundação Florestal.

Desde o início das ações do INCRA no bairro, em meados de 2005, o processo de implantação do assentamento tem sido pautado por uma das suas premissas principais que é a prática de discussões e decisões coletivas. Fruto de reuniões semanais entre a equipe técnica do órgão do governo federal e os assentados, a primeira adaptação necessária à realidade do PDS Alves, Teixeira e Pereira diz respeito ao parcelamento de parte da área. Como o PDS, enquanto modelo de assentamento, foi idealizado levando-se em conta a realidade de famílias essencialmente extrativistas, não seria preciso, a princípio, a divisão em lotes familiares. Entretanto, no Guapiruvu a área vinha sendo historicamente utilizada por meio da exploração familiar dividida em “posses”. Assim, houve a necessidade de realizar o parcelamento de parte da área destinada às atividades agrícolas,

³² A implantação do assentamento Alves, Teixeira e Pereira tem sido realizada por técnicos do convênio entre o INCRA e a Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (FEPAF).

“A Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais sediada na Faculdade de Ciências Agrônômicas da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” na Fazenda Experimental Lageado tem por objetivo principal apoiar programas de desenvolvimento econômico, social e ambiental estabelecidos com a UNESP e outras instituições, por meio de sua principal ferramenta de trabalho que é a articulação.” <http://www.fepaf.org.br/Cont_Default.aspx?cont=inst>, acessado em 24/06/2008.

redividindo, inclusive, as posses já ocupadas pelas famílias que sempre cultivaram a área durante todo o processo de luta pela terra.

É importante destacar que o PDS foi destinado à fixação de 72 famílias do bairro, sendo 42 delas já praticantes de atividades na área. Os assentados, juntamente com o INCRA, criaram uma divisão das famílias de acordo com o tempo de permanência no bairro e, especificamente, na área da posse. Dos 72 assentados, 42 foram classificados como “Históricos”, alguns por serem descendentes diretos daqueles que foram os primeiros despejados da área na década de 1960, e outros por terem se agregado à luta pela terra a partir da década de 1980. Os 30 restantes, homologados como “Extras” a partir da seleção do INCRA e do grupo de posseiros, foram considerados no processo de assentamento devido à situação de falta de terra e de trabalho.

A maioria desses “Extras” tem relações de parentesco com as famílias tradicionais do bairro, mas foram assim classificados devido ao fato de não terem se envolvido na luta pela terra ou, em algum momento do processo, terem se afastado dela. O direito à terra foi reconhecido, pelo grupo de posseiros, baseado na antiguidade da posse, mas o critério de envolvimento na luta prevaleceu como principal argumento para definir para quem esse direito seria primeiramente garantido.

Assim, dos 3.000 hectares do PDS, perto de 450 hectares (14,38% da área total) foram destinados, a princípio, aos lotes familiares. Segundo o zoneamento do PDS³³, sua área utilizável (zona 3) soma pouco mais de 1.000 hectares (35,58% da

³³ O documento base para a implantação do PDS Alves, Teixeira e Pereira é o Plano de Utilização, construído conjuntamente entre os técnicos do INCRA e o grupo de assentados. Nesse documento, estão estabelecidos os objetivos do PDS, suas características ambientais, a proposta de zoneamento e utilização das áreas, as técnicas agrícolas e de manejo que serão indicadas aos assentados, os termos de parceria que foram e serão estabelecidos entre os assentados e os parceiros do assentamento etc. A idéia, segundo o próprio documento, é que ele funcione como parâmetro para a

área total), considerando, além das parcelas, as áreas comunitárias (15,56% da área total), as estradas (0,13% da área total) e as Áreas de Preservação Permanente (APPs) (5,61% da área total). As zonas 1 e 2 foram estabelecidas como Área de Reserva Legal e juntas somam perto de 2.000 ha (64,42% da área total). A diferença entre elas, em relação ao uso, diz respeito a possibilidade ou não de manejo de espécies florestais. Na zona 1 o uso é restrito apenas a atividades de pesquisa, Educação Ambiental, Ecoturismo e coleta de sementes para produção de mudas florestais. Já a zona 2 prevê, além dessas práticas, o enriquecimento e manejo sustentável para aproveitamento de produtos florestais, (especialmente o repovoamento e corte do palmito Jussara), plantio e coleta de espécies medicinais e ornamentais. Segundo o plano de utilização do assentamento, o uso da zona 2 deverá ser necessariamente coletivo, sem a possibilidade de parcelamento (vide mapa 3 e foto 1).

Por decisão do grupo de assentados, o parcelamento na zona 3 foi realizado de maneira igualitária, sendo que cada família ficou com uma área de 6 hectares. Entretanto, a distribuição dessas parcelas seguiu uma ordem, privilegiando, primeiramente, aqueles que já utilizavam a área para plantio (os chamados “Históricos”) e depois aqueles que entraram na lista como “Extras”. Dessa forma, mesmo tendo que diminuir a área ocupada, os assentados históricos continuaram ocupando suas posses antigas.

implantação do PDS, mas que seja modificado e transformado, acompanhando as necessidades do assentamento e se adequando à realidade conforme esta for sendo vivenciada pelas famílias.

Mapa 3- Assentamento Alves, Teixeira e Pereira: Zoneamento e Uso do Solo

Foto 1 – Visão das três zonas do assentamento.

Ao fundo, zona 1 (uso restrito), caracterizada por serras e morros, predominantemente recobertos pela Mata Atlântica nos estágios avançados e maduros. No plano intermediário, zona 2 (manejo sustentável), composta pelas áreas de planície e morros isolados, com cobertura florestal nativa em estágios médio e avançado, e parte dos ecossistemas de várzea ainda preservados. No primeiro plano, zona 3 (área utilizável), são as áreas ocupadas predominantemente por culturas nas planícies e uma pequena parte nas encostas. Na imagem, destaca-se na área 3 parte de uma parcela com cultivo de banana. (Foto: Carina Bernini)

A proposta do plano de utilização do assentamento sugeriu que nas parcelas dos “históricos” fossem mantidas as mesmas áreas de exploração que já apresentavam quando da distribuição dos lotes, sem nenhuma alteração ou corte seletivo. Entretanto, o sistema produtivo nessas áreas deveria se adaptar às técnicas agroecológicas, tendo-se para isso um período de transição de 4 anos. Esta transição agroecológica consiste na diminuição progressiva do uso de adubos químicos e de agrotóxicos até a sua total eliminação.

Ocorre que, boa parte das áreas loteadas para os assentados “Extras”, encontra-se em estado de regeneração devido ao uso intermitente que sofreram ao longo da história de luta pela posse dessa área. No mapa 3 é possível visualizar a quantidade de mata em área de lote, e notar que alguns deles encontram-se totalmente

cobertos de mata. Essas áreas, devido à legislação ambiental, não podem sofrer corte raso. O plano de utilização do assentamento, então, a princípio propôs que nos primeiros seis meses de produção, se fizesse o corte seletivo de espécies pioneiras para a implantação de sistemas agroflorestais para produção agrícola em no máximo 1,00ha dentro de cada lote. E, após avaliação, propôs-se que fosse feito em mais 1,00ha, e assim por diante, podendo atingir, nos primeiros dezoito meses, 3,00ha de produção agroflorestal por lote.

Alguns impasses surgiram a partir dessa proposta. O primeiro diz respeito ao início imediato de sua execução, já que, para isso, é necessário que o processo de licenciamento ambiental do assentamento seja concluído. O licenciamento ambiental é um processo longo e demorado pelo fato de se tratar de uma área de grande extensão, vizinha a uma UC e que apresenta um mosaico de usos do solo, com vegetação em diferentes estados de sucessão. O processo de licenciamento está em andamento, desde 2005, quando o INCRA desapropriou, apesar da ilegalidade da propriedade, a Fazenda Boa Vista, imóvel em que está sendo implantado o assentamento.

Outra característica que dificulta a aprovação do plano de utilização e a emissão da licença pela Secretaria do Meio Ambiente é o fato do imóvel ser repleto de recursos hídricos e de áreas inundáveis. No mapa 3 fica evidente essa abundância de cursos d'água e, por extensão, de Áreas de Preservação Permanente (APP's) dentro dos lotes, diminuindo, a rigor, a disponibilidade de áreas destinadas à agricultura. Alguns lotes terminam apresentando pouca ou quase nenhuma extensão de área agricultável. Por isso, também, há a recorrência de cultura em APP, como podemos visualizar no mapa 3.

Outra questão gira em torno dos sistemas agrícolas que são indicados para o uso dos lotes. A maioria dos assentados encara com desconfiança a realização de sistemas agroflorestais e demonstra que sua expectativa é a implantação de roças “convencionais” de cultivo de banana, principalmente, além de pupunha, maracujá e, para alguns, culturas de subsistência³⁴.

Conversando com Agnaldo Oliveira, filho de uma das lideranças do Guapiruvu e técnico contratado pelo INCRA/FEPAF no bairro para facilitar o processo de implantação do assentamento, entendemos que o INCRA, juntamente com a AGUA, definiu como estratégia de agregação e engajamento dos assentados a viabilização de alguns créditos mesmo antes da conclusão do processo de licenciamento (emissão das licenças prévia e de instalação). Entretanto, a impossibilidade de corte nas áreas dos lotes dos “Extras” tem dificultado, até mesmo, a execução desses créditos, como veremos a seguir.

Outra estratégia tentada e que gerou uma adaptação das regras do PDS à realidade do Guapiruvu, foi a implantação do uso coletivo em uma das áreas definidas como comunitárias. Parte da área agricultável da fazenda Boa Vista estava sendo utilizada pelo Sr. Paulo Hamada, um médio produtor que havia comprado algumas posses das famílias do bairro. Esta área ficou em litígio quando o INCRA desapropriou o imóvel (meados de 2005) e a situação foi regularizada em agosto de 2006, quando houve a reintegração de posse para o INCRA (foto 2).

³⁴ Sobre a questão dos sistemas de cultivo nos debruçaremos mais adiante.

Foto 2 - Ação de Reintegração de Posse.

Sr. Paulo Hamada e seu advogado recebem agentes do INCRA e da Polícia Federal para assinatura dos termos da reintegração de posse de área que estava em litígio desde 2005. (agosto/2006)

Foto: Acervo AGUA

Na área havia cultivos (banana, pupunha e maracujá) já plantados pelos funcionários do Sr. Paulo Hamada que foram “herdados” pelos assentados (fotos 3 e 4). Em reunião, os assentados decidiram por implantar uma “base coletiva”³⁵ nesta área com o envolvimento de 6 famílias no trabalho de colheita desses gêneros. Trabalharam juntos, com administração da COOPERAGUA, sendo que cada assentado envolvido no trabalho recebia uma diária de R\$ 20,00 e o coordenador do trabalho (também um assentado) recebia R\$ 25,00/diária. A renda obtida com a venda dos produtos pela COOPERAGUA foi destinada às 72 famílias do

³⁵ A implantação da “base coletiva” também foi pensada como estratégia para o envolvimento daqueles que não poderiam plantar em seus lotes. Como já observamos antes, as decisões no assentamento PDS são tomadas sempre de acordo com um processo coletivo de discussões e consenso. Entretanto, não podemos negligenciar as dificuldades envolvidas na participação dos assentados. Dificuldades de ordem objetiva e subjetiva. Sobre esses aspectos da participação trataremos com mais detalhes mais adiante.

assentamento.³⁶ Ao mesmo tempo, plantavam roças de gêneros para o consumo direto, cuja colheita também era destinada a todas as famílias assentadas.

Foto 3 - Cultivo de Pupunha da área reintegrada do Sr. Paulo Hamada. (jul/2007)
Foto: Carina Bernini

Foto 4 - Cultivo de Maracujá da área reintegrada do Sr. Paulo Hamada. (jul/2007)
Foto: Carina Bernini

Apesar dos assentados chamarem essa experiência de “coletiva”, é interessante notar que ela foi resultado de uma mistura de elementos coletivos e comunitários. Poderíamos dizer que o trabalho tem características coletivas, uma vez que houve o controle da quantidade e do tempo do trabalho pela cooperativa (da qual fazem parte os assentados). Entretanto, a apropriação do trabalho parece-nos comunitária já que o destino da produção contemplava o conjunto de famílias assentadas, independente do envolvimento no trabalho. Outro indício da hibridização desta experiência é o fato do trabalho ser remunerado com o pagamento de diárias.

Após um ano de trabalho na “base coletiva”, o grupo de assentados resolveu encerrar a experiência devido aos conflitos gerados. A maioria dos assentados que se envolveu no trabalho não concordava com o fato de que as outras famílias que não estavam realizando o trabalho diretamente recebessem parte da produção. Isso os foi desmotivando a continuar.

³⁶ Essas informações foram concedidas por Gilberto Ohta, tesoureiro da cooperativa e técnico do INCRA/FEPAF, em entrevista realizada no trabalho de campo de agosto de 2007.

Quando nós tava na base lá [...] plantamo uma roça de mandioca lá junto, eu, Dona Neco, Dica, Beijamin. Eu sei que era uns 5, 6. Ah! Não, vamos faze no coletivo, todo mundo se animou. E deu uma mandioca a coisa mais linda, sabe. Plantamo, depois limpamo, depois passamo a inchada, limpamo bem, tava bonito. Não foi uma passada, os que plantaram mesmo pouco comeu. Os que não plantaram iam lá arrancava e levava embora e não tava nem aí. Então aí isso não é sistema de coletivo. Sistema de coletivo que eu sei é a roça que foi três quatro que plantou é daqueles três ou quatro. Porque três ou quatro vai plantar pra dez comê? Aí não dá. (Dada, assentado, entrevista concedida em 14/01/2009)

Na visão de Gilberto Ohta a experiência do “trabalho coletivo” apresentou conflitos devido à dificuldade do envolvimento dos assentados na proposta. Segundo ele, os assentados têm dificuldade de entendimento em relação à contabilidade, o que gerou desconfiança quanto à administração dos recursos financeiros gerados pela venda dos produtos da base coletiva. Essa desconfiança teria ocasionado, para ele, uma restrição à dedicação ao “trabalho coletivo”.

Para José Alves³⁷, um dos assentados “Históricos”, a experiência do “trabalho coletivo” não pode dar certo porque aqueles que trabalham ficam como empregados da cooperativa que, na visão dele, funciona como uma empresa. Também observou que o bananal da base coletiva ficou com a produtividade comprometida (de 200 caixas de banana por semana, no início da experiência, terminaram com 100 caixas/semana em agosto de 2007) devido ao fato de o bananal não ter sido “cuidado”. Para Dada, assentado da lista dos extras que trabalhou na experiência da base coletiva como coordenador, após um ano, a produtividade da base coletiva caiu muito porque não houve “investimento” no bananal. Ambos atribuem à queda

³⁷ Essas declarações de José Alves e de Dada foram concedidas em entrevista realizada no trabalho de campo de agosto de 2007.

da produtividade do bananal o fato de não ter havido o uso de produtos químicos no seu trato.

Esses relatos demonstram a dificuldade da aceitação do trabalho coletivo no assentamento e da produção sem aplicação de aditivos químicos e agrotóxicos. Mesmo que a experiência realizada não seja identificada exatamente com a coletivização - já que a apropriação da produção não foi restrita àqueles que trabalharam - as críticas tem a mesma origem daquelas comumente realizadas por assentados que passam por experiências plenas de trabalho coletivo. Ou seja, cria-se uma possibilidade de comparação entre a quantidade de dedicação ao trabalho. Outra crítica também recorrente nesses casos diz respeito ao fato da cooperativa significar uma limitação à autonomia do assentado.

A desconfiança em relação à coletivização do trabalho já era motivo de polêmica mesmo antes da experiência da “base coletiva”. Em 2005, quando o INCRA acabara de desapropriar a fazenda Boa Vista, muitos possíveis assentados já demonstravam não concordar com o trabalho em cooperativa:

Esse negócio de trabalhar em cooperativa, eu acho que tem que entrar, mas tem muita gente que não vai aceitar. Eles acham que vão ficar muito seguro, assim como se tivesse um patrão. (Wanderlei, candidato a assentado, julho de 2005)

O trabalho coletivo choca-se com a lógica do trabalho familiar levando os assentados a reconhecer a cooperativa como um cativeiro ou como seu patrão. O choque está no fato de que quando trabalha para e com a família é ele, agricultor, quem determina o processo de trabalho. Já quando trabalha para a cooperativa, junto com outros agricultores que não são da sua família, entende que é ela quem determina o tempo e as técnicas de trabalho. (WOORTMANN, 1990)

Diante das dificuldades para o desenvolvimento do “trabalho coletivo” na área da “base coletiva” e da impossibilidade da utilização dos lotes dos assentados “extras” por estarem cobertos de mata, o grupo de assentados decidiu em julho de 2007 construir uma agrovila na área que fora ocupada por Paulo Hamada. Para isso, realizaram um parcelamento em que 26³⁸ assentados ficaram com pequenos lotes (0,4ha) destinados à construção de suas moradias e o direito de continuarem explorando o cultivo (banana, pupunha e/ou maracujá), agora de forma individual. No mapa 3 a área da “base coletiva” já aparece loteada e chamada de Agrovila.

Frente a esta decisão, os técnicos do INCRA alteraram a proposta inicial do Plano de Utilização, diminuindo as áreas comunitárias do assentamento para dar lugar aos lotes da agrovila. Acreditou-se que dessa forma seria possível garantir de imediato a possibilidade de residência, ainda que provisória, desses assentados, além de fornecer a possibilidade de acesso a áreas abertas para a implantação de cultivos agrícolas para subsistência. Assim, avaliou-se que os lotes de 6ha de cada assentado morador da agrovila poderão sofrer uma intervenção mais criteriosa e de longo prazo para a implantação dos sistemas agroflorestais.³⁹

³⁸ Cerca de 4 lotes dos extras foram considerados passíveis de utilização para agricultura, sem a necessidade de esperar o licenciamento.

³⁹ O novo texto do Plano de Utilização definiu que para cada parcela dos assentados classificados como “extras” deverá ser realizado um estudo específico para a implantação dos SAF's. Diferentemente da primeira versão do plano que previu o corte seletivo de 1ha a cada seis meses para todos esses lotes. “No outros lotes é previsto o manejo da vegetação com intervenções de baixo impacto, que pontualmente poderão incluir supressão de estágios pioneiros e iniciais (previsto em lei) mas que essencialmente deverão intervir no sub bosque da Floresta, após identificação criteriosa dos indivíduos desse estrato, na área destinada à otimizar a implementação de SAF's. Neste contexto, serão conservados os indivíduos com potencial de integração com as espécies agrícolas, sem deixar de desempenhar a função ambiental. A vegetação será manejada por meio de podas e desbastes seletivos visando aumento da luminosidade. As intervenções no sub-bosque vão considerar a regeneração natural e a integração com o sistema agrícola como os principais parâmetros para a ação. Cada área será identificada individualmente e o projeto a ser implantado dependerá do potencial da área levando-se em conta a localização, a vegetação existente, relevo além do perfil do assentado.” (PDS Assentamento Agroambiental Alves, Teixeira & Pereira. Plano de Utilização)

Mesmo com a decisão de construir a agrovila, a liberação dos créditos de fomento⁴⁰ do INCRA tem enfrentado dificuldades. Agnaldo Oliveira nos relatou que esses desafios estão ligados principalmente ao fato de o licenciamento ambiental ainda estar em andamento, o que impede a implantação efetiva da infra-estrutura do assentamento.

Os créditos de fomento fornecidos pelo INCRA (insumos, instrumentos de trabalho e mesmo as sextas básicas) são individuais, ou seja, destinado para cada família assentada, mas as cotações de preço e as compras realizadas com estes recursos são conjuntas (realizadas pela associação local). Uma vez que nem todos os assentados possuem lotes com áreas já abertas para agricultura, a utilização dos insumos fica comprometida. A não utilização das cotas de crédito impede que novas cotas sejam disponibilizadas para aqueles que já utilizaram sua primeira cota.

O crédito para construção das casas nos lotes e na agrovila vem sendo liberado de forma muito lenta já que nem todos os lotes possuem infra-estrutura de acesso que viabilize a própria construção da casa. Além disso, algumas áreas, mesmo da agrovila, são passíveis de inundação, inapropriadas, portanto, para construção de moradias. No início de 2009, somente 25 assentados já haviam recebido parte do material de construção das casas, e destes, cerca da metade, apenas, já havia construído o alicerce de suas casas (foto 5).

⁴⁰ Segundo o Plano de Utilização do PDS, o Crédito Instalação é composto pelo Crédito Apoio Inicial (R\$ 2.400,00 por família) e pelo Crédito Habitação (R\$ 5.000,00 por família). Ambos devem ser usados de forma coletiva, ou seja, a compra tanto dos insumos e materiais de primeira necessidade (Apoio Inicial) quanto a de materiais de construção (Habitação) deverão ser feitas de forma coletiva.

Foto 5 - Alicerce da casa do Seu Pedro Batista em seu lote na Agrovila.

Ao lado, a plantação de pupunha que herdou da divisão em lotes da base coletiva. (jan/09)

Foto: Carina Bernini

A Caixa Econômica Federal, que fornece parte do crédito para a construção de casas nos assentamentos, exige que o fomento seja utilizado por todos os assentados de uma só vez, ou seja, que todas as casas sejam construídas ao mesmo tempo. Numa área com tantas especificidades ambientais como no caso do PDS do Guapiruvu, é difícil viabilizar esse pré-requisito.

Agnaldo também identifica como um problema o fato de que nem todos os assentados participam do processo de forma mais ativa, o que dificulta as tomadas de decisão, que, como já vimos, num projeto de assentamento PDS devem ser coletivas.

O não engajamento dos assentados é fruto, de um lado, de um descrédito no processo de implantação desse assentamento, resultado principalmente do longo processo de luta e conflito que envolve o uso dessa área desde a década de 1960. É comum enxergarem o processo coletivo participativo como sendo conduzido pelo governo, portanto, limitado à esfera de decisão do Estado, ao qual não

necessariamente entendem fazer parte. Além disso, a figura do Estado (especialmente os órgãos ligados ao meio ambiente e à questão agrária) freqüentemente é encarada como repressora e fiscalizadora.

Outra questão a ser considerada diz respeito às mediações socioculturais que envolvem a participação. Nem todos os assentados têm como hábito a exposição de suas opiniões em público e a defesa de seus pontos de vista em reuniões. E, ao mesmo tempo, estão acostumados a que as decisões sejam tomadas por outras pessoas, o que provoca uma baixa participação nos encontros e a transferência da tomada de decisão, mesmo quando estão nas reuniões, aos mais habituados à oratória. Importante perceber, ainda, que a condução das reuniões é realizada por uma das lideranças locais, que, no momento, também representa o INCRA. A associação da liderança com o órgão do governo pode trazer outras complicações no processo de participação dos assentados na implantação do assentamento.⁴¹

Por outro lado, há uma dificuldade objetiva para a participação nas reuniões e para a atuação nos lotes, uma vez que a infra-estrutura dos mesmos ainda é precária. Alguns assentados temem deixar suas moradias atuais, algumas até fora do bairro, para assumir seus lotes. Essa realidade está fazendo também com que alguns assentados desistam de seus lotes.

Para tomar conhecimento do andamento legal do processo de instalação do assentamento no Guapiruvu, entrevistamos⁴² o representante do DEPRN, que acompanha o processo de licenciamento do imóvel, e o técnico do INCRA que vem trabalhando na execução do assentamento. O objetivo das entrevistas foram, ainda,

⁴¹ Sobre a questão dos papéis das lideranças e da relação entre os diversos órgãos envolvidos na implantação do assentamento agroambiental no Guapiruvu, faremos uma análise mais minuciosa no capítulo 3.

⁴² As entrevistas aqui referidas foram concedidas em trabalho de campo realizado em abril de 2008.

perceber as dificuldades e expectativas dos entrevistados e, na medida do possível, dos órgãos que cada um representa, em relação à implantação e desenvolvimento desse assentamento na região do Vale do Ribeira.

Com Carlos Augusto da Cunha Correia Junior, engenheiro agrônomo do DEPRN e responsável pelo órgão na região de Registro, conseguimos detalhes do andamento do processo de licenciamento. Para a emissão da licença prévia do assentamento são três frentes que o INCRA precisa resolver: averbação da Reserva Legal, que no caso da região deve ser de 20% da área total do imóvel; resolução dos passivos ambientais (autuações de infração ocorridas na área do assentamento); e o estudo da cobertura vegetal para definição das possíveis áreas de corte de vegetação e demais usos.

A reserva legal, segundo Júnior, já foi apresentada e já estaria resolvida⁴³. Quanto aos passivos ambientais, há uma dificuldade de localizar grande parte das áreas autuadas, uma vez que estas autuações ocorreram, principalmente na década de 1990, e, portanto, as áreas já sofreram regeneração. A proposta do DEPRN é de que o INCRA regenere outra área correspondente à soma das áreas autuadas (em tamanho), como forma de compensação desses danos ambientais.⁴⁴ Em relação ao estudo da vegetação, o INCRA estabeleceu um convênio com a ESALQ/USP, sob a coordenação do Prof. Paulo Kageyama, para a sua realização.

⁴³ O técnico do INCRA/Fepaf nos informou em 16/04/2008 que a reserva legal já estava sendo averbada.

⁴⁴ O número inicial apresentado nas autuações da polícia ambiental somava um total de 61,345ha de área autuadas no imóvel Fazenda Boa Vista. Mas a análise realizada pela equipe técnica do INCRA e do DEPRN identificou apenas o total de 9,325ha referentes à intervenções promovidas por 17 moradores, sendo que destes apenas são 9 assentados e os outros ex-moradores ou vizinhos da área. O plano de utilização do assentamento apresentado ao DEPRN pelo INCRA propõe, então, a execução de um Projeto de Recuperação ambiental para uma área de 12ha.

Júnior destacou que há muitas restrições ambientais legais pelo fato de a área estar no entorno de uma UC de proteção integral (PE Intervalos), e dentro da APA da Serra do Mar, outra categoria de UC que permite utilização sustentável. Além disso, faz parte da área da Serra de Paranapiacaba tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT).

Apesar da não conclusão do licenciamento, o DEPRN autorizou a manutenção de uma das estradas que já havia no assentamento, baseando-se numa legislação apresentada pelo INCRA (resolução CONAMA nº. 387) que garante que obras de infra-estrutura básica sejam realizadas em assentamentos de reforma agrária, mesmo antes da licença de instalação (fotos 6 e 7). A melhoria das estradas e a construção da ponte sobre o Rio Etá (fotos 8 e 9) são alguns dos fatores decisivos para a viabilidade do assentamento, já que proporcionam tanto a fixação dos assentados em seus lotes quanto a possibilidade de escoamento da sua produção. Contudo, outros desafios estão colocados devido às restrições quanto ao sistema de cultivo que deve ser adotado pelos assentados.

Foto 6 - Estrada principal de acesso ao Assentamento, antes da manutenção. (jul/2007)
Foto: Carina Bernini

Foto 7 - Estrada principal de acesso ao Assentamento, após a manutenção. (jan/2009)
Foto: Carina Bernini

Foto 8 – Acesso Principal ao Assentamento:
“pinguela” sobre o Rio Etá. (jan/2009)
Foto: Eduardo Castro

Foto 9 - Encontro da estrada principal de
acesso ao Assentamento com o Rio Etá. Neste
 ponto deve ser construída uma ponte para acesso
 de carros ao assentamento. (jan/2009)
Foto: Carina Bernini

2.2. A Produção no Assentamento

O assentamento Alves, Teixeira e Pereira está sendo implantado numa área historicamente ocupada por famílias do bairro do Guapiruvu. Assim, é importante reforçar que grande parte da área destinada à produção já vinha sendo usada para o cultivo de diferentes gêneros agrícolas e, em menor escala, para a criação de alguns animais.

Aqueles posseiros (agora chamados de assentados) considerados históricos que vinham trabalhando na área há cerca de até 40 anos, já tinham áreas abertas em suas posses (agora lotes), portanto sem mata. A grande maioria desses assentados há pelo menos 15 anos explora a banana em parte ou toda a área cultivável de suas posses. Nos últimos 5 anos a pupunha também tem sido adotada como gênero destinado à comercialização. Parte desses assentados também associa outras lavouras de subsistência à banana e à pupunha, principalmente arroz, feijão, milho e mandioca. Ao longo dessas décadas de ocupação o gengibre também foi um gênero

comercial bastante explorado na área do assentamento, principalmente na década de 1990.

A transformação da área da posse em assentamento proporcionou o acesso à terra a boa parte das famílias sem terra do bairro, além de garantir aos posseiros históricos o usufruto dessa área sem o perigo de sofrerem novos despejos, perdas de produção e de benfeitorias. Entretanto os colocou em um novo status: de posseiros passaram a assentados de um projeto de reforma agrária que se desenvolve coletivamente e participativamente e que está baseado nos princípios da conservação ambiental.

As diretrizes do PDS apontam para a implantação de sistemas de cultivo que aliem a produção de gêneros agrícolas com a conservação da biodiversidade da área. Como já exposto, o plano de utilização do assentamento define como estratégia para cumprir com esse objetivo a adoção de uma agricultura ecológica por meio da implantação de SAF's nos lotes cobertos de mata e da diminuição até a total eliminação de adubos químicos e agrotóxicos nas áreas já historicamente exploradas.

Entretanto, após quase 4 anos⁴⁵ do início da implantação do assentamento no Guapiruvu, pouco se conseguiu avançar na direção da transformação efetiva dos sistemas agrícolas nas áreas abertas e praticamente nenhum sistema agroflorestal foi iniciado nas áreas fechadas.

Os assentados históricos permanecem, em sua maioria, explorando banana, pupunha e as lavouras de subsistência de forma convencional, embora com uma

⁴⁵ Quatro anos foi, inclusive, o período estabelecido para a conclusão da chamada Transição Ecológica em que haveria a substituição das técnicas convencionais pelas chamadas agroecológicas nos lotes já abertos e cultivados pelos assentados históricos.

diminuição do uso de adubos e defensivos químicos. Apesar da proibição de novos cortes nas áreas já cultivadas, os assentados também vêm praticando derrubadas aleatórias principalmente no meio dos cultivos. Dos assentados que receberam lotes sem área aberta para cultivo, alguns (cerca de 8) fizeram o corte raso para a formação de bananal, roça de pupunha e outros gêneros para o consumo, mesmo sabendo que poderiam sofrer sanções⁴⁶. Algumas dessas derrubadas aconteceram logo que os lotes foram divididos, em 2006, antes mesmo da formação da agrovila. Havia uma expectativa de que, assegurada a terra, pudessem fazer um corte em parte da área para a formação de sua própria roça. Alguns assentados, a despeito dos tramites legais, realizaram o corte raso para a formação de bananal.

Carina: E os que estão com o lote mais fechado, o que estão fazendo?

Zé Miséra: Muitos eles não quer deixar fazer nada, e muitos que têm coragem têm feito. Porque, eu não vou citar nome, mas teve nego aqui que não tinha um lugar do tamanho desse balde aqui para plantar muda de banana, hoje tem bananal muito maior do que o meu e cacho de banana nessa altura, porque tem coragem de ir lá, roçá, plantá e derrubá. As vezes Caio [Incra] vai lá, Agnaldo [Incra] vai lá, notifica ele, ele falo pode notificar que eu tenho filho pra tratar e você não vai tratar do meus filho, senta no machado e tá trabalhando. E ninguém encheu o saco dele. (Zé Miséra, assentado, entrevista concedida em 10/01/ 2009)

O INCRA tem estimulado a diminuição do uso de fertilizantes químicos fornecendo, com recursos do crédito fomento, produtos alternativos como o esterco. Também foi realizada compra de mudas de banana de variedades mais resistentes. Mas a aplicação dos insumos e o manejo necessário das espécies florestais nas áreas de

⁴⁶ O INCRA realizou algumas notificações devido à derrubada de mata sem autorização em alguns lotes.

cultivo não vêm sendo acompanhada de orientação técnica sistemática do INCRA, ou de qualquer outro órgão parceiro ao projeto e por isso tem colaborado para o reforço da descrença desses assentados nas técnicas agroflorestais.

Na avaliação dos assentados, a queda na produtividade da banana e a limitação da produção desta espécie à sua variedade mais resistente (banana nanica) estão relacionadas à interrupção das derrubadas e à diminuição do uso de defensivos químicos. A banana prata, que tem melhor preço no mercado, tem tido dificuldades de sobreviver no assentamento, na opinião de alguns assentados, devido à proibição do uso do pacote químico necessário para sua produção. Esta variedade tem sido vítima da doença conhecida como panamá, um fungo que seca a bananeira levando-a a morte.

Carina: Mas desde que o INCRA veio, o senhor mudou alguma coisa no jeito de plantar a banana?

Zé Miséra: Mudei, mudei, é deixando árvore. Meu bananal, não tinha um pé de árvore no meio do meu bananal. Eu comecei deixar, deixar. Mas aí depois eu vi que tava se acabando com tudo, comecei a tirá. Igual, embaúba ainda tenho, pode vê, tem bastante. Se tirá tudo, é lógico que o bananal vai melhorá, mas vai gastar mais óleo. Se eu deixar embaúba ou alguma árvore, mas bem longe uma da outra, maneira mais o óleo, eu gasto menos óleo, só que a produção também cai. Minha produção caiu, essa prata minha antes de adoecer, antes desses negócio de Incra, de medir aí tudo, eu cheguei a tirar 75 caixas de prata, com essa moitinha ali que eu mostrei pra vocês que adoeceu. Agora o outro ali plantou debaixo de mata com esse arvoredado aí, ó, está com 2 mil pés de banana, um mês que não tirava, foi tirar semana passada, tirou 13 cachos, não foi caixa! Eu, com tudo que adoeceu tudo ainda tirei 2 cachos, cacho bonito! (Zé Miséra, assentado, entrevista concedida em 10/01/2009)

Seu Zé Miséra avalia que, apesar de gastar menos insumo (óleo) para o cuidado com a banana, a permanência de árvores no bananal tem sido responsável pela doença na banana prata e pela diminuição da quantidade e do tamanho dos cachos. (fotos 10 e 11) Ainda percebe que esta banana menor e aparentemente com menos qualidade tem dificuldade de inserção no mercado convencional ao qual os produtores do Guapiruvu têm acesso:

Não adianta, assim não vai pra frente. Uns pé ainda cresce, que tá mais no relento aqui. Mas olha lá pro meio, uns pezinho tudo fininho, o que é que dá aquilo? Quando dá o cacho dá um cachinho deste tamanho. E não tem conversa, você chega numa feira, você mesmo vai comprar uma fruta numa feira, você vai escolher a mais bonita. Você não vai numa frutinha deste tamanho. A Banacesar antigamente, quando começou a Banacesar comprar banana nossa aqui no Guapiruvu, se tivesse um pé de banana no meio do mato ali, se tivesse um cachinho com duas penca eles levava. [...] hoje em dia a gente corta banana aqui leva lá, metade vai jogado fora lá no barracão, a metade! Pode ir lá no dia que tiver a carga, vocês vão filmar a carga lá pra vocês vê o absurdo que é. Você corta banana aqui, 100 cacho de banana, chega lá dá 20 caixa, 15 caixa de banana, o resto vai tudo fora. Isso aí é covardia que eles estão fazendo com nós. (Zé Miséra, assentado, entrevista concedida em 10/01/2009)

Foto 10 - Bananeira do lote do Seu Zé Miséra atacada pelo “Panamá”, fungo que ataca a banana prata na região. (jan/2009)
Foto: Carina Bernini

Foto 11 - Bananal do lote de Seu Zé Miséra.
 Na imagem, Seu Zé Misera explicando sobre a diminuição do tamanho dos cachos devido à permanência de árvores no bananal. (jan/2009)
Foto: Carina Bernini

A Banacesar é o principal comprador de banana do Guapiruvu. A maioria dos pequenos produtores do bairro, inclusive os não assentados, comercializa banana por meio da COOPERAGUA para esse atravessador que revende o produto para feiras e supermercados.

Desde 2006 a COOPERAGUA tem conseguido acessar também os recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programa do governo federal que garante a compra de produtos de pequenos produtores familiares. A banana dos pequenos produtores do Guapiruvu tem sido comercializada pelo PAA e o destino é a prefeitura municipal de Santo André-SP. Esse produto compõe a merenda escolar da rede municipal daquele município. Assim, boa parte da banana plantada no assentamento durante o ano de 2007 e 2008 foi comercializada via PAA. São R\$ 2.500,00 por assentado durante o ano.⁴⁷ Entretanto há uma queda nas vendas no final e início do ano, uma vez que o PAA interrompe os pedidos devido ao período de férias escolares. A interrupção das vendas ao PAA associada à diminuição da demanda do mercado⁴⁸ neste período, ocasiona uma perda do produto no bairro.

A falta de mercado coligada à dificuldade para o cultivo da banana na área do assentamento leva os assentados a procurar trabalho fora dos seus lotes. Essa realidade é constante mesmo para os assentados do grupo dos históricos que já tinham bananal formado antes da transformação da área em assentamento. É comum venderem sua força de trabalho para os grandes produtores do bairro, fazendo trabalhos pontuais na lavoura para complementar a renda da família (limpeza de bananal, manutenção de estradas, serviços de pedreiro etc.). É o caso

⁴⁷ Para 2009 a expectativa era que a cota por assentado passasse para R\$ 7.000,00.

⁴⁸ No período das festas há uma concorrência maior com outras frutas no mercado. Com isso a Banacesar tende a comprar mais banana prata (de melhor preço no mercado) do que nanica (que é plantada em maior quantidade).

de Seu Zé Miséra, assentado que já tinham posse na área, mas, mesmo com bananal formado, não conseguem tirar todo o sustento do lote. Ele e sua esposa complementam a renda trabalhando para fora. Sua esposa, inclusive, é pedreira e vende seu serviço em todo o bairro.

Ano passado eu quase me acabei, isso aqui ficou que nem o casco de um cavalo. Tá sortando pedaço até hoje. Fazendo vala, pros outros, pra Olíria, fazendeira, daquela fazenda ali onde tem aquele monte de casa ali. Pra mim sobreviver. Nunca trabalhei de empregado, depois que eu vim pra aqui o meu patrão é eu mesmo, eu trabalho pros outro, mas na empreita. Eu chego lá, ou ela vem atrás de mim, ó eu tô precisando de um serviço. Eu vou lá e vejo com ela: quanto você quer pra você me fazer. Eu quero tantos metro, tanto pra fazer, tantos metro pra limpá. Ai eu combino com ela o preço e vou trabalhar. Ai meu patrão é eu, o dia que eu quiser ir eu vou, o dia que eu não quiser eu não vou. Não tem hora de eu largar... (Zé.Miséra, assentado, entrevista concedida em 10/01/2009)

O depoimento de Seu Zé Miséra demonstra a dificuldade do trabalho acessório para complementar a renda da família, mas, ao mesmo tempo, ressalta a importância da terra própria assegurada para a realização da sua autonomia. Trabalhar na empreita lhe permite escolher o tempo e a forma de realização da atividade, diminuindo, em relação ao assalariamento, o controle sobre o seu trabalho.

As opções de trabalho assalariado no bairro são restritas às médias e grandes propriedades que plantam banana de forma convencional e ao cargo de vigia no núcleo Guapiruvu do PEI. A oferta de trabalho nessas áreas não tende a crescer, para abrir uma vaga é preciso que alguém deixe o posto de trabalho. Assim, para aqueles que não têm um membro da família empregado em uma das grandes propriedades do bairro ou no Parque Estadual Intervales resta o extrativismo do

palmito Juçara. Os jovens também têm procurado trabalho na cidade (Sete Barras) ou em outras regiões.

A Cida tá mais pra lá (Sete Barras) mais por causa das filha, e outra, aqui você sabe, emprego não tem mesmo. E filha moça e filho rapaz começa: pai quero isso, pai quero aquilo, a gente não tem condições, né. Há uns anos atrás quando eu fiz essa casa aqui, nossa, a gente ganhou bem dinheiro, mas hoje já não tô ganhando mais, né, porque eu não trabalho registrado, trabalho pra mim. [...] Na verdade eu nunca escondo de ninguém, eu vou pro mato, eu corto palmito, pra mim sobreviver porque o que é que eu vou fazer mais, entendeu? Eu falo até pro Márcio [INCRA], falei pra todo mundo, eu não escondo, porque é contra a lei. Eu sei que é contra a lei, mas contra lei eu sei que é se eu pegar que nem minha família passa fome eu ir lá passá a mão num revolve, assaltá alguém, assaltá um banco, ai eu sei que é um negócio mais, né. Agora eu sei que é uma coisa que a gente tá prejudicando a natureza, tá cortando o palmitinho que o bichinho devia tá comendo lá. Mas não tem serviço aqui. Não tem. Até eu ia falar, se não fosse a posse eu já não tava mais aqui, não tava porque não tem condições, né. Você vê, aqui tem uns fazendeiros grande ai que eles tem seus dez, doze camarada. Mas pra ele pegar outro camarada, ele tem que um daqueles sair pra outro entrar. (Dada, assentado, entrevista concedida em 14/01/2009)

Dada é um dos assentados que recebeu lote coberto de mata em estado inicial de regeneração e não esperou o licenciamento para abrir uma parte da área para formar seu bananal. Durante o ano de 2008 conseguiu vender banana pelo PAA, mas, assim como a maioria dos assentados, perdeu a produção no final e início do ano. A queda nas vendas levou-o a voltar para corte de palmito até como estratégia para continuar no lote já que o abandono por 90 dias caracteriza, para o INCRA, desistência do lote.

A ameaça ao palmito Juçara no Vale do Ribeira está associada à extração sistemática desta espécie a partir da década de 1940, para finalidade comercial. O incentivo à indústria do palmito, praticado inclusive pelo Estado, se deu já que este representava um negócio bastante lucrativo porque o investimento do empresário era pouquíssimo em relação à exploração do trabalho dos mateiros. Entretanto, o ritmo comercial de exploração provocou consequências gravíssimas ao ecossistema da Mata Atlântica. Assim, tornou-se espécie ameaçada de extinção em toda a região uma vez que não foi reflorestado. Esse quadro de exploração desenfreada torna urgente a criação de alternativas de manejo dessa espécie como forma de garantir sua reprodução na mata (assegurando a biodiversidade do ecossistema da Mata Atlântica, uma vez que essa espécie serve de alimento para diversos animais) e, ao mesmo tempo, proporcionar formas de extrativismo da espécie que tragam benefícios às populações das áreas florestadas.

Todavia, no Guapiruvu, o corte ilegal de palmito ainda se apresenta como alternativa no período de baixa da banana principalmente porque sua cadeia produtiva no bairro é bastante estruturada. Tanto que, segundo dados da Fundação Florestal, estão no Guapiruvu e no bairro de Saibadela (também em Sete Barras) a maior quantidade de extratores de palmito do entorno do Parque Intervales. Dos assentados do PDS, 80% ainda utilizam esta atividade como fonte de parte ou toda renda da família (dado da FF). Além de ser uma atividade ilegal, a extração de palmito oferece outros riscos, pois é necessário caminhar cada vez mais longe em meio à mata para encontrar a palmeira. Mesmo sendo uma alternativa custosa, essa atividade é a mais garantida para quem não encontra outra forma de obter renda, pois há um mercado estável para esse produto e seu retorno é rápido e certo. A garantia de

renda representa, pois, um forte atrativo para a prática do extrativismo que em alguns casos representa a principal fonte de recurso da família.

Os atravessadores da Juçara são moradores do próprio bairro que compram o palmito in natura dos palmiteiros (aqueles que cortam o palmito). Cada pote de palmito rende ao palmiteiro R\$ 11,00 (um pote é formado, em média, por 2⁴⁹ palmitos e cada palmito corresponde a uma palmeira cortada). O atravessador adiciona 8 a 10 reais sobre o preço pago ao palmiteiro para envasá-lo e vendê-lo àquele que vai rotular o pote. É nesse momento do processo que o produto se torna legalizado. O comprador do palmito já envasado rotula os vidros independentemente da origem dos palmitos e o valor de cada pote passa para R\$ 50,00. Não há, portanto, um controle efetivo da polícia ambiental nesta etapa do processo, as ações de fiscalização são mais freqüentes na ponta inicial do processo, ou seja, na extração da palmeira.

Além da conflituosidade gerada pelo próprio envolvimento de assentados do programa de reforma agrária em uma atividade ilegal, a extração de palmito envolve diretamente o território do assentamento uma vez que uma das rotas de passagem dos palmiteiros com a carga de palmito passa por dentro do assentamento. Dessa forma, ficam mais sujeitos à fiscalização dos técnicos do INCRA que, por sua vez, se sentem mais pressionados em realizar denúncias, já que ao negligenciarem essa prática ilegal envolvendo terras do órgão, podem sofrer sanções legais.

A prática do extrativismo também tem provocado outros conflitos. Os animais de carga que são deixados pelos assentados-palmiteiros pastando soltos no

⁴⁹ A quantidade de palmitos para formar um pote depende da espessura da palmeira: quanto mais tempo na mata, maior será sua grossura. Como a extração é feita em grande quantidade, as árvores são abatidas com pouco tempo de vida, o que não permite que adquiram espessura muito grande.

assentamento, muitas vezes invadem e destroem plantações, obrigando os assentados a cercar suas roças.

A banana representa o principal gênero cultivado no assentamento e, junto com a extração de palmito Juçara, a principal fonte de renda dos assentados, mas alguns deles também estão investindo na pupunha. O palmito dessa palmeira é comercializado in natura para fábricas que beneficiam o produto e vendem para restaurantes e supermercados. Os principais compradores estão em Registro, maior município do Vale do Ribeira. A comercialização da pupunha não tem sido feita pela cooperativa e o preço atribuído a esse produto e o seu ciclo de produção é compensador em relação à banana. Apesar de a banana ter um mercado mais vasto e ser um gênero de ciclo curto, a baixa da demanda do mercado devido à saturação do produto ou à diminuição da procura leva a uma perda do produto. Já a pupunha, que demora 2 anos para estar pronta para o corte, não é perdida mesmo que não apareça comprador de imediato. Ao contrário, quanto mais ficar na roça, mais a árvore engorda e por melhor valor poderá ser oferecida no mercado.

Entretanto, apenas alguns dos assentados mais antigos, aqueles que já tinham área aberta no assentamento antes da chegada do INCRA, é que se arriscaram na produção da pupunha. A maior parte destes, inclusive, já vinha plantando a palmeira antes da transformação das posses em lotes e por isso já consegue obter renda com a venda da pupunha (foto 14). É o caso, por exemplo, do Sr. Zé Santana, assentado que está na área do assentamento desde a década de 1980 e que teve suas terras diminuídas em função da distribuição igualitária dos lotes. Mesmo perdendo parte da sua área que era utilizada como pasto (cerca de 14,5 ha), ele e a família tem conseguido sobreviver da produção do lote e especificamente da venda da pupunha.

Seu Zé Santana trabalha no assentamento com o seu filho, em nome de quem ficou o lote.

Na nossa área que ficou pra ele [Cláudio Santana, seu filho], dá um alqueire e meio de mato ainda. Mas nem vai precisar derrubar porque só o que já tinha mecanizado, limpo, já dá pra nois plantá uma boa área de pupunha lá. Nós não vamo mexer com outra coisa só com a pupunha. É o que dá mais lucro e não madura, quanto mais fica na roça, mais ela fica bonita, né. A banana engordou, se não tem saída já perdeu aquele cacho e a pupunha, se não der para cortar pra esse mês, corta no outro, se não der pra cortar no outro, corta no outro, ela tá só engrossando. Ela dá mais lucro. (Zé Santana, assentado, entrevista concedida em 14/01/09)

Seu Zé Santana trabalha junto com seu filho no lote do PDS, mas também possui uma área fora do assentamento, ali mesmo no bairro. Nascido no Guapiruvu, é assentado do grupo dos históricos e está nesta área do assentamento há 20 anos. Além de pupunha, cultiva mandioca, feijão, milho, abóbora e outras culturas para o consumo da família (fotos 12 e 13). Desde a sua entrada na área como posseiro em 1988, mantém cultivos para o auto-consumo e durante muito tempo adquiriu renda com a venda da criação de porcos e gado. Hoje sua área de pasto no assentamento foi reintegrada pelo INCRA e vai ser destinada para o uso comunitário (foto 15). Vendeu grande parte do seu rebanho, mas ainda mantém algumas cabeças no sítio onde mora no bairro.

Lá eu comecei com arroz, milho, feijão, mandioca, banana, mas só pra criação, né. Plantei 2 alqueires de bananal lá, criei porco lá uns 8 anos, tirava 30, 40 porco, de 80Kg, 50Kg, eu me virava com isso, no tempo do cruzeiro o dinheiro valia, matava dois porco lá, ponhava no cargueiro, chegava aqui nessas vila, vendia tudo a dinheiro e já pegava o dinheiro e vortava lá pro mato ia trabaiá. Tinha tudo, trazia mandioca de lá pra fazer farinha aqui, tempo que minha casa de

farinha era boa, bem arrumadinha, nois era sadio, fazia muita farinhada. E a gente vivia, né. Depois a terra foi ficando mais cansada e eu plantei gengibre lá também, tirei um pouco. Porque na época que nois vivia com briga lá com os fazendeiro, nós abria a estrada lá, abria e o trator ia lá na nossa posse. Fizemos tudo as ponte, pusemo estiva no caminho, desmatemo, desmembreo, ia gente de moto lá. Depois teve os despejo, depois dos despejo os posseiro foram saindo, eu fiquei lá abandonado sozinho. (...) Ai eu fiquei teimando lá, teimando, teimando, teimando, cuidando daquele monte de caminho sozinho, roçando, fazendo ponte pra cavalo passá, e tamo até hoje lá. Não ganhei o cultivado que eu fiz, mas ganhei um pedaço de terra. Então é importante, né, a luta valeu. Três arqueire de várzea lá tudo mecanizadinho, tando tudo plantado, dá pra viver. (Zé Santana, assentado, entrevista concedida em 14/01/09)

Carina: Nessa época mais antiga que o senhor plantava milho, feijão, essas coisas, era mais pra consumo?

Zé Santana: Era pro consumo das despesas de casa. Nós era bastante, né, quando eu entrei lá meus filhos, só tinha duas filhas casada, o resto tava tudo em casa. E a gente era bastante gente pra comê arroz, deixava 40 saca de arroz em casa, quando chegava janeiro tava só o barro. Era socado no pilão, hien, tudo na mão. Pra venda era o porco e o boi. Boi eu criei bastante boi lá, quando eu entrei lá em 88, com 3 anos já comecei a formar um pastinho, já fui levando vaca pra lá. Essa época eu tinha quase 20 cabeça só meu, tirei boi de 25 arroba pra vendê, boi gordo. (Zé Santana, assentado, entrevista concedida em 14/01/09)

Foto 12 – Seu Zé Santana mostrando o feijão colhido em seu lote no assentamento. (jan/2009)
Foto: Carina Bernini

Foto 13 – Seu Zé Santana mostrando pupunha colhida em seu lote no assentamento. (jan/2009)
Foto: Carina Bernini

Foto 14 – Carregamento de pupunha, colhida em lote de Seu Zé Santana, que seria levada para Registro. (jan/2009)
Foto: Carina Bernini

Foto 15 - Pasto que pertencia ao Seu Zé Santana, transformado em área comunitária.
(fev/2007)
Foto: Acervo AGUA

O seu lote ainda tem um alqueire e meio de mata, mas que, segundo seu Zé Santana, não será necessário derrubar. Entretanto, na área já utilizada para o cultivo da pupunha e dos gêneros para o consumo, mantém as técnicas convencionais e tradicionais. Demonstra não acreditar no plantio das lavouras brancas (tradicionalmente plantadas no bairro para o consumo das famílias) em sistema agroflorestal.

Carina: E na época mais antiga como é que era o sistema de plantio?

Zé Santana: Ah, nessa época o nosso sistema de plantio lá nós metia a foice na capoeirada, roçava, derrubava tudo o mato, metia fogo e queimava pra plantar. Porque é do modo que eles faziam arroz e feijão aqui, se não for assim é só no arado. Porque é do modo que a turma querem fazer ai plantado por baixo do mato, ninguém colhe nada, ninguém colhe, não, essas coisas pra comer não colhe não. Pode dá alguma banana, mas só que mandioca essas coisas num dá. Mandioca planta, ela sai um paviosinho, vai embora na sombra, mas raiz não dá. Banana dá se raleiar bem, deixá só as árvore grande, essa banana nanica dá, mas só que as folha da árvore que cai na copa da bananeira estraga o cacheamento dela, ela segura muito a folha. Porque a mata aqui é uma mata farta, que

crece muito rápido e cai muita folha porque é muito úmido, sabe, chove muito, venta muito.

Carina: E hoje o senhor não planta mais feijão, milho...?

Zé Santana: Tô plantando. Poquinho, né, nas arinha limpa que nós temo onde ficô a posse que nós ficamo com ela, pranto, tô com feijão, colhi uns 80 Kg de feijão lá pro gasto. Mas eu planto abóbora, pepino, pepino eu carreguei aqui mais de 100 Kg de pepino pra familhada, pros outro, ensacado, pepino, moranga, abóbora. Planto pra dá pros outro, pra mim comê.

Carina: e o feijão, milho, o senhor planta junto com a pupunha?

Zé Santana: Planto. Até a pupunha ficar num tamanho bem grande que ela começa encruzar as folha, eu aproveito a terra e planto. Mas tudo na inchada, né. Tudo mecanizado de enxada⁵⁰. (Zé Santana, assentado, entrevista concedida em 14/01/09)

Assim como seu Zé Santana, outros assentados ainda mantêm cultivos para o auto-consumo e alguns que estão entrando na terra agora (classificados como “Extras”) também demonstram querer plantar culturas de ciclo curto para o consumo da família, associadas às culturas comerciais (banana, pupunha, palmito Juçara).⁵¹ Mas é em relação ao cultivo para o auto-consumo que gira grande parte da desconfiança em relação às técnicas agroecológicas. Apoiados na tradição da comunidade e nas características ambientais do bairro, a grande maioria dos assentados do grupo dos Históricos não acredita no cultivo do arroz, feijão, mandioca e milho (culturas que formam a base da alimentação da família) “embaixo de árvores”. E devotam ao impedimento de praticar a coivara, a necessidade de ter que vender sua força de trabalho e o fato de não poder se dedicar integralmente ao lote.

⁵⁰ Em alguns trechos de seu depoimento Zé Santana utiliza o termo mecanizado fazendo alusão ao emprego de máquinas para se referir à área limpa, sem mata, pronta para o cultivo.

⁵¹ Dos atuais 68 assentados (até começo de 2009, 4 já haviam desistido formalmente do assentamento), tivemos conhecimento de que 14 possuem cultivos para o auto-consumo. Quanto aos demais, não foi possível ter informação.

Carina: E o Sr. plantava produto de roça também?

Dito Carne Seca: Que nem, arroz, feijão, milho, sim.

Carina: e dava bem aqui?

Dito Carne Seca: Dá. Dava, não, essa dá ainda, né. Dá, mas só que nesse sistema agora que fazem, não dá. Agora queimá, queimá a roça, não pode, né. E se não queimá... Pode ser até que... Pouquinho a gente planta assim, só pra vê, né, mas, não dá nada não. Feijão se não plantá num lugar que não for queimado, ele cresce muito, fica caneludo, como a gente diz aqui, fica grande e cai. (...) Era roçá e queimá, e daí tirava as madeira, ficava o chão limpinho, aí podia plantá. (...) Antes do INCRA ainda dava: eu plantava o arroz, que é o principal nosso aqui, o arroz, feijão, pra ter uma misturinha, depois tem que plantar o milho para criar os franguinho. Então ainda dava, agora do jeito que tá não tem jeito não. Agora tem que trabalhar pra fora. (Dito Carne Seca, assentado, entrevista concedida em 10/01/2009)

Eu não sou daqui, eu sou de Eldorado. Quando eu cheguei aqui era a coisa mais linda de você olhar. Você chegava nessas casas por aqui, qualquer um tinha um monte de arroz que tomava conta, tudo no cacho. E agora você anda por ai pra você ver, não tem nada. Porque não deixam plantar. Se você derrubar uma madeira, os caras vão em cima. (Bambolê, entrevista concedida em 13/04/2008)

Carina: E coisa assim para o consumo, vocês pretendem plantar?

Leonel Alves: Na verdade eu sinto que foi... É difícil fazer isso, no estilo que a turma fazia antes é muito difícil hoje. Mas que o tipo do assentamento quebrou um pouco essa cultura, planta arroz, cará, batata, mandioca, é uma coisa que todo mundo plantava antes. E esse negócio de você fazer manejando, não tem como. Manejando é só a banana, o palmito junto, consórcio dessas coisas ainda vai. Mas você planta arroz, feijão, não combina. (Leonel Alves, assentado, entrevista concedida em 13/04/2008)

Se a opção pelas técnicas agroecológicas tem sido tema de inúmeras discussões em reuniões que o grupo de assentados vem fazendo ao longo desses anos de implantação do assentamento, por outro lado, o respaldo objetivo, ou seja, o acompanhamento diário para a orientação técnica do trabalho dos assentados nos lotes, ainda tem sido pouco efetivo. A precária orientação técnica tem reforçado a descrença em técnicas estranhas às tradicionalmente utilizadas pelos assentados e proporciona, por outro lado, uma resistência à adoção das medidas agroecológicas. Ao mesmo tempo, como veremos a seguir, é perceptível que o receio da perda da terra colabora mais para a adoção das medidas do que o real convencimento dos benefícios dessas técnicas. Na verdade, para muitos assentados o direcionamento do INCRA tem tido um caráter mais proibitivo do que pró-ativo, pois está mais claramente colocado o que não se deve fazer.

3. A (Re)definição de posições nos campos de lutas e os embates em torno da (re)criação da comunidade do Guapiruvu

A pesquisa junto aos assentados revelou que a maior dificuldade para a construção do assentamento diz respeito hoje à adoção das técnicas agrícolas que vêm sendo designadas para os assentados. Os depoimentos demonstram, em primeiro lugar, que há diferenças entre eles em relação às necessidades e concepções de uso da terra; e, ainda, entre as concepções do grupo de assentados e aquelas pressupostas pelo projeto do governo.

A maioria dos assentados identifica a proibição do corte da vegetação nos lotes como impedimento ao trabalho, assim como a proibição do uso de determinados defensivos químicos. Alegam que o cultivo sob a mata não apresenta resultados favoráveis, crítica que indica a percepção que vêm tendo sobre as técnicas chamadas de agroflorestais.

O conflito em torno da adoção das técnicas agroecológicas nos permite relativizar aquilo que vem sendo entendido, no âmbito das políticas agrárias e ambientais, como tradicional. No Guapiruvu, assim como em boa parte dos bairros rurais da região do Vale do Ribeira, a referência da comunidade em relação às técnicas de cultivo tradicionais se remete à prática da coivara, como ficou claro em alguns depoimentos transcritos no capítulo anterior.

A coivara consiste num sistema de rotação de terras, com a prática do corte e da queimada da vegetação para o cultivo de mandioca, feijão, milho, arroz etc., e

posterior pousio para a retomada da fertilidade do solo. Essa técnica foi herdada dos índios de matriz tupi por grande parte das comunidades caboclas no Brasil. A sua prática, segundo alguns pesquisadores, garantia, inclusive, a fertilidade do solo e ao mesmo tempo a conservação das florestas, como afirma SILVA (2008, p. 213-215):

Este sistema de cultivo, que a princípio parece rudimentar e agressivo ao meio ambiente, adequava-se perfeitamente às condições físicas e culturais do bairro [referência ao bairro do Mandira, Cananéia-SP], pois como a terra era de uso coletivo o rodízio de terras estava dentro de seus quadros de valores. Além do mais, freqüentes chuvas ocasionavam um rápido lixiviamento do solo já arenoso e pouco fértil, para ser cultivado com sucesso necessitava da nutrição conseguida pela queima de matéria orgânica (a coivara). Atualmente, há pesquisas acerca dos efeitos benéficos da agricultura de rotação de terras em áreas florestais. Pesquisadores como Diegues (1994); Balée (1994 e 1998); Gómez-Pompa (1971 e 2000) e Posey (1987, 1989 e 2000) dizem que a manutenção e o possível aumento da biodiversidade em florestas tropicais está relacionada com as práticas tradicionais da agricultura itinerante, pois o sistema regenerativo da floresta úmida parece estar muito bem adaptado às atividades das populações tradicionais.

A prática e a eficácia da coivara foram ficando cada vez mais limitadas na medida em que o acesso livre à terra se tornava mais difícil. No Guapiruvu a dificuldade de acesso a terra, como já revelado na história de ocupação do bairro, se intensificou a partir da década de 1960 com a chegada de médios e grandes produtores de banana e, já na década de 1980, com as restrições ambientais.

Essas limitações levaram a modificações nas relações sociais de produção no bairro, e, ao mesmo tempo nas técnicas agrícolas tradicionalmente utilizadas pelas famílias do Guapiruvu. A quantidade restrita de terra, a proibição da queimada e a inviabilidade da rotação de terras diminuem a diversidade da produção e contribuem

para a necessidade cada vez maior da adoção do cultivo de um gênero comercial, produzido com técnicas que utilizam um pacote tecnológico “moderno”.

Entretanto, é necessário analisar essas transformações de maneira abrangente, percebendo que as mudanças no modo de uso da terra não acontecem de forma a apagar completamente os saberes tradicionais. Primeiro porque as técnicas modernas (hoje chamada de convencionais) são dispendiosas (no sentido financeiro e prático) para os camponeses, e segundo porque essas novas demandas e técnicas se fundem com os saberes já adquiridos.

Percebemos nos depoimentos dos assentados uma clara referência à prática da coivara como técnica viável para o plantio dos cultivos de consumo da família (arroz, feijão, milho, mandioca etc.). Percebemos também um estranhamento em relação ao emprego da agrofloresta para a produção desses gêneros, ou seja, os assentados não reconhecem facilmente na agrofloresta referências dos seus saberes acumulados.

A contradição entre o modo de vida tradicional da comunidade camponesa do Guapiruvu e a noção de tradição e de desenvolvimento de comunidades tradicionais que norteiam as ações da política de reforma agrária do Estado (especialmente o PDS) nos convida a uma reflexão acerca das noções de campesinato, comunidade e modo de vida tradicional, e de diferentes significados atribuídos a este último pelos atores atuantes nos campos de luta considerados. Também é importante refletir sobre a apropriação dessas noções no jogo político no campo da reforma agrária, principalmente na realização de assentamentos semelhantes ao Alves, Pereira e Teixeira.

A construção teórica do conceito de modo de vida camponês na Sociologia, na Antropologia e na geografia está intimamente relacionada à noção de tradição e de comunidade. Na Geografia podemos elencar Paul Vidal de La Blache como um dos primeiros geógrafos que contribuíram, de alguma forma, para a construção do conceito. Na sua trajetória, La Blache, ao longo da segunda metade do século XIX, se dedicou ao estudo de comunidades rurais, especialmente na França, na busca da compreensão da unidade entre os aspectos físicos e humanos que conformavam cada uma das diversas paisagens daquele país. Para isso definiu e utilizou o conceito de gênero de vida, ou seja, o resultado das influências físicas, históricas e sociais presentes na relação do homem com o meio.

Antônio Candido (1964), na Sociologia, definiu a sociedade caipira como sendo aquela quase fechada, com uma economia de subsistência, utilizando técnicas de cultivo que “permitiram estabilizar a relação do grupo com o meio”. Para Candido, as relações de vizinhança e parentesco são fundamentais para a manutenção dessa economia e são esses laços de solidariedade que nos permitem identificar uma comunidade, um bairro rural.

Esta [o bairro] é uma estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas.
(CANDIDO, 1964, p.81)

A idéia de sociedade caipira de Candido é muito próxima da noção de gênero de vida de La Blache, entretanto, enquanto Candido desenvolve a sua abordagem com base numa perspectiva dialética - já que se preocupa em refletir sobre as relações do caipira com a sociedade mais ampla e as mudanças em seu modo de vida -, La Blache utiliza uma perspectiva historicista, uma vez que está preocupado em definir

as particularidades da relação entre o homem e o meio em cada região por ele delimitada.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) também contribuiu significativamente para a compreensão do modo de vida camponês e concordou com Candido na definição do campesinato como uma sociedade quase fechada. Para Queiroz o camponês se caracteriza por ser aquele que vive do que produz diretamente, utilizando para troca ou para venda aquilo que não emprega no consumo diário.

Apesar da grande importância atribuída ao cultivo para o auto-consumo e às relações de parentesco e vizinhança, ambos os autores fazem referência ao contato do campesinato com outras classes. A noção clássica de campesinato contém, assim, a dimensão da sua subordinação, de certa forma, a essas classes e mesmo ao Estado:

Estabelecia-se uma rede estreita de relações entre os roceiros pertencentes ao mesmo grupo de vizinhança, que adquiriam consciência da unidade e do funcionamento deste. Configuração social intermediária entre a família, de um lado, e de outro o arraial, ou a vila, ou a cidadezinha, o bairro apresentava as formas mais elementares de sociabilidade da vida rústica, que se alargavam em diferentes graus a partir dele, na seguinte escala: a) relações familiares; b) relações de vizinhança; c) relações dos bairros entre si; d) relações com a região; e) relações com o exterior (isto é, com tudo que ultrapasse a região). Tal gradação indica que os bairros, constituindo embora unidades funcionais relativamente autônomas, eram sempre tributários de um povoado ou de uma cidadezinha. (QUEIROZ, 1973, p.4, grifo nosso)

Os estudos e pesquisas realizados por Queiroz e Candido já indicavam que esses camponeses, moradores dos bairros rurais paulistas (focos de suas pesquisas), estavam inseridos e participavam de um contexto de transformação. Naquele

momento histórico, o país passava por uma intensa urbanização, especialmente o estado de São Paulo, e havia a preocupação da Sociologia Rural e da Geografia Agrária em pesquisar quem eram e como viviam esses camponeses (caipiras, caiçaras, caboclos etc.) que estavam sofrendo com esse processo (perda de terras para a especulação imobiliária, para a agricultura comercial capitalista etc.). Neste contexto, estes sujeitos eram compreendidos como representantes de um passado que seria superado pela modernização da agricultura e avanço da tecnologia.

Na geografia, Pasquale Petrone (1961) estudou o Vale do Ribeira na década de 1950 também com o objetivo de compreender o desenvolvimento desta região dentro do estado de São Paulo e analisou as transformações que a baixada passava frente à valorização das terras, as melhorias dos sistemas de transporte e as modificações nos sistemas agrícolas tradicionais. Nessa obra, como em outros dos seus estudos, contribuiu para o entendimento dos modos de vida dos camponeses estudados, sobretudo pela sistematização dos sistemas agrícolas praticados pelos diferentes “tipos humanos” por ele classificados.

A compreensão desses sujeitos foi de fundamental importância, especialmente a sistematização de seus saberes, da estrutura e funcionamento dessas sociedades rurais e suas tradições. Entretanto, se faz necessário também perceber esses camponeses como sujeitos históricos que, inseridos no fluxo ininterrupto da história, têm seus saberes incorporados (*habitus* - modo de pensar, de agir, valores dos indivíduos incorporados ao longo da história, das gerações, a partir da sua sociabilização naquele grupo) continuamente transformados e re-significados na medida em que se relacionam nos campos de luta no qual vão se inserindo e sendo inseridos. Aspecto que já nos sugerem as análises dos autores clássicos.

Os acontecimentos, ao longo da história, nos campos de lutas agrário e ambiental (e outros como o econômico e mesmo o urbano) trazem novas questões e novas preocupações, como é o caso da conservação ambiental, a ponto de aquilo que antes era visto como atraso – o modo de vida tradicional – ser considerado como algo excepcional e que deve ser valorizado.

Desse modo, a construção das recentes políticas de acesso a terra baseadas na idéia de que é preciso preservar a mata e o “patrimônio cultural” representado pelo modo de vida destas comunidades, é fruto de posições assumidas por esses sujeitos camponeses (caiçaras, quilombolas etc.) na interação com um conjunto de outros sujeitos no campo de lutas ambiental e da reforma agrária. Ou seja, é fruto de como o *habitus* desses sujeitos foi sendo recriado e mobilizado a partir das posições que eles foram tomando no jogo de forças que foi se desenhando ao longo da história.

A interação com esses diversos atores sociais diante das situações colocadas - sobretudo aquelas que ameaçam diretamente seus territórios – proporcionou a reivindicação da identidade de comunidade tradicional. De um lado, pela reação diante da visão preservacionista de que para assegurar os ecossistemas naturais é preciso manter áreas sem moradores; e, de outro, pela associação com uma visão social e ecológica que reconhece a existência de culturas tradicionais e sua importância na conservação da natureza.

Essa visão ecológica e social se torna forte no Brasil principalmente a partir de meados dos 1980 e, segundo Diegues (2004), tem grande influência do ecologismo social e do ecomarxismo, escolas de pensamento ecológico que associam a degradação ambiental com os imperativos do capitalismo. E são as análises,

pesquisas e a militância de boa parte dos pesquisadores ligados a essas correntes, articulados com os movimentos sociais das comunidades tradicionais, que vão influenciar o debate ambientalista e resultar nas políticas públicas direcionadas às comunidades tradicionais. Os termos da PNPCT (decreto 6040, de 2007), por exemplo, demonstram forte colaboração da construção teórica desenvolvida por estes pesquisadores, sobretudo na definição do que são populações tradicionais e territórios tradicionais:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. (BRASIL, 2007)

A conceituação ampla de povos e comunidades tradicionais sugere o entendimento da tradição a partir de suas múltiplas dimensões, além de possibilitar a interpretação de que a forma objetiva de uso dos recursos naturais está intimamente associada aos símbolos, mitos e saberes acumulados e re-interpretados pelas gerações. O aspecto multidimensional que envolve as culturas tradicionais foi ressaltado por Diegues (2004):

Um aspecto relevante na definição de *culturas tradicionais* é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais. (p. 84-85)

Diegues, assim como os autores clássicos, também admite a relação de dependência e subordinação das comunidades tradicionais em relação à sociedade urbano-industrial e fornece pistas do caráter dialético desta relação:

As culturas tradicionais decorrentes da pequena produção mercantil não se encontram no entanto isoladas no Brasil de hoje, mas articuladas com o modo de produção capitalista (Diegues, 1983; 1992c). Esta maior ou menor dependência do modo de produção capitalista, por outro lado, tem levado a maior ou menor desorganização das formas pelas quais o pequeno produtor trata o mundo natural e seus recursos. [...] [porém] nem sempre a maior articulação com o modo de produção capitalista tem levado à destruição da pequena produção mercantil. Ao contrário, como sucede freqüentemente no caso da pesca artesanal, o modo de produção capitalista se apropria da produção artesanal, sem necessariamente desorganizar esse modo de produção e reprodução social. (DIEGUES, 2004, p. 94)

Assim, Diegues também contribui para que entendamos que a tradição incorporada e reproduzida pelas comunidades tradicionais camponesas está relacionada aos jogos de forças e às transformações que os grupos vão sofrendo ao longo da história.

Ainda que as recentes políticas públicas que buscam a valorização das comunidades tradicionais tenham sofrido influência de autores como Diegues e outros⁵², a execução de projetos e ações com este caráter traz à tona novas contradições, que revelam a prevalência de um entendimento reducionista da noção de tradição, bem como as dificuldades que cercam a relação entre um modo de vida tradicional e a concepção de sustentabilidade adotada pelas instituições envolvidas.

O movimento de valorização da diferença, da tradição, parece resultar, em certos casos, no descolamento da tradição do movimento da história. Nesse sentido, prevalece um conceito idealizado de tradição, de comunidade camponesa, o que pode implicar fortes contradições e restrições para a reprodução desses camponeses e para a construção da sua territorialidade.

Em relação ao estranhamento dos assentados no Guapiruvu no que diz respeito à proibição do corte da mata para o plantio e ao estímulo ao cultivo de gêneros para alimentação da família sob a mata, é possível perceber que aquilo que a política pública definiu como prática sustentável não coincide com práticas tradicionais das comunidades camponesas e não leva em conta o *habitus* desses sujeitos.

Assim, se em algum momento o reconhecimento da tradição da comunidade do Guapiruvu foi decisivo para a garantia do seu direito de permanência na terra, a implantação e a realização das medidas que regulamentam este direito para comunidades vizinhas a unidades de conservação, parece supor a necessidade de superação da tradição incorporada (em nome da sustentabilidade, que passa a ser concebida em referência a uma racionalidade de base técnico-científica e não

⁵² Associados a escolas da Antropologia voltadas ao entendimento dos modos de vida tradicional podemos incluir uma série de pesquisadores, com destaque para aqueles ligados ao Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações em Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB).

tradicional). Os agentes do Estado têm um registro do tradicional que remete àquelas comunidades que produzem seus meios de vida a partir de uma relação mais próxima com a natureza e que, portanto, se ajustam com a necessidade de conservação da natureza. Entretanto, esse entendimento da vida a partir de um tempo mais lento, baseado nos ciclos naturais, não se expressa apenas nas formas objetivas que assumem as práticas dessas comunidades. Os usos têm significados e estes são subjetivos. É provavelmente por isso, que, propostos como principais componentes constitutivos do sistema de produção do assentamento, a agroecologia e o manejo de espécies florestais, não aparecem como parte dos saberes e dos valores dos assentados, dificultando a aceitação e a prática das novas técnicas.

Contraditoriamente, a permanência na terra que foi legitimada pelo modo de vida tradicional da comunidade passa a depender, para a sua efetivação, da modificação de tais práticas e de seu ajuste aos imperativos de sustentabilidade definidos a partir de uma racionalidade que lhe é estranha, em nome da necessidade de conservação dos recursos naturais.

Esse desacerto pode estar relacionado também com a própria interpretação dos instrumentos jurídicos que estão na origem da discussão do reconhecimento de direitos às comunidades tradicionais. Investigando os termos explicitados na Constituição Brasileira, observamos a existência de um viés que privilegia os aspectos de permanência da cultura. O seu artigo 216⁵³ define quais são os bens do

⁵³ Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio

patrimônio cultural brasileiro, incluindo entre eles, os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade nacional. Trata ainda da obrigação do poder público pela preservação desse patrimônio. O uso dos termos memória, patrimônio e preservação sugere o domínio de uma perspectiva histórico-linear no tratamento das diferentes manifestações culturais brasileiras e suas formas de territorialização. A diferença cultural é entendida como uma herança do passado. Aquele que é diferente tende a ser classificado a partir da definição de sua posição em uma escala de tempo, sendo o espaço por ele produzido freqüentemente entendido como expressão de um tempo passado. E a garantia da cidadania (o acesso aos direitos básicos – educação, moradia, saúde etc.), paradoxalmente, passa a ser vinculada ao reconhecimento dessa tradição.

Nas entrevistas com o engenheiro do DEPRN, Carlos Augusto da Cunha Correia Junior, e com Caio Stenio Almeida, técnico do INCRA/Fepaf, percebemos que ambos reconhecem a existência de certo descompasso em relação à proposta de assentamento do INCRA e as motivações dos assentados.

Júnior percebe que não há intenção clara dos moradores do Guapiruvu (assentados) em implantar culturas com adoção de técnicas especiais. Em contato com os assentados, ele identificou que a maioria pretende cultivar banana, pupunha e outras culturas tradicionais da região adotando técnicas “convencionais”. Assim, atentou para o fato de que isso pode ocasionar certa ilegalidade na execução do assentamento.

Já Caio deixou claro que o assentamento, por ser um PDS, tem algumas especificidades em relação às técnicas e gêneros agrícolas cultivados e mesmo em

cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

relação à sua gestão. Mostrou que o projeto foi desenvolvido para assentamentos da Amazônia em que as comunidades vivem da exploração da floresta e que, por isso, não previa a divisão da terra em lotes. O modelo de PDS indica uma gestão coletiva da área, o cultivo por meio de técnicas agroecológicas e, principalmente, o manejo de produtos florestais. (vide Anexo B)

Como já discutimos no capítulo anterior, no Guapiruvu, a primeira dificuldade foi a questão do uso em regime comunal. Essa regra teve que ser modificada, pois a comunidade sempre utilizou a área do assentamento organizada em lotes (chamadas tradicionalmente de posses). Permaneceram no zoneamento algumas áreas destinadas para uso comunitário, mas cada assentado teve garantido um lote familiar. Caio, analisando a experiência de “trabalho coletivo” organizado pela COOPERAGUA na área chamada “base coletiva” (posteriormente transformada em agrovila), constatou que o uso das áreas comunitárias terá que ser feito com parcimônia, envolvendo os assentados em pequenos grupos de afinidade.

Em entrevista com os assentados, pudemos perceber a persistência de algumas práticas de ajuda mútua na produção, revelando laços de solidariedade entre eles, além daquelas estimuladas pela AGUA e pela COOPERAGUA, sobretudo no que diz respeito ao carregamento da carga da banana e da pupunha. O entendimento pelos assentados do uso das áreas comunitárias do assentamento passa pelo aproveitamento desses laços já existentes, como revelou o depoimento de Dada, no capítulo anterior (p. 81).

No assentamento percebemos a prática em conjunto da manutenção de estradas e caminhos e a troca de dias no cuidado da lavoura e na colheita da banana. Por outro lado, é recorrente a desconfiança do trabalho em grupo estimulado pela AGUA em

benefício de todos os assentados e a recusa em ajudar alguns assentados que não estão muito envolvidos com seus lotes, seja por impedimento prático (moram fora do bairro ou trabalham fora e não têm mais membros em idade de trabalho na família) ou por desinteresse e descrença no projeto do INCRA. Percebemos, então, a formação de subgrupos dentro do grupo de assentados, que se caracterizam pela proximidade dos lotes e pela existência de relações de parentesco e afinidade de trabalho.

Quanto às técnicas e gêneros agrícolas, o técnico do INCRA percebe uma dificuldade de aceitação dos assentados de que o PDS se destina à produção de alimentos, ervas medicinais e ornamentais e ao manejo de produtos da floresta, com o uso de técnicas especiais. O técnico percebe que a expectativa e o foco de grande parte dos assentados é que, após a licença ambiental, possa fazer o corte raso em algumas áreas em seus lotes, para o cultivo de banana, gênero comercial amplamente difundido na região. Entretanto, Caio acredita que o projeto não poderá ter sucesso se for implantado como um assentamento comum e que, portanto, a principal dificuldade está em os assentados compreenderem e aceitarem os diferenciais de um PDS.

Em seu depoimento, ficaram evidentes as expectativas do INCRA que estão delineadas na implantação do PDS Alves, Teixeira e Pereira: o desenvolvimento de um assentamento vizinho a uma área florestada, em que a comunidade realiza uma gestão comunitária, se auto-sustenta por meio do cultivo de alimentos para o auto-consumo, mas, ao mesmo tempo, comercializa produtos extrativistas da Mata Atlântica, por meio do manejo sustentável da floresta. Esse projeto ambicioso propõe novas transformações para os ex-posseiros (agora assentados) e a sua

compreensão e incorporação pelos assentados dependem de uma série de fatores que incluem, na escala local, o fato de eles assumirem o projeto como do grupo.

Carina: Quais as dificuldades que você está sentindo aqui no Guapiruvu?

Caio: Justamente isso, o entendimento deles que são eles mesmos que vão gerir isso. Que se não for dessa forma, eles não vão ter sucesso. O entendimento de que o pequeno agricultor não pode ceder à pressão do agronegócio, que eles vão ter que produzir alimentos e ser auto-sustentáveis, porque de banana eles não vão sobreviver. E se mudar a banana, de repente, pra eucalipto, eles vão querer plantar eucalipto e eles não vão sobreviver dessa forma. Então, é a questão comunitária, o entendimento de agricultura, enquanto pequeno agricultor, e comercialização dos produtos da mata atlântica. [...] Também o agricultor hoje, depois que descobriu televisão, ele quer ter carro, quer ter a televisão, não tem mais campesinato, era o sonho do MST também, recriar esse campesinato, o agricultor viver da terra. Não existe mais isso, o agricultor quer ter carro, quer ter moto, quer ir pra cidade, ir em festa, tomar cerveja, porque ele vê isso na televisão e entende que a vida é essa. [...] O agricultor sobrevive da terra, mas a gente entende que ele tem que entender de ganhar dinheiro, de preferência até exportar os produtos da Mata Atlântica e receber em dólar, em euro. Aí sim vai ter o desenvolvimento sustentável. (Caio Stenio Almeida, técnico do INCRA/Fepaf, entrevista concedida em 16/04/2008, grifo nosso.)

É perceptível também a existência de uma expectativa por parte do INCRA de que o PDS do Guapiruvu funcione como um modelo de reforma agrária em que é possível conciliar a produção agrícola com a conservação da natureza.

Carina: Qual a expectativa do INCRA/Fepaf com relação ao Guapiruvu ?

Caio: Eu vejo assim, por ser um projeto pioneiro, mais que tem que dar certo, mais que esse sonho tem que ser concretizado para que

haja mais reforma agrária. Se a gente falhar nesse processo: encheram de gente na mata, desmataram tudo... Ou vira parque ou vira soja. A gente acredita que faz parte do processo da imagem da reforma agrária: assentado produz, exporta e preserva, diferente da soja, diferente de expulsar a comunidade da mata e virar parque. (Caio Stenio Almeida, técnico do INCRA/Fepaf, entrevista concedida em 16/04/2008)

As entrevistas com os representantes do DEPRN e do INCRA nos revelam que eles representam os objetivos definidos por uma parte da sociedade, principalmente aquela que vem lutando pela conservação da natureza por meio de um desenvolvimento entendido como sustentável. Os técnicos trazem em seus depoimentos uma idéia de qual o tipo de uso que pode ser legitimado e reconhecido como aquele que conserva a natureza e, por conseqüência, qual a concepção de agricultor e de comunidade que pode realizar esse uso.

Caio revela um entendimento de que os agricultores não são mais camponeses, porque assistem à televisão, desejam ter carro etc., mas não necessariamente está preocupado em conhecer mais profundamente o projeto de futuro que está na origem das aspirações desses assentados. Há uma compreensão de que o campesinato é àquele sujeito social do passado (que foi foco dos estudos das décadas de 1950, 1960 e 1970), e que não é mais possível reconhecê-lo hoje, devido às transformações objetivas que esses sujeitos sofreram ao longo da história.

Em certa medida, há uma projeção para os camponeses do projeto de futuro da modernidade, interpretação que se sustenta numa concepção estática de tradição, que concebe toda mudança como sinônimo de ruptura e descaracterização. Essa interpretação reducionista da tradição, contraditoriamente, colabora para se perder de vista a relação diferenciada que os camponeses travam com a natureza, no

sentido de que a conservação ambiental faz sentido se e quando relacionada ao propósito primeiro que é a reprodução da família e da comunidade na terra.

Ao mesmo tempo, o empobrecimento da noção de tradição dificulta a percepção de que a aceitação e adoção da agricultura agroecológica também depende da reinterpretação dessas técnicas à luz do conjunto de símbolos e valores que a comunidade possui. Ou seja, ainda que a agricultura ecológica e o manejo de espécies remontem, em alguma medida⁵⁴, às técnicas tradicionais das comunidades camponesas, a adoção e execução de tais técnicas pela Comunidade do Guapiruvu depende de sua ressignificação em relação ao seu modo de vida.

A idealização da tradição tende a conceber como estática a forma como os elementos do modo de vida irão se manifestar. Ainda que o horizonte desses sujeitos seja a realização do trabalho familiar na sua própria terra, realizando a família como valor (WOORTMAN, 1990), isso não significa que sempre utilizarão os mesmos instrumentos, técnicas e relações de trabalho ao longo da sua trajetória. Não são, simplesmente, ‘o que’ e ‘o como’ produzem que os diferenciam, nem tampouco o acesso aos meios de comunicação, aos bens de consumo e “hábitos da cidade”, mas o significado de suas práticas, o propósito e o projeto de futuro que os envolvem.

Como já assinalamos na análise da construção do conceito de campesinato, é preciso levar em consideração que o modo de vida tradicional desses camponeses sempre foi construído em diálogo com os processos que estão acontecendo na

⁵⁴ A agroecologia traz elementos da agricultura tradicional camponesa na medida em que proporciona um cultivo mais independente de insumos químicos industrializados, leva a uma diversificação da produção (também típica do campesinato), integra manejo de espécies vegetais e animais, e dessa forma pode colaborar com a autonomia do produtor, característica do projeto de futuro da maioria dos camponeses.

sociedade capitalista mais geral. A trajetória dessa comunidade, que tratamos nos capítulos anteriores, demonstra como o seu modo de vida, na verdade, tem a ver com sua história incorporada. O *habitus* desses sujeitos, que manifesta determinadas formas de lidar com a terra e a floresta, foi construído a partir das suas relações sociais estabelecidas com os outros sujeitos. E aquilo que identificamos como um modo de vida tradicional é uma forma que esse grupo criou dentro de condições específicas (a convergência entre estrutura e conjuntura histórica do Vale do Ribeira e, especificamente, do bairro do Guapiruvu), mas que vai sendo rearticulada, relida, nas novas situações enfrentadas ao longo da sua história.

Está claro que algumas tensões desencadeadas com a implantação do assentamento são novas na medida em que refletem uma nova conjuntura no jogo de forças, em que o Estado passa a interferir mais amplamente na forma como a comunidade se organiza e se relaciona com a terra e a floresta. Mas, muitas das tensões existentes entre esses diferentes sujeitos e seus interesses diversos não se iniciaram com a implantação do assentamento agroambiental no bairro, mas estavam postas desde a origem da comunidade.

Uma série de situações ao longo da história do Vale do Ribeira e da comunidade do Guapiruvu – o desinteresse econômico dos grandes capitais, o relativo isolamento dos grupos camponeses, a retomada do interesse por latifundiários e a revalorização da natureza como recurso – convergem, então, para que se crie um horizonte de necessidades e de desejos diferenciado entre esses grupos camponeses, caracterizados pelo objetivo de reproduzir a família.

A análise contextualizada da noção de tradição e, por conseguinte, de campesinato, nos permite, assim, discutir e compreender melhor as razões do estranhamento que

as técnicas agroecológicas provocam nos camponeses do Guapiruvu, criando conflitos e dificuldades para o entendimento e envolvimento dos assentados na realização dos projetos de agricultura ecológica.

É recorrente, como vimos nos depoimentos do capítulo anterior, que os camponeses tenham receio na implantação de sistemas de produção alternativos, como os sistemas agroflorestais (SAF's) e mesmo quanto à diminuição dos insumos e defensivos químicos nas suas roças. Demonstram preocupação com os riscos da investida nesses projetos de cultivo e de manejo, geralmente devido aos resultados que ainda são imprevisíveis e duvidosos.

Por um lado, essa resistência às técnicas “novas” demonstra uma dificuldade dos camponeses em apreender a lógica dos projetos. Essa lógica que, como já discutimos, tem como meta primordial a conservação ambiental combinada com o desenvolvimento econômico, pressupõe um planejamento, baseado numa racionalidade econômico-ecológica (visando ganhos econômicos e ambientais), que prevê objetivos e resultados que serão alcançados num futuro de médio e longo prazos.

A prática do planejamento supõe a construção do futuro pelo cálculo e uma vez construído, pressupõe uma abstração, um desenho de algo novo. É o que Bourdieu chama de Planificação Racional. Diferentemente, para o campesinato o futuro é percebido diretamente no presente imediato, ou seja, por meio das experiências acumuladas que constituem, nesse sentido, a própria tradição. (BOURDIEU, 1979)

Assim, tradicionalmente os camponeses investem naquilo que confiam que terão retorno para o provimento das necessidades da sua família. Se durante algumas

décadas aprenderam que o cultivo da banana com o uso de agrotóxico⁵⁵ garantia o mínimo para a reprodução de suas vidas, o retorno (retorno porque, num passado relativamente recente, não utilizavam insumos químicos) a uma técnica que utiliza mais elementos orgânicos e/ou ecológicos não será imediatamente assimilado.

Primeiro porque não é, em geral, a motivação preservacionista/conservacionista da natureza que sensibiliza esses sujeitos para que embarquem em novos “investimentos”. E tampouco a crença numa possibilidade futura de maior renda que a adoção dessas técnicas poderá gerar. A tendência é que incorporem determinadas modificações no seu fazer agrícola na medida em que essas técnicas se revelem capazes de garantir a reprodução das suas famílias em condições favoráveis. Seu investimento no novo ocorre geralmente quando confirmam, na prática, a eficácia dessas técnicas para assegurar as necessidades da família. Além disso, a adoção desse “novo” e o entendimento da necessidade de conservação irão acontecer quando essas técnicas fizerem sentido em relação ao conjunto de práticas, valores e vivências que o grupo possui.

Contudo, isso não quer dizer que, para reproduzirem a família, comprometeriam necessariamente todos os aspectos ecológicos (a mata, as águas, o solo) dos seus lotes, mas que a preocupação com a conservação faz e fará mais sentido se e quando relacionada a essa necessidade primeira de assegurar a reprodução da própria família. A exploração da natureza aparece sempre associada à necessidade

⁵⁵ Importante notar que a introdução de agrotóxicos veio acompanhada da própria expansão da agricultura comercial da banana na região do Ribeira, e foi decisiva, junto com a diminuição de disponibilidade de terras, para dificultar a continuidade do tradicional sistema de coivara (rotação de terras). Ao mesmo tempo, ao longo de décadas, difundiu-se a idéia de que o uso de agrotóxicos garantia a produção da banana, que, ao ocupar grande parte das terras agricultáveis antes dedicadas às roças tradicionais de subsistência, passou a ser a principal fonte do ganho das famílias do bairro.

de reprodução da família e a noção de equilíbrio no uso da natureza é recorrente na fala dos assentados, sobretudo os mais antigos, mas não somente eles:

Eu concordo que você derrubar em cima de rio, cabeceira este tipo de coisa, não é certo, mas se você derrubar mais ou menos, na medida que é certo, porque eu não sou muito bobo não, eu entendo das coisas, se você não derrubar, deixar as beiras de rio, endireitar tudo certinho, não estraga. (Bambolê, assentado, entrevista concedida em 13/04/2008)

Não tem necessidade de entrar lá no mato virgem para derrubar, pra quê, não precisa. Mas tem as capoeira fina que dá para a pessoa trabalhar, mas diz que não pode, eu não sei como vai ser... (Dona Das Dores, moradora do bairro, prima de assentado, entrevista concedida em 13/04/2008)

Por outro lado, alguns assentados, mesmo reclamando da impossibilidade do corte das árvores no assentamento, também reconhecem a possibilidade de um desmatamento desmedido na área do assentamento quando houver a licença ambiental, demonstrando preocupação com uma derrubada em massa:

Eu entendo mais ou menos as coisas. Que nem esse bananal aqui, já tá com três anos. Eles não querem, né, Márcio, Caio [Inkra], né. Eles falam que não é para derrubar árvore. Só que eu não sei se é isso mesmo que eles falam... Porque tem umas pessoas se liberar, falar assim: olha, você faça tal coisa, aí ele vai aumentar o dobro mais pra frente. Aí não dá mesmo. Que nem o bananal aí. O bananal do jeito que tá as árvores não tem jeito, tem que ralear ela. (Dito Carne Seca, assentado, entrevista concedida em 10/01/09)

Na avaliação de Dona Neco⁵⁶, antiga posseira da área do assentamento cujo lote ficou para um dos seus filhos, as derrubadas praticadas ilegalmente por alguns

⁵⁶ Informações concedidas por Dona Neco em entrevista realizada em 14/04/08. Em janeiro de 2009 seu filho, Sandro, era um dos que já havia desistido do lote no assentamento devido à

assentados demonstram que, se não houvesse a proibição, já poderiam ter acontecido muito mais derrubadas. Mesmo alertando para a impossibilidade de sucesso do assentamento devido à total proibição do corte, Dona Neco reconhece a importância da definição de critérios para o corte das árvores para assegurar a própria conservação ambiental e a continuidade do projeto de assentamento.

Cabe aqui uma reflexão sobre o que faz um modo de vida poder ser chamado de tradicional. O objetivo de reproduzir a família (que destacamos várias vezes ao longo do texto) não significa que os camponeses não queiram ter mais bens, melhores condições para seus filhos etc. Mas, ao mesmo tempo, o possível acúmulo de bens não significa, por fim, abraçar a ideologia capitalista (do lucro). O fato de o objetivo da produção ser a reprodução da família e não o lucro e a acumulação, implica uma outra forma de se relacionar com a natureza e com sua apropriação e uso, mediada por outros valores. Da mesma forma, o fato de constituírem um saber próprio, fundamentado na prática, também contribui para uma postura de constante desconfiança e resistência em relação às mudanças em geral sugeridas por atores externos ao seu modo de vida, e aos possíveis riscos que elas representam. Ou seja, o ser tradicional representa, sobretudo, o fato de o seu modo de vida reproduzir-se mais em conformidade com os ritmos cíclicos da natureza e possuir um tempo mais lento, em que as transformações, embora estejam presentes, não apresentam a mesma intensidade e aceleração que caracteriza a sociedade moderna capitalista. Mesmo assim, tudo isso não impede que esses sujeitos sociais vivenciem momentos de ambigüidade em face dos atrativos do mundo da mercadoria

impossibilidade de corte e plantio no seu lote de 6 hectares e à desmotivação em manter a produção no lote que recebera na agrovila.

Os aspectos da tradição reinventados ao longo da trajetória da família, de acordo com as influências que vão surgindo e as decisões que vão sendo tomadas nos campos de luta, revelam essas contradições e ambigüidades vivenciadas por esses sujeitos históricos camponeses. Assim, é preciso deixar claro que existem diferenças entre eles, no modo como os traços da tradição e da modernidade vão se combinar e se apresentar no *habitus*. Ao mesmo tempo em que alguns assentados demonstram valorizar, por exemplo, o cultivo para o auto-consumo e a diversidade da produção como um valor (essencialmente por contribuir para sua autonomia), outros, mesmo mantendo algum cultivo para essa finalidade, não reconhecem mais nessa prática uma estratégia para manter a autonomia.

Carina: Vale a pena plantar essas lavouras brancas?

Dada: A vantagem é que a gente tem... não sei, eu peguei o sistema dos caiçara daqui, porque eu moro aqui desde 82, né. Então eu peguei esse sistema porque o comprado é duro, você vai lá compra um quilo, dois quilo parece que não rende nada, né. E você vai lá e planta! Você, nossa! Feijão eu... faz dia que eu to comendo feijão e ainda tem um balde daquele grande de plástico cheio de feijão aí, entendeu? Ele dá trabalho, fica caro o custo do serviço pra você limpá a terra, pra você cuidá dele, tem que pegá sol, tem que por no sol, tem que tirar, tem que... Lucro mesmo ele não dá, compensa mais comprá, mas é que a gente gosta de mexer com a terra, de mexer com a lavoura, então... Ele fica mais caro, mas pra gente significa mais barato, né... Mas compensa comprá, o Zé Pé [Zé Alves] mesmo ele não quer saber de plantá, ele quer comprá. Ele vende a banana e compra o feijão, ele fala pra mim, né. Já eu falo pra ele que eu prefiro se eu pudesse não comprá nada no mercado eu não compraria. Nem que a mão de obra minha ficasse mais caro, mas se eu pudesse trabalhá pra mim direto, pra mim plantar de tudo, eu tinha de tudo. Que nem agora mesmo, agora eu tenho abóbora, tenho um monte de coisa lá que agora tá produzindo, né. Porque se a gente tem, não precisa a gente comprá, né. Fica mais caro

porque... Mas é uma coisa que é mais natural, é mais gostoso.
(Dada, assentado, entrevista concedida em 14/01/09)

Dada é um assentado que veio do Nordeste com o pai para o bairro do Guapiruvu em 1982, trabalhar com banana no sítio que era de um tio. Casou-se com a filha de Seu Zé Santana em 1989, quando entrou como posseiro na área da posse (hoje, assentamento) junto com o sogro. Na época do gengibre conseguiu acumular algum dinheiro, vendendo sua força de trabalho para os médios e grandes fazendeiros do bairro e plantando gengibre em parceria com Zé Alves na área da posse. Depois do último despejo judicial (em 1998) decidiu se afastar da luta mais direta pelo reconhecimento de seu direito à terra. Assim, recebeu um lote distante daquela área que trabalhava antes com o seu sogro. O lote que recebeu estava coberto de mata e por isso Dada praticou um corte ilegal, quando da definição dos lotes, em 2006.

Nesta área aberta tem cultivado banana, pupunha e culturas para o auto-consumo como feijão, abóbora, milho etc. A sua fala demonstra considerar que, mesmo sabendo que financeiramente comprar estes produtos pode ser mais compensador, a cultura de auto-consumo significa a possibilidade de depender menos do mercado e da venda da sua força de trabalho para os outros. Já Zé Alves, sobre quem Dada comenta em seu depoimento, não considera ser mais vantajoso as culturas de auto-consumo, apesar de ainda manter algumas (sobretudo criação de galinha, horta, árvores frutíferas e mandioca):

Carina: Pra você, uma cultura para subsistência....?

Zé Alves: Isso é inviável, isso não adianta o cara querer inventá, porque se ele inventá ele vai se dar mal e passá apertado. Porque nós não temo nem clima pra isso aqui. Esses tipo se plantá aqui, a distância é muito longe de São Paulo, ou de Curitiba, que seja, você não tem como vendê nesse meio aqui. [...] Pro seu consumo, do tipo

ruim você consegue. Então não adianta você mudar pra ficar só no seu consumismo ali e não ter expectativa de vida nenhuma. Porque eu trabalho muito com a expectativa de vida porque, que nem eu falei, não ficar rico, mas você ter sua vida mais digna, sossegada.

Carina: Mas você não acha que dá para conciliar a banana e ter um pouquinho de feijão, uma galinha, um porquinho...?

Zé Alves: Não, isso nós temo, porco não, a galinha tem aí. E tem algumas outras coisinhas... Mas o carro chefe é a banana. Escapou de banana, outra coisa é temporário, é difícil fazer um mil reais com ele, já acaba se você sai fora do bananal, a não ser que seja a pupunha. Mas também perde de longe para a banana, mesmo ruim. Não é a toa que você anda o Vale inteiro e você só vê banana, você não vê outra cultura. Então é porque o lugar não é pra outra coisa. Quem tentou, inventou, abandonou, tá voltando plantar banana de novo. Então esse negócio de diferenciamento de cultura, alguns inventam, mas todos que inventou ai que eu vi deu com os burros n'água. Principalmente vizinho nosso.

Carina: Vocês formaram agora a associação do assentamento, né?

Zé Alves: Formaro, mas eu nem to participando porque eu não acredito que vá funcionar. Eu não vou me associar não, só vou me associar, até nem vou criticar esse lado, mas vou esperar, dá um tempo, porque nós temo uma associação aí legalzinho, registrado, com tantas entidade apoiando, não tá sendo suficiente pra resolver nosso problema, pra que criar outra? Eles tão dizendo que essa que vai ser criada vai receber todo recurso, né, que senão não pode receber. Mas nós não dependemo só desse recurso do Incra. (Zé Alves, assentado, entrevista concedida em 14/01/09)

Filho do morador mais antigo do Guapiruvu (Seu Altino Alves), Zé Alves revela em seu depoimento influências de aspectos tradicionais, como a desconfiança em assumir novas técnicas agrícolas e novos gêneros agrícolas, a parcimônia em participar da nova associação dos assentados; mas ao mesmo tempo traz fortes traços do projeto de modernidade nos seus ideais (sobretudo a preocupação em

obter uma renda monetária), nas suas expectativas e metas para futuro. Ao contrário de Dada, acredita que a segurança e a qualidade de vida da família estão mais dependentes do dinheiro e, nesse sentido, da (mono)cultura comercial.

O pessoal fala muito de fazer uma feirinha em Registro. Eu falo que eu tô fora, não vou mesmo. Porque você sair daqui vender uma dúzia de ovos... Até certa hora nós fazemô até piada, Gilberto fica macho com nós... Fazemô até piada porque você perde o seu dia para vender uma dúzia de ovos lá em Registro, que lucro você tem com isso? É melhor você comê aqui e ficar aqui mesmo fazendo outra coisa ! Ou vender duas pencas de banana...?! Ou outra... Você pode diversificar, mas o que é interessante pra nós é quantidade. Não adianta você vende meia dúzia de qualquer coisa lá, não vai resolver seu problema. De jeito nenhum vai resolver. Isso pra não resolver problema pra você ter uma vida digna na agricultura familiar, não ganhar dinheiro ainda. Pra você ganhar dinheiro nem nós não pensamô nisso. Nós pensamô em ter uma vida digna: sempre ta com suas conta em dia, você ter como trazer uma mercadoria pro sítio, poder ir num dentista qualquer hora que você precisar, até ter um planozinho de saúde, [...] esse tipo de coisa. (Zé Alves, assentado, entrevista concedida em 14/01/09)

Zé Alves é um dos assentados com maior participação nas reuniões do assentamento e um dos fundadores da AGUA e da COOPERAGUA; ainda quando posseiro também tinha participação ativa nas lutas. Assumiu o desafio de fazer uma produção agroecológica de banana, em 2005, antes mesmo da área do assentamento ser desapropriada pelo INCRA. Entretanto, demonstra também desacreditar das técnicas agroflorestais:

Eu tive uma melhora, mas foi no sistema 100% convencional, de 2000 a 2005. Deu uma melhorada boa no sistema só 100% convencional. Mas aí comecei a aderir ao sistema agroecológico, você acredita, né, e acha que é mais viável pra você porque você tá economizando, né. Mas você economiza e você não ganha ! Então

acaba sendo inviável. Porque você tem que economizar e ser sustentável pra você. (Zé Alves, assentado, entrevista concedida em 14/01/09)

As dificuldades de aceitação e de entendimento da proposta de agricultura indicada para o assentamento Alves, Teixeira e Pereira nos revelam outros aspectos relacionados à complexidade que envolve a reprodução desses camponeses no período histórico em que vivemos, marcado pela emergência política de identidades étnicas, mas também pelo avanço do neoliberalismo, da globalização.

Brandenburg (2002) chama a atenção para o fato de que os sistemas agroecológicos, na sua origem, estão baseados numa relação homem-natureza em que existe uma preocupação com o equilíbrio e a preservação não apenas no sentido ecológico, mas também humano. Para ele, a diversidade de atividades agrícolas e pecuárias leva a uma relativa autonomia do agricultor. São esses princípios (liberdade e autonomia no trabalho, diversidade da produção etc.) que convergem para os sistemas tradicionais do campesinato.

No entanto, no Guapiruvu, é comum que os assentados identifiquem os técnicos agrícolas - responsáveis pela orientação técnica (voltada para a produção agroecológica) e articulação política do assentamento - como fiscalizadores e cerceadores da sua liberdade no trabalho. Ao mesmo tempo, apresentam dificuldade de entender a produção agroecológica como veículo dessa autonomia. Ora, mas, a princípio (como sugere Brandenburg), a agroecologia não contribuiria para uma autonomia na organização do trabalho do agricultor?

Essa contradição nos leva a considerar as diferentes espaço-temporalidades que sugere a avaliação e análise de um projeto ambicioso como o PDS Alves, Pereira e

Teixeira. Encontram-se na realização deste projeto, diversos atores sociais motivados por diferentes interesses, necessidades e expectativas.

Misturam-se os discursos técnico-científicos - que discutem a viabilidade ecológica, econômica, social dos projetos e que possuem lógicas e conjuntos de significados próprios - com as leis ambientais que procuraram dar materialidade (como é o caso do próprio PDS enquanto alternativa de assentamento) às negociações políticas que resultaram da luta nos campos da reforma agrária e do ambientalismo.

Segundo Brandenburg, é possível identificar um “movimento agroecológico” que foca sua crítica no domínio da lógica industrial na agricultura. Mas, por outro lado, dentro da agroecologia, é comum incluírem-se diversas técnicas e sistemas de produção que vão desde a agricultura biodinâmica, orgânica e efetivamente ecológica.

Além disso, o mesmo autor sugere que os posicionamentos políticos, que demonstram a visão de mundo que está por traz daqueles que praticam essas diversas técnicas, não necessariamente convergem. Até porque, as origens e formações (técnico-acadêmicas, políticas etc.) dos profissionais e dos agricultores que incentivam e se engajam na propagação dessa agricultura “alternativa” são diversas.

O agricultor agroecológico não constitui uma categoria social homogênea. Isto significa dizer que, tanto no Brasil quanto na Europa, a agricultura ecológica não constitui uma estratégia de reprodução de uma categoria social específica, não podendo ser considerada como uma solução para as questões relacionadas à sobrevivência e reprodução de uma determinada categoria. (BRANDEMBURG, 2002, p. 14)

Concordamos com esse ponto de vista na medida em que não é possível assumir a agricultura ecológica como um conjunto de técnicas que será o grande diferencial para o sucesso de assentamentos como o PDS do Guapiruvu. Mas, consideramos que, ao ser re-significada pelos sujeitos do assentamento, a agroecologia poderá sim, a longo prazo, constituir uma mudança na forma de se relacionarem e se apropriarem do seu território. E, nesse sentido, contribuir como estratégia de reprodução do campesinato, sobretudo nas situações em que as comunidades estão dentro ou no entorno de áreas naturais protegidas.

Percebemos no assentamento Alves, Teixeira e Pereira a existência de alguns assentados, especialmente os mais jovens e próximos à AGUA, que têm uma avaliação e uma perspectiva positiva quanto ao uso das técnicas agroecológicas. É o caso de Frázio Ramos e Vilma de Jesus, um casal de assentados que vem praticando de forma experimental o consórcio de espécies em seu lote (fotos 16, 17 e 18) e demonstram uma avaliação positiva deste aprendizado:

Normalmente nós fazemos assim: nós limpa, né, para o plantio direto que a gente faz, não queima, plantio direto, você roça, banana-flor essas coisas, você roça, depois que a planta se forma você deixa as árvores crescer. Aí você vai fazendo poda, é o manejo. A agrofloresta com o convencional não dá certo porque tem a variedade, né: banana, madeira, frutífera e se você aduba a banana, aquela árvore já suga o adubo, já puxa o adubo. [...] No tempo quente você vai deixar a madeirar para sombrear, no tempo frio você vai fazer a poda para clarear. [...] A gente trabalhando, vai pegando experiência, aí vai, tira a mudinha, vai lá, coloca. Não planta uma roça direto assim. Você vai fazendo consórcio, né: aqui tem um pé de Juçara, dois metros você põe um de café. Tem pé de mexerica, passa mais um pouquinho pra frente, dali dois metros põe o café de novo, ou senão um pé de Juçara. (Frázio Ramos, assentado, entrevista concedida em 12/01/2009)

Foto 16 – Consórcio de espécies no lote de Frázio Ramos.

À esquerda um pé de palmito Juçara, à direita um pé de pupunha e ao fundo uma bananeira.

(jan/2009)

Foto: Carina Bernini

Foto 17 - Pés de abacaxi no lote de Frázio Ramos.

(jan/2009)

Foto: Carina Bernini

Foto 18 – Plantação de Taioba no lote de Frázio Ramos.

(jan/2009)

Foto: Carina Bernini

Valmir Alves, sobrinho de Vilma e também assentado, demonstra conhecer bem os sistemas agroflorestais, tendo visitado alguns SAF's implantados no Pontal do Paranapanema-SP como parte de um projeto fomentado pelo PROTER e que a AGUA está participando.

Eu fui numa avaliação de meio termo do projeto SAF's lá no Pontal. Eu vi alguns sistemas, né. Eu acho que ele pode dar certo, sabe. Mas só que tem que ser num consórcio de planta, né. Não só uma só, por exemplo, só a banana. Tem que ser várias, por que aí você pode agregar valor em várias coisas, não só na banana.

Dependendo do bosqueamento que fizer ela não vai sentir muito o efeito. Mas quem sabe até mais pra frente eu posso fazer no meu [lote] ali, porque tem umas áreas que é meio aberta, né, tem poucas árvores, dá pra mexer. (Valmir Alves, assentado, entrevista concedida em 12/01/2009)

Os assentados que mais têm praticado a agroecologia são os mais jovens e próximos às ações comunitárias da associação local, a AGUA. De certa forma, são aqueles que vêm sendo formados por esse processo de desenvolvimento comunitário desde a fundação da associação, em 1998. Entretanto, nem todos os assentados têm a mesma relação com a associação e suas lideranças. É perceptível que existem divergências entre a visão de mundo e o projeto de futuro das lideranças e de alguns assentados.

Geraldo e Gilberto, as duas principais lideranças da AGUA, são representantes de uma visão de mundo que acredita na autogestão participativa e na economia solidária por meio de processos produtivos sustentáveis. Daí a defesa da agroecologia enquanto prática produtiva e dos processos participativos de gestão e gerência (prática de reuniões, registro em atas etc.), além da importância da parceria política com governos e ONG's.

Sua formação, experiência e história de vida, como relatamos no primeiro capítulo, colaboram para a formação desse referencial. Ao mesmo tempo, os colocam (como revelam seus depoimentos) enquanto diferentes daqueles com quem convivem e para quem o assentamento se destina. A análise do papel e a atuação das lideranças do Guapiruvu nos auxilia, assim, a perceber a complexidade que envolve a reinvenção da comunidade do Guapiruvu a partir da implantação do assentamento agroambiental. Geraldo e Gilberto, ex-empregadores do bairro, optaram por diminuir sua produção, adotar a agricultura ecológica e liderar um processo de organização

comunitária no bairro. Em determinado momento escolhem defender o processo de luta pela terra dos posseiros, pois percebem essa causa como parceira das suas, e parte de seus projetos de futuro.

Entretanto, as divergências em relação à visão de mundo das lideranças e dos assentados ficam evidenciadas nas diferenças de posicionamento entre eles, principalmente no que diz respeito à adoção da agroecologia e do trabalho coletivo nas áreas comuns. Além disso, parte dos assentados desconfia da relação de Gilberto com o INCRA, frente ao seu passado ligado aos grandes produtores de banana do bairro.

Eu sou muito amigo dele, muito, porque se criemo junto, mas Gilberto ele foi político, o pai dele foi político aqui é mau visto. Isso é uma grande verdade. Principalmente nesse movimento de terra aqui. Porque antes ele era meio que de oposição, né. Bem contrário mesmo. Foi através do pai dele que veio esse Paulo [Hamada], um monte de gente, que maltratava a turma aqui. E depois como ele foi trabalhar no INCRA, que é claro é o direito dele, aí ficou essa coisa, a turma fica meio, sabe? Aí pra reunir, aquele povo que tá cansado, enjoado de ouvir a política, né, é complicado, né. (Leonel Alves, assentado, entrevista concedida em 13/04/2008)

A rejeição às práticas agroecológicas por parte dos assentados não ocorre, então, simplesmente porque são práticas modernas, portanto diferentes das tradicionais/convencionais, mas sobretudo porque é necessário um tempo para que tais práticas sejam adaptadas e resignificadas em relação aos saberes e práticas do grupo. E esse tempo não corresponde àqueles das lideranças, dos técnicos do Estado ou das ONG's, os quais trabalham com metas e objetivos a serem alcançados num prazo estabelecido de acordo com outros interesses e necessidades.

Prevalecem entre esses diversos atores diferentes espaço-temporalidades relacionadas a diferentes racionalidades e maneiras de situar o homem no tempo-espaço. É recorrente no Estado a perspectiva “desenvolvimentista”, a concepção do tempo de forma linear e do espaço de forma abstrata, de maneira que a mudança aparece vinculada à idéia de progresso. A perspectiva tradicional camponesa que orienta a comunidade é permeada pela idéia de reprodução da vida num espaço pleno de conteúdos e num tempo cíclico marcado pelos ritmos da natureza, que é também um tempo lento, em que as mudanças costumam levar, assim, um maior tempo para serem assimiladas.

Além disso, a realização dessas mudanças localmente (ou seja, no assentamento Alves, Teixeira e Pereira) se relaciona, por sua vez, com outras escalas de atuação do próprio Estado, agentes econômicos diversos, dentre outros, nos campos de lutas ambiental, econômico e agrário. E, por isso, a eficácia dos objetivos e metas do assentamento também depende do alcance de processos e políticas que se desdobram em escalas mais amplas. É o caso, por exemplo, da produção agroecológica e dos produtos extrativistas da Mata Atlântica que para terem sucesso dependem de uma política agrícola mais efetiva e direta para o escoamento desses produtos.

A realização de um projeto de assentamento baseado na agroecologia, como é a proposta do PDS Alves, Teixeira e Pereira, nos demonstra, portanto, que os desafios para sua implantação estão para além das resistências dos assentados em aderir determinadas técnicas e deixar práticas consideradas ilegais. A problemática do palmito Juçara nos deixa claro, por exemplo, os pontos de estrangulamento da idéia de assentamento agroecológico. A extração ilegal de palmito, consolidada como uma cadeia produtiva, ligada a várias instâncias, é sustentada por um conjunto de

relações já construídas, não apenas pela prática do palmitreiro na mata. É esta cadeia que se deseja transformar com a implantação do assentamento, mas não se consegue atingir, ao mesmo tempo e com a mesma intensidade, todas as relações no campo econômico que sustentam tal cadeia produtiva. Assim, mesmo reconhecendo o perigo de uma prática ilegal, e desgaste físico dessa atividade, e seus prejuízos ambientais, grande parte dos assentados ainda depende, economicamente, da extração de palmito.

Por outro lado, o sucesso da prática agroecológica no assentamento também depende, numa escala mais abrangente, das políticas econômicas e agrárias para facilitar o escoamento e a colocação no mercado dos produtos orgânicos, oriundos de SAF's. Até então, poucas são as políticas públicas para garantia do escoamento da produção familiar no Brasil e dentro delas, menos importância ainda se verifica em relação à qualidade das técnicas empregadas pelos camponeses. Percebemos esta preocupação no depoimento de Caio, técnico do INCRA/Fepaf:

Porque também não vai ter sucesso com palmito [cultivado], ervas medicinais e ornamentais, que esse é o nosso sonho, se a política lá em cima não favorecer a isso. [...] O PAA [Programa de Aquisição de Alimentos] hoje, aqui, compra banana. Existe um PAA pra produtos extrativistas para produtos lá da Amazônia. Hoje não entra palmito, não entra nada da mata atlântica. Talvez os governos estejam pensando isso, MDA, pensando nos produtos extrativistas. Já é um começo. Vamos puxar isso pra cá, pra comercializar, se não, não vai adiantar todo esse sonho se a gente não consegue isso. Senão eles desistem. (Caio Stenio Almeida, técnico do INCRA/Fepaf, entrevista concedida em 16/04/2008)

Assim, no campo de lutas econômico, percebemos que os agentes da cadeia produtiva do palmito Juçara ilegal ainda têm apresentado mais força e conseguido manter esse mercado estabilizado. As fiscalizações e ações de desmonte das

fábricas clandestinas e dos carregamentos do produto ilegal não conseguem fazer frente a esta que é a ponta mais forte dessa cadeia.

No outro lado está o mercado de produtos agroecológicos que para os camponeses do Guapiruvu ainda está pouco acessível e estruturado. O corte do palmito Juçara plantado pelos assentados em seus lotes, por exemplo, sofre com a burocracia para a licença de corte. Ao mesmo tempo, a polpa do fruto da Juçara⁵⁷ ainda é pouco valorizada no mercado e tem sido vendida por R\$ 0,80 o quilo. Mesmo a banana agroecológica produzida pelos líderes comunitários do bairro (Gilberto e Geraldo) e por alguns assentados não é vendida para o mercado especializado. Elas entram na carga vendida pela COOPERAGUA junto com as demais bananas dos pequenos produtores que são produzidas convencionalmente.

É por isso também que a complexidade para a recriação dessa comunidade nos moldes de um assentamento agroecológico evoca conjunturas conflituosas e contraditórias. Valmir Alves que apresentou conhecimento e disposição para a prática de técnicas agroecológicas, por exemplo, por outro lado admite ainda depender do corte ilegal de palmito Juçara como estratégia de sobrevivência, pois não consegue viver a partir das culturas do seu lote no assentamento.

Eu tô, as vezes faço bico por fora, ai, mas não tem pra onde correr, tem que cortar palmito. Porque aqui hoje nós tamo com 4 pessoas dentro de casa. Quer dizer, é difícil manter, sempre sobra pra mim. [...] Por isso que as vezes chega cansado do serviço, as vezes vai trabalhar no meu lote lá, mas só quando estou de folga mesmo. [...] É cansativo, é muito cansativo, porque você anda..., hoje tá muito longe, né. Quer dizer assim, tem pessoa que trabalha com burro e eu

⁵⁷ A polpa do fruto da árvore da Juçara pode ser consumida como suco e utilizada para confecção de doces ou no acompanhamento de frutas e granola. Tem um alto teor energético assim como a polpa do açaí, fruto do açaizeiro, palmeira da Amazônia. O açaí é bastante consumido no centro-sul do país.

não trabalho, eu trago ele na costa mesmo. Então anda 4, 5 horas com ele na costa. Então quando chega pra cá já chega bem cansado. Mas é, a maioria não desiste fácil porque é uma coisa que dá um lucro bom, né, um dinheiro rápido também. Mas a maioria do pessoal aqui no Guapiruvu ainda tá no palmito, né. Espero eu também que um dia venha sair dele, mais rápido possível. (Valmir Alves, assentado, entrevista concedida em 12/01/2009)

Frázio, assentado que tem praticado experiências de agroecologia em seu lote, também conta ter trabalhado muito tempo com o palmito. Mas admite que mesmo começando a trabalhar no lote não conseguia deixar de depender da extração ilegal. Somente abandonou essa prática quando conseguiu o emprego de vigia no Parque Estadual Intervales. Esta atividade garante o mínimo para o sustento da família e possibilita que se dedique, nas folgas, ao lote no assentamento:

Na verdade antes de acontecer tudo isso, eu era palmiteiro, né, eu era palmiteiro e gostava até de cortar palmito, e a necessidade também obrigava. Ai eu acho que ele [pai] pensou assim: eu vou plantar palmito aqui [na posse, hoje lote] que ele pára de ir para o mato, se interessa e vem trabalhar comigo. Ai passado uns tempo eu vi aquilo, né, ai comecei a me interessar também. Mas só que eu não tinha outro emprego, de lá eu não tirava sustento, ai eu falei eu vou cortar palmito [no mato] e tirando sustento de casa, na folga eu venho pra cá trabalhar com ele. E assim foi. Ai comecei a trabalhar lá e comecei a consorciar as coisas: o palmito, a banana, o café. [...] Ai me deram emprego no parque, em 2004. (Frázio Ramos, assentado, entrevista concedida em 12/01/2009)

As restrições ambientais a que estão submetidos os assentados do PDS Alves, Teixeira e Pereira agravam ainda mais a dificuldade de reprodução dessas famílias. É conhecido pelos assentados o plano de utilização do assentamento que pretende implantar a agricultura agroecológica nos lotes individuais e o manejo florestal nas áreas comuns. Entretanto, como já apontamos, essa proposta aguarda a aprovação

do órgão ambiental do governo do estado de São Paulo; enquanto isso não é possível realizar nenhum corte na área.

A lentidão do processo de licenciamento ambiental simboliza de forma eficaz as contradições fruto de diferentes visões de mundo que estão em jogo nesse campo de lutas ambiental, campo este que se tornou mediador da política fundiária no caso do Guapiruvu. O rigor da lei ambiental, no caso do assentamento agroambiental, vem pautando a política de reforma agrária e dificultando a sua realização. Por outro lado, médios e grandes produtores do bairro seguem, com aparente facilidade, imprimindo um modelo de agricultura que o próprio projeto de assentamento quer fazer frente.

Apuramos junto ao DEPRN dados que ajudam a compreender essa problemática numa escala mais abrangente. Tais dados colaboram para o entendimento do desafio que é implantar um PDS no Guapiruvu, e nos dão pistas das contradições da política de conservação praticada pelo Estado. Dentro do próprio órgão se percebe que a legislação ambiental visa aquelas áreas que já foram degradadas e mesmo assim não consegue ser efetiva, pois não impede mais desmatamentos e nem mesmo garante a recuperação dessas áreas. Tem-se a clareza, em certa medida, de que são as áreas preservadas por um uso mais harmonioso com a natureza as que mais sofrem com as restrições ambientais, como é o caso do Vale do Ribeira. Como se devessem compensar as áreas degradadas das outras regiões do estado de São Paulo.

Dentro da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a região do Vale do Ribeira tem pouca prioridade devido à sua pouca expressão econômica e política. Por isso, contraditoriamente, os recursos financeiros e técnicos da secretaria se destinam às

áreas onde se concentram grandes empresas (indústrias e agroindústrias), projetos de loteamento de alto-padrão etc., ou seja, as áreas do estado que mais desmataram e que continuam imprimindo um modelo de desenvolvimento degradante e excludente.

Dessa forma, a própria política de conservação ambiental leva os camponeses do Vale do Ribeira à informalidade e à ilegalidade. Em geral, os pequenos agricultores não possuem documentação necessária (nem título da terra, nem tampouco outros documentos) que possibilite o seu reconhecimento legal. Assim, o licenciamento ambiental, passo necessário para a realização da política agrícola, se torna mais um impedimento à própria conservação ambiental.

[...] a gente sente isso também na secretaria, sabe: os “tiozinho” do Vale do Ribeira, não tem documento, não tem nada. Você precisa ter o mínimo para fazer o licenciamento, e esse pessoal não tem nada. E aí como é que faz o licenciamento com mil impedimentos legais? Quer dizer, joga esse cara na informalidade e o Estado só vai sentir que ele existe quando ele fizer uma degradação e a polícia for lá e autuar ele. Aí ele vai para o Fórum, para o Ministério Público, para o poder judiciário, aí o Estado vai ver que esse cara existe. E ele aparece como criminoso ambiental. (Carlos Augusto da Cunha Correia Junior, técnico do DEPRN/SMA, entrevista concedida em 16/04/2008)

As contradições da política ambiental nessa escala estadual são percebidas pelos assentados do PDS em nível local. Principalmente quando analisam a prática dos médios e grandes produtores de banana do bairro. O que fica evidente para os pequenos produtores é que as restrições das leis ambientais não recaem com a mesma intensidade e rigor sobre quem possui maior poder econômico. Grandes e médias propriedades praticam desmatamentos ilegais, inclusive com queimadas (fotos 19 e 20); plantam banana em área de preservação permanente, não

respeitando encostas e beiras de rio; e ainda utilizam agrotóxicos fortíssimos e até proibidos fazendo aplicações dos produtos por avião (fotos 21 e 22). Essa prática de aplicação aérea coloca em risco, inclusive, a saúde dos empregados dessas fazendas.

É aí que a gente fica indignado numa coisa, você vê, a gente tudo bem, nós temo uma riqueza aí que a água nossa aqui é uma maravilha, né. Poxa vida, mas as serras tá ficando tudo, aí nós que somos assentados, somos fracos, não conseguimos trabalhar e quem tem dinheiro consegue. Porque você não vê a hora que você passa de Sete Barras vindo pra cá você viu aquele serviço lá? Morro queimado, derrubando, vendendo a lenha, por quê? Porque o cara tem dinheiro, entendeu, o cara tem dinheiro. Aqui os fazendeiros tudo joga [veneno de avião]. Esses dias estava passando num sítio de um camarada aí fazendeiro, você vê o cara com uma máquina costal jogando Furadan em líquido no pé da banana. Quando foi de tarde deu uma trovoada a água foi tudo para o rio. Puxa, aquilo me deixou muito aborrecido, viu. (Dada, assentado, entrevista concedida em 14/01/2009)

Só que eu acho assim eles querem proteger tanto e não protege. Porque tem os fazendeiros aí pra cima que acaba com o rio, joga veneno na água, derrubaram na cabeceira do rio até não sei a onde. Não houve nada com eles. (Dona Antônia Alves, moradora do bairro, entrevista concedida em 13/04/2008)

Isso que a gente vê e acha estranho. A gente acha que tem que proteger. Mas o pequeno tem muito menos condições de devastar do que o grande. Por exemplo, aqui, hoje e ontem os caras jogam de avião o dia inteiro veneno, e vai tudo na água. [...] Eu conheço as misturas, já fui nos lugares que eles jogam de avião, é um veneno perigoso, na verdade. E tem ordem do IBAMA para jogar aí, é isso que eu acho estranho. O veneno mais grave é o Furadan [agrotóxico proibido de ser aplicado na planta já com flor e fruto]. No bananal de Nenê as bananeiras são furadas no pé para jogar o Furadan e forma um monte de riozinho que corre veneno tudo para o rio. Eu sou a

favor da proteção, mas tem que começar pelo que mais destrói.
(Leonel Alves, assentado, entrevista concedida em 13/04/2008)

Foto 19 - Propriedade no bairro do Guapiruvu com morro recém queimado, já com mudas de pupunha plantadas. (jan/09)
Foto: Carina Bernini

Foto 20 - Madeira retirada do morro ao lado, antes da queimada. (jan/09)
Foto: Carina Bernini

Fazer frente ao modelo de agricultura industrial, excludente e destruidor do meio ambiente é um dos objetivos do assentamento agroambiental. Entretanto, o rigor da legislação ambiental, que não aparece como impedimento para a propagação dessa agricultura monocultora no bairro, contraditoriamente, vem sendo a maior dificuldade prática para que a execução de um projeto de agricultura agroecológica e de reprodução do campesinato seja de fato implantada.

Foto 21 - Aplicação Aérea de agrotóxico em bananal no Vale do Ribeira.
Ao fundo área de Mata Atlântica. (20/05/09)
Foto: Revista Carta Capital

Foto 22 - Quadro de aviso de aplicação aérea. A Fazenda Novo Horizonte está localizada no bairro do Guapiruvu, e é vizinha ao PDS. (jan/09)
Foto: Carina Bernini

Assim, o assentamento que deveria ser uma alternativa de fixação do pequeno agricultor na terra, produzindo para seu sustento e conservando, ao mesmo tempo, a floresta atlântica, continua, em alguma medida, mantendo o corte ilegal de palmito e a necessidade de alguns assentados venderem sua força de trabalho fora do bairro. Contraditoriamente, muitos assentados vislumbram no corte de palmito a possibilidade de não perderem a terra, já que segundo o contrato assinado com o INCRA, o afastamento do lote por 90 dias significa a desistência do mesmo. Nesse sentido, está colocada a possibilidade de perda do direito à terra para aqueles que não conseguirem se manter como assentados e nem como palmiteiros. Essas dificuldades de reprodução da família no lote já levaram à desistência de 4 assentados. Pressionados pelo INCRA e pelo grupo de assentados, assinaram formalmente suas desistências antes de deixarem o bairro à procura de trabalho.

Com a crise que tá, falta de serviço o pessoal tá tudo querendo ir embora pro sul trabalhar pra lá. [...] Ai o cara vai perder a posse? Ai o cara não pode perder a posse porque ele não tem serviço, ele não tem como trabalhar na posse também. E o Incra fala que se você ficar 90 dias fora da posse você perde a posse. Tá no contrato nosso, no nosso documento que a gente assinou, né. Então, mas só que veja bem, eu acho, que nem nós já falamos, oh, se nós não podemos trabalhar na posse então o governo que faça um salário para cada um assentado cuidar do mato então. Uai, nós não podemos trabalhar, como que nós vamos ficar toda vida aí tipo trabalhando no pedacinho de terra lá. Que nem eu plantei 4 kg de feijão aí o ano que vem eu vou plantar aquele mesmo 4 kg ali naquele mesmo lugar, então aí infelizmente aí tá ruim, né, entendeu. (Dada, assentado, entrevista concedida em 14/01/2009)

As dificuldades de realização do projeto pelo INCRA no bairro também foram alvo da fala de Caio, técnico do órgão, em sua entrevista. Destacou o papel fiscalizador que vem desempenhando, que, segundo ele, tem criado uma relação conflituosa entre o

INCRA e os assentados. Disse que, apesar de sua função ser de técnico agrícola, tem sido responsável pela viabilização burocrática dos créditos para implantação do assentamento e pela fiscalização, em campo, da dedicação dos assentados em relação aos seus lotes. Afirmou que a imagem do INCRA tem sido de um órgão fiscalizador, que define o que se pode fazer, notifica desmatamentos e monitora a ação dos assentados.

A atuação do INCRA na região do Vale do Ribeira é bastante recente. Podemos dizer que, no âmbito das políticas de reforma agrária, o PDS Alves, Pereira e Teixeira representa a primeira ação do órgão nessa região do estado de São Paulo. Um indício desta atuação tardia é o próprio desprovimento de infra-estrutura física e de equipe técnica do órgão na região do Vale do Ribeira. Esta precariedade contribui para a lentidão das ações burocráticas de efetivação do assentamento e mesmo para as dificuldades de atuação em campo dos técnicos agrícolas. Ademais, esse quadro regional em relação à atuação do INCRA nos permite analisar a configuração de forças no campo de lutas da reforma agrária no âmbito estadual e até mesmo nacional. Não é por acaso que o INCRA não tem tradição de atuação no Vale do Ribeira e que sua ação se inicia com uma implantação de um PDS, que tem como foco principal de realização, a questão da conservação ambiental.

As ações de reforma agrária e regularização fundiária na região do Vale do Ribeira são atribuições sobretudo do ITESP, que desde a sua criação em 1991 é responsável pela realização das políticas agrárias no estado de São Paulo. Entretanto, os resultados de tais ações também têm sido, em grande medida, mediados pela política ambiental, nem sempre resultando em reconhecimento das pequenas posses. O estabelecimento da legislação ambiental (licenciamento ambiental, estabelecimento de reserva legal etc.) vem, no caso da região do Ribeira,

agravar a situação de conflito fundiário que já existia devido à lentidão das ações discriminatórias e à não titulação das propriedades dos pequenos posseiros. No caso do estabelecimento de áreas protegidas também não se verifica o reassentamento das comunidades moradoras o que em muitos casos causa o aumento da situação de precariedade em que os posseiros se encontram em relação à propriedade da terra.⁵⁸

O direito à terra, quando é reconhecido nesta região, tem sido subordinado à necessidade de conservação ambiental. Assim, a legitimidade do direito à terra não é entendida como fruto da antiguidade da posse e do caráter familiar da produção, mas principalmente como resultado da possibilidade de esses modos de vida tradicionais conservarem os ecossistemas que precisam ser protegidos. No caso do assentamento estudado fica muito clara a expressão dessa característica uma vez que a Fazenda Boa Vista teve que ser desapropriada pelo INCRA, mesmo havendo fortes indícios da ilegalidade da propriedade da terra. Na verdade, o direito legítimo à terra pelos posseiros não foi de fato reconhecido. E o estabelecimento de um assentamento de reforma agrária do tipo PDS demonstra fortemente o deslocamento de uma questão que podia ser tratada como fundiária (caberia realizar a regularização fundiária dos posseiros) para a questão essencialmente ambiental. A comunidade do Guapiruvu, portanto, reforça o caráter de classe que está subjacente a discussão do acesso à terra pelas comunidades tradicionais camponesas. Especialmente nesse caso em que o grupo desde há muito se encontrava em luta, contra os interesses de outros grupos, para manutenção da posse ocupada historicamente.

⁵⁸ Mesmo enfrentando resistências de uma série de atores sociais relacionados aos interesses da propriedade da terra no Vale do Ribeira, há que se destacar a atuação do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) no trabalho de reconhecimento e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombo no Vale do Ribeira.

Ao condicionar a possibilidade de direito a terra às regras do Projeto de Desenvolvimento Sustentável, e, portanto, às restrições ambientais que ele impõe, a política fundiária se tornou refém da política ambiental. E nesse campo de lutas ambiental se travam disputas conceituais e ideológicas que retardam a aprovação do licenciamento ambiental.

Dentro da secretaria do meio ambiente, a concessão da licença prévia de funcionamento do assentamento simboliza uma queda de braço entre a visão preservacionista de proteção à natureza (defendida por posições como a do “Desmatamento Zero”) e a visão conservacionista que, ainda que tendendo a uma concepção reducionista de tradição e à sua equiparação à idéia de práticas sustentáveis de uso da natureza, tenta valorizar as comunidades camponesas tradicionais.

Como demonstrou o depoimento dos técnicos envolvidos no projeto, a visão preservacionista tende a prevalecer principalmente quando percebemos a lentidão do processo de licenciamento ambiental, mas também quando relacionamos essa resistência à sua aprovação, por outro lado, às características da grande maioria dos projetos agropecuários do restante do estado. Segundo essa visão, é preciso garantir algumas áreas preservadas (as UC's e os territórios de comunidades tradicionais, não por acaso ambas no Vale do Ribeira) e salvas do desenvolvimento que já destruiu e continuará destruindo as demais áreas do estado. Revelando uma clara dificuldade em perceber que a necessidade de conservação ambiental passa, ao mesmo tempo, pelo questionamento do modelo de desenvolvimento baseado na busca desenfreada do lucro e apoiado numa estrutura fundiária concentrada e fundamentada na monocultura, característica dominante do estado de São Paulo e do país.

A área do PSD vinha sendo utilizada historicamente por cerca de 40 famílias, mas o projeto de reforma agrária aumentou consideravelmente esse número (72, a princípio), adensando as famílias numa área com características ambientais que dificultam a extensão da prática agrícola. Como vimos no capítulo 2, além da quantidade de mata atlântica em estado avançado, a área apresenta também um relevo acidentado e uma abundância de recursos hídricos. Essa situação é representativa das contradições do encontro entre os campos de luta ambiental e agrário. Ora, o INCRA é pressionado para realizar uma ação de reforma agrária atendendo às exigências da política ambiental, e por isso, implanta um PDS nesta área, ocupada historicamente por 40 famílias. Mas por outro lado também atende às pressões sociais e políticas, concernentes a luta pela terra, assentando um número de famílias superior àquele que a área de fato suporta, já que existe uma demanda por terra pelas famílias camponesas do bairro.

É possível então indagar porque não “desapropriar” uma área maior e/ou mais adequada para o projeto de desenvolvimento sustentável. Contíguas ao assentamento encontram-se fazendas de médios e grandes proprietários, em áreas mais baixas e mais propícias para o uso agrícola. Algumas dessas áreas também eram ocupadas pelas famílias Ales, Teixeira e Pereira ao longo dos seus anos de permanência nesse território. Mas, conforme vimos, foram sendo “compradas” pelos médios e grandes proprietários que se dirigiram ao bairro, sobretudo a partir de 1960. Conduzir um projeto de reforma agrária para essas áreas significaria discutir e questionar o direito de propriedade dessas terras e ainda fazer frente a um modelo de agricultura que concentra a terra e a renda, não absorve mão-de-obra e ainda é extremamente prejudicial ao meio ambiente.

Experiências inovadoras como o PDS Alves, Teixeira e Pereira, que são a expressão prática do reconhecimento recente de que comunidades tradicionais camponesas podem (e devem!) conviver com áreas naturais protegidas nos convidam, então, à reflexão e ao debate de questões estruturais: a característica da estrutura fundiária no Brasil, o conceito de desenvolvimento, a relação da sociedade com a natureza e a ação política dos diversos sujeitos sociais atuantes no campo das políticas agrárias e ambientais. E ainda nos proporcionam o entendimento de que essas questões devem ser tratadas à luz da compreensão de que os sujeitos sociais atuam nas situações objetivas (que se dão num campo composto por correlações de forças em processo constante de transformação) a partir da (re)interpretação das suas experiências acumuladas.

Considerações Finais

A análise do processo de construção do Assentamento Alves, Teixeira e Pereira buscou entender as contradições relacionadas com as definições do uso da terra e da natureza nesse território, transformado recentemente em assentamento, mas ocupado historicamente pela comunidade do Guapiruvu.

Derivado de uma longa luta política pela terra, o assentamento agroambiental revelou-se um espaço de disputas envolvendo diferentes atores sociais atuantes nos campos de luta ambiental e da questão agrária. A afirmação de seu modo de vida tradicional pela comunidade do Guapiruvu favoreceu sua aproximação com os órgãos do Estado responsáveis pela política de reforma agrária e de conservação ambiental, resultando no reconhecimento de seu direito à terra, mas, ao mesmo tempo, tal estratégia trouxe grandes dificuldades para a efetivação desse direito.

A vizinhança com uma unidade de conservação de proteção integral, as características ambientais do bairro, e o perfil da organização comunitária e política da comunidade, determinaram o enquadramento do assentamento dentro do Projeto de Desenvolvimento Sustentável, política especial do INCRA direcionada às comunidades tradicionais extrativistas e moradoras de áreas florestadas.

O tipo de assentamento e as características ambientais do imóvel definem restrições em relação aos sistemas de cultivo e ao manejo de espécies florestais, mas tem sido sobretudo a dificuldade de aprovação do licenciamento ambiental do projeto, que tem se arrastado por um período de quatro anos, o que tem impedido que qualquer ação efetiva de implantação do assentamento se realize, uma vez que não se pode concretizar plenamente as ações propostas no plano de utilização do assentamento.

A tradição da comunidade do Guapiruvu, que inclui uma relação mais harmoniosa com a natureza, é o fundamento do reconhecimento do seu direito à terra e foi aquilo que legitimou sua luta. Entretanto, a análise da territorialização dos assentados e da espacialização das políticas de reforma agrária e de conservação ambiental, nos indicou a prevalência do entendimento dessa tradição por parte do Estado de forma idealizada. Parte dos conflitos entre os assentados e os agentes do Estado está diretamente relacionada com a redução dos aspectos simbólicos da tradição, já que há uma apreensão superficial que privilegia os aspectos objetivos do modo de vida da comunidade do Guapiruvu. Essa apropriação da tradição que não leva em conta as múltiplas dimensões da existência tradicional resulta na tentativa de um enquadramento rígido do modo de vida desta comunidade às exigências dos órgãos ambientais.

Percebemos que a questão da tradição é transformada em fundamento para definições legais, e para a garantia de direitos, no campo jurídico, que está estruturado com base em princípios da sociedade moderna, que se funda na idéia de universalidade e no direito do indivíduo (fundamentos do direito positivo). O modo de vida tradicional é, então, situado numa escala temporal linear e entendido como parte de um tempo histórico passado. Assim, esse diferente terá direito a permanecer identificado com suas tradições, teoricamente, apenas se se mantiver de alguma forma fiel a suas características culturais "genuínas". Daí a convergência com a idéia de preservação do patrimônio cultural, subjacente às políticas de garantia de direitos às comunidades tradicionais, incluindo os remanescentes de quilombo e até mesmo os povos indígenas.

Percebemos o avanço político (porém que revela novas contradições) concernente às políticas especiais para as comunidades tradicionais, especialmente a Política

Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT, decreto 6040 de 2007) que reconhece o que são comunidades tradicionais, busca a garantia dos seus territórios e o cumprimento dos direitos básicos a essas comunidades. Entretanto percebemos a complexidade que envolve a realização desses direitos na sociedade moderna capitalista.

Alfredo Wagner (2002) contribui para que relacionemos o tratamento idealizado das comunidades tradicionais (incluindo os quilombos) com um entendimento equivocado do caráter e do papel dessas comunidades, recorrente desde os primeiros instrumentos jurídicos que versam sobre quilombos, ainda no Brasil colônia. Tal entendimento, segundo ele, estaria na origem de uma interpretação idealizada dessas comunidades no período atual.

O autor sugere que este tratamento idealizado das comunidades tradicionais, especialmente no caso das comunidades quilombolas, remete a um entendimento equivocado da sua relação com a sociedade, desde os antigos quilombos, formados durante o período do Brasil colônia e do sistema escravista. O autor demonstra que a sobrevivência dos quilombos esteve freqüentemente relacionada com a transação comercial da produção agrícola e extrativista dos quilombos com o que estava além das suas fronteiras físicas. Por isso, a idéia de isolamento deve ser relativizada, já que, além de relações comerciais, os quilombos estavam, segundo Wagner, localizados muitas vezes dentro ou próximo às grandes propriedades baseadas na *plantation*. Mas propunham uma relação diferenciada com a terra, organizada em uma lógica de cultivo (roças) e relações de trabalho que significavam a liberdade em relação ao trabalho forçado das fazendas. Assim, desde as primeiras definições do que eram os quilombos não se consideravam os aspectos subjetivos das suas práticas nem mesmo a relação contraditória que mantinham com a sociedade

escravagista da época. Essa idéia simplificada do que eram os quilombos, presente ainda na interpretação dos instrumentos jurídicos de hoje, dificulta o processo de reconhecimento dessas comunidades e o seu enquadramento nas políticas públicas de acesso a direitos.

A idealização da tradição impede a percepção da dinâmica que caracteriza os modos de vida tradicionais em seus ajustes freqüentes às novas situações em que as comunidades são submetidas no processo histórico. Além disso, dificulta o entendimento de que tais comunidades são parte do jogo de forças político em torno das questões agrárias e ambientais (dentre outras), não estando apartadas desses campos de luta.

Quando associada à necessidade de conservação da natureza, essa leitura da cultura, que não contempla as transformações a que estão sujeitas as tradições, apresenta convergência com a idéia de conservação do patrimônio cultural. Assim, a concepção idealizada e reducionista da tradição das comunidades camponesas tem sido privilegiada no estabelecimento das políticas ambientais, já que se entende que para conservar a natureza é preciso preservar as comunidades tradicionais.

O empobrecimento da noção de tradição e a própria defesa da conservação da natureza com base em práticas estranhas às da comunidade resultam na adequação da “tradição” às exigências da conservação ambiental. A adoção de técnicas agroecológicas, nesse contexto, indica o que é prioritário de ser preservado.

Essa apreensão unidimensional da tradição poderia ser considerada como uma das sementes dos conflitos que surgem a partir do estabelecimento das políticas de

reconhecimento do direito de acesso a terra e da realização prática dos instrumentos de (re)organização dos territórios dessas comunidades tradicionais.

Não estamos com isso querendo dizer que a comunidade do Guapiruvu, assim como outras comunidades tradicionais, não deva ter direitos devido ao fato de ser detentora de uma tradição historicamente incorporada. Mas que, sobretudo, que essa tradição precisa ser compreendida de uma forma mais complexa. São tradicionais porque apresentam outra visão de mundo e um projeto de futuro diferenciado, aspectos que precisam ser recuperados - considerando sua relação dialética com a sociedade – na avaliação dos conflitos que surgem na realização de um projeto de assentamento como o PDS Ales, Teixeira e Pereira.

A consideração da dimensão simbólica e sua relação dialética com as novas situações ao longo da história da comunidade poderá contribuir para pensarmos a tradição de uma forma que não seja estática. E nesse caminho seria de suma importância o envolvimento e a contribuição mais efetiva de geógrafos, antropólogos e sociólogos na realização de projetos de assentamento rural ou de projetos de desenvolvimento junto a essas comunidades.

Além disso, queremos chamar a atenção para o fato de que as questões da tradição e da conservação do meio ambiente precisam ser consideradas sob uma ótica mais ampla. Devem ser analisadas dentro da discussão das formas de propriedade da terra e da natureza, ou seja: os limites ou não do uso da natureza estão relacionados com as questões da estrutura agrária brasileira e da luta pela terra da classe camponesa, da qual fazem parte tais comunidades tradicionais.

O caso do Guapiruvu sinaliza para a forma que a sociedade contemporânea encontrou para tratar a questão ambiental sem refletir sobre seus fundamentos mais

amplos. Há um deslocamento da discussão da questão fundiária para a questão ambiental, e esse deslocamento é recorrente no Vale do Ribeira, em São Paulo, mas também em outras regiões do Brasil que apresentam características semelhantes. É preciso recolocar a questão ambiental e o tratamento destinado às comunidades tradicionais dentro da análise da apropriação e do uso da terra e da natureza. E, nesse contexto, a Geografia tem muito a contribuir a partir de seus estudos sobre a relação sociedade-natureza na contemporaneidade.

O entendimento de que os assentados do Guapiruvu, enquanto comunidade tradicional que são, constituem um segmento de uma classe social significa dizer que o tratamento político da questão deve passar por outros fatores. Os problemas relacionados ao acesso à terra, ao regime de propriedade vigente e aos usos da terra realizados por comunidades tradicionais camponesas devem ser questões analisadas como pertencentes ao caráter desigual e combinado que caracteriza o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Ou seja, precisam ser analisados em face de um processo de desenvolvimento que privilegia, no Brasil, uma estrutura fundiária baseada em grandes propriedades, com a produção de gêneros agropecuários voltados para a exportação, e que utiliza um pacote tecnológico prejudicial ao meio ambiente; mas que ao mesmo tempo proporciona a (re)criação de modos não-capitalistas de produção, como é o caso das comunidades camponesas que reproduzem suas vidas a partir de uma relação mais próxima da natureza.

A morosidade do processo de licenciamento ambiental do assentamento Alves, Teixeira e Pereira reflete a resistência ou a demasiada cautela em relação à aceitação da permanência de populações no entorno ou dentro de áreas protegidas. Essa postura revela o entendimento dominante na sociedade contemporânea para

quem a natureza está distante do homem e com quem sua forma de relação característica se dá pelo usufruto. Assim, é preciso conservar áreas intocadas do desenvolvimento para que se assegure o acesso a recursos naturais num futuro. Para a corrente preservacionista, a garantia deve acontecer por meio da separação total dessas áreas da ação do homem. Já aqueles que percebem a relação da conservação com o uso de comunidades tradicionais, apregoam a conservação dessas comunidades como forma de preservação da natureza.

Diante desses conflitos, que políticas seriam coerentes com uma visão de sociedade em que em primeiro lugar se põe o sujeito, entendendo que esse sujeito, ao existir no mundo, produz necessariamente o espaço e se territorializa coexistindo e se relacionando com o meio ambiente do qual ele faz parte (e que, por isso, a sociedade depende, portanto, de uma relação mais adequada com a natureza)?

O movimento que constitui a sociedade contemporânea é tenso e contraditório: reconhece-se a necessidade de transformação da relação sociedade-natureza, mas, sobretudo, a partir da manutenção dos modos de vida que se construíram de forma mais harmonizada com a natureza. Deseja-se assegurar que as comunidades tradicionais tenham direito a vida, a partir de seus *habitus*, de sua tradição incorporada, mas dentro de uma sociedade que está estrangulada por um movimento mais geral. Em face dessa realidade complexa, tende-se a colocar toda a responsabilidade de conservar o meio ambiente para essas comunidades. Como se tivessem que permanecer “tradicionais” para que toda a sociedade possa ser cada vez mais moderna!

Bibliografia

ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In O'DWYER, E. C. (org.)

Quilombos: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV editora, 2002.

ARENDT, H. O Declínio do Estado-Nação e o fim dos direitos do Homem. In

Origens do Totalitarismo: Imperialismo, a Expansão do Poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.

_____. **A Condição Humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BOURDIEU, P. **O Desencantamento do Mundo**: Estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. Esboço de uma Teoria da Prática. In ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p.46-81.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Os Usos Sociais da Ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRANDENBURG. A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. In **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: Caminhos da agricultura agroecológica. Curitiba: Editora UFPR, n.6, 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria nº. 477/99**. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/arquivos/0162600143.pdf>> Acesso em 11 de abril de 2007.

_____. Superintendência Regional de São Paulo. Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento. **Plano de Utilização**. PDS Assentamento Agroambiental Alves, Teixeira & Pereira. São Paulo: 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.040** de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em <<https://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>> Acesso em 22 de agosto de 2009.

BARBOSA, M. & MOURA, M. M. Direito oficial e direito costumeiro no Brasil. In **Temas IMESC, Sociedade, Direito, Saúde**. São Paulo, vol. 3, n 2, p.159-182, dez 1986.

BERNINI, C. I. **Guapiruvu (Sete Barras-SP):** um encontro contraditório entre ambientalismo e luta pela terra. 2005. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito:** Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades/34, 1954.

CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In GUIMARÃES, A. Z. **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980. p.87-121.

CMMAD (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec/USP, 2004.

GÖTSCH, Ernest. **Homem e Natureza: Cultura na Agricultura**. 2 ed. Recife: Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, 1997. Disponível em <<http://www.agrofloresta.net/bibliotecaonline/homemenatureza/#topo>> Acessado em 25/03/2009.

JUSTO, M. G. **Capim na fresta do asfalto**: conflito agrário violento e justiça. São Paulo: Humanitas, 2002.

MARINHO, M. de A. **Conflitos e possíveis diálogos entre Unidades de Conservação e populações camponesas**: Análise do Parque Estadual Intervales e o bairro do Guapiruvu (Sete Barras, Vale do Ribeira/SP). 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2007.

MARQUES, M. I. M. **Modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB**. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

_____. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária**: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2000.

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOURA, M. M. **Os Deserdados da Terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MÜLLER, G. **Estado, estrutura fundiária e população**: ensaio sobre estagnação e incorporação regional. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.

NUNES, M. **Do Passado ao Futuro dos Moradores Tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia Física).

Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2003.

PAOLIELLO, R. M. **As tramas da herança**: da reprodução camponesa as atualizações dos sentidos da transmissão da terra. 1999. Tese (Doutorado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, FFLCH/USP, São Paulo, 1999.

PETRONE, P. **A Baixada do Ribeira**: Estudo de Geografia Humana. 1961. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 1961.

_____. A Baixada do Ribeira: Estudo de Geografia Humana In Boletim n. 283, Geografia n. 14, FFLCH/USP, São Paulo, 1966.

_____. Notas sobre os Sistemas de Cultura na Baixada do Ribeira, SP. In Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 39, p. 47-63, out. 1961.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (Des)caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Geo-Grafías**. Movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. México: Siglo XXI, 2001.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. **Decreto nº. 6040**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>

Acesso em 11 de abril de 2007.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos Orais: do Indizível ao Dizível. In SIMSON, O. M. V. **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988, p.14-43.

_____. **Bairros Rurais Paulistas**: dinâmica das relações bairro rural – cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

_____. **Vale do Ribeira**: pesquisas sociológicas. São Paulo: FFCL, 1969.

SILVA, S. **Camburí, território de brancos, negros e índios no limite do consenso caiçara**: transformações de uma população tradicional camponesa. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2004.

SILVA, S. S.; PAULA, E. A. Floresta! Para que te quero. **Anais do VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural - ALASRU**. Quito: ALASRU, 2006.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Matuchos**: exclusão e luta. Do sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

TODESCO, C. **Estado e Terceiro Setor na Organização do Espaço para o Turismo no Vale do Ribeira**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2007.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**: A árvore da liberdade. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VITAE CIVILIS & AGUA. **Agenda 21 do Bairro do Guapiruvu (Vale do Ribeira, SP)**. Sete Barras: Vitae Civilis - Instituto para o desenvolvimento Meio Ambiente e Paz & AGUA - Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Guapiruvu, 1998.

VITAE CIVILIS. **“Da Mata à Casa”**: Conservação e Desenvolvimento Sustentado na Mata Atlântica, Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. São Paulo: Vitae Civilis, dez. 1997. (Relatório de Projeto)

WOORTMANN, K. Com Parente Não se Negueia. O Campesinato como Ordem Moral In **Anuário Antropológico**. Brasília: UNB/Tempo Brasileiro, 1990.

ZAN, J. R. **Conflito de terra no Vale do Ribeira**: estudo sobre os pequenos posseiros em luta pela terra no município de Sete Barras. 1986. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, São Paulo, 1987.

Anexos

Anexo A – Processo 20/66 referente a ação de Usucapião movida por moradores do Guapiruvu em 1966

Usucapião – Proc. 20/66 – Eldorado

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Comarca
de ELDORADO.

*Dependência ao 1º ofício.
D.R.P. Citação e representação
para comparecimento e vista.
Eldorado, 4/8/66.*

*Resolvo o acórdão nos autos
"em dependência ao 1º ofício"*

ANTÔNIO PEDRO TEIXEIRA, também conhecido por ANTÔNIO VERÍSSIMO TEIXEIRA e sua mulher ROSA TEIXEIRA; LÚ-
ZIOMANOEL GATO; ANTÔNIA TEIXEIRA; ANTÔNIO ALÍCIO PEREIRA,
solteiro; QUIRINO JÚLIO DA SILVA, solteiro; ANTÔNIO ALVES
FILHO, solteiro; DOMINGOS JUSTINO GONÇALVES, solteiro; AL-
TINO ALVES; ANTÔNIO MANOEL PEREIRA, solteiro; LUZIA CRISTI
NA RODRIGUES, viuva; JOÃO ALVES JUNIOR e sua mulher SEBAS-
TIANA DA ROSA; e ANTÔNIO MANOEL GATO, viuvo; tódos brasi-
leiros, lavradores, nascidos e criados no Bairro da Água
Morta, no Rio do Etã, Distrito e Município de Eldorado, des-
sa Comarca, onde residem e são domiciliados, nesta represen-
tados pelo advogado infra-assinado, na qualidade de patro-
no dativo nomeado por êsse respeitavel juízo – nos termos
do parágrafo único do artigo 68 do Código de Processo Civil,
WALTER PINTO RIBAS, brasileiro, casado, inscrito sob nº . .
3.900 na "Ordem dos Advogados do Brasil" – Secção de São
Paulo, com escritório na Cidade de Jacupiranga à Rua Fran-
cisco José de Lima Junior nº 76, onde receberá as intima-
ções e comunicados de seu ofício, tudo na conformidade com

o alvará incluso, fundados nos artigos 136, alínea VI, do Código Civil Brasileiro e 676 alínea VI combinado com o de número 117 do estatuto processual civil, vêm, mui respeitadamente perante Vossa Excelência, a fim de expôr e requerer o seguinte:

1) - Os suplicantes, estão promovendo nesse respeitavel juizo uma ação de usucapião extraordinário com fundamento do artigo 550 do Código Civil, a ser processada nos precisos termos das disposições contidas nos artigos 454 e seguintes do Código de Processo, com a citação dos herdeiros e sucessores dos "Espólios de Joaquim de Barros Penteado e de Dona Anna Cândida Gomide de Barros", em nome dos quais está transcrito o imóvel usufruindo.

2) - Ocorre, todavia, que o inventariante e herdeiro de nome MARCELO PIO DA SILVA, ao tomar conhecimento da intenção dos suplicantes de se valer das disposições legais vigentes - para promover nesse respeitavel juizo o reconhecimento de seus direitos firmados no decurso de mais de 1 (um) século de posse mansa, pacífica e sem solução de continuidade, coadjuvado por numeroso grupo de indivíduos declassificados - passou a praticar contra a propriedade adquirida pelos usucapiantes e contra a própria pessoa física dos mesmos toda a sorte de violências e arbitrariedades capituladas no Código Penal Brasileiro.

3) - Assim, êsse grupo de malfeitores, entre os quais se encontra o próprio inventariante MARCELO PIO DA SILVA, além de ANTÔNIO ITALIA, "DANGO BAIANO", RAIMUNDO DE OLIVEIRA, ELIAS "PALMITEIRO", "NEGRO CAPEVA"

Antônio Silva

-3- 4

e outros, fortemente armados de um e dois revólveres cada um e de armas longas de repetição, dispondo de munição às mãos cheias, locomovendo-se rapidamente com o auxílio de viaturas de sua propriedade, lançaram pânico entre os possuidores de terras localizadas entre os rios "Etá", "Braço do Etá", "Água Morta", "Nhápindá" e "Felipe", onde estão queimando ranchos e outras benfeitorias rústicas, arrancaram cercas, destruíram plantações, cortaram árvores frutíferas antigas e destróem toda a sorte de testemunhos que atestam a posse longeva dos suplicantes, além de abater-lhes as suas aves domésticas.

4) - Evidentemente, com a prática de tais e tantos atos criminosos, pretendem os titulares dos direitos hereditários desses tratos de terras - já, inapelavelmente fulminados pela prescrição aquisitiva, a fugentar os seus atuais legítimos detentores pela violência e destruir as provas materiais de sua permanência nas paragens atingidas pela usucapião, cujo reconhecimento judicial foi requerido pelos usucapiantes para que produza seus efeitos "ipso jure".

5) - Destarte, para que os usucapidos não frustem pela violência e com o emprego de meios defeitos pelas leis civis e criminais os direitos adquiridos pelas suplicantes e seus antecessores - repita-se: no decurso de mais de 1 (um) século, há a necessidade premente e inadiável de se realizar uma vistoria judicial nas paragens "sub judice", como medida assecuratória dos direitos cujo reconhecimento está sendo processado pelas vias legais.

alter. G. m. f. o. i. b. g.

-4- 5

Nessa conformidade, impoe-se, "data venia", a realização de uma vistoria "ad perpetuum rei memoriam" para verificação das condições acima denunciadas, possibilitando, ao mesmo tempo, a avaliação dos prejuízos decorrentes dessa usurpação e sua consequente reparação civil e criminal por parte dos suplicados.

Outrossim, na conformidade com o disposto no artigo 684, parágrafo único, e artigo 685, do Código de Processo Civil, requerem os suplicantes a intimação dos interessados para sua prévia ciência, que são os constantes do ról abaixo, para, se quizerem, assistir ao processamento e a realização da vistoria requerida, com atendimento do preceituado no artigo 129 do estatuto processual, cujos autos deverão ser apensados aos autos principais da ação de usucapião em curso.

Dando à presente o valor de R\$500.000 (quinhentos mil cruzeiros), requerem, ainda, seja a mesma distribuída por dependência ao Cartório do 1º e 2º Ofício, por se relacionar com a ação de usucapião já referida e em tramitação nessa serventia e à qual deverá ser reunida, tudo na conformidade com o previsto nos artigos 50, parágrafo 2º e artigo 116, ambos do Código de Processo Civil.

Termos em que pedem e esperam deferimento.

De Jacupiranga para Eldorado, 12 de agosto de 1.966.

Walter Pinto Ribas :.
(Inscr. nº 3.900 - O.A.B., S.S.P.)
Patrono Detivo

-5- 6

Ról dos suplicados a ser intimados, na conformidade com as disposições contidas no artigo 685 do Código de Processo Civil:

Carlos Thomaz Whately e sua mulher Maria Izabel Thomaz Whately, proprietários, domiciliados e residentes na Comarca da Capital à Rua Bélgica nº 266, (Jardim Europa).

Orlando de Souza Rodrigues e sua mulher Dona Ruth Bayeux Rodrigues, proprietários, domiciliados e residentes à Rua Professor Muniz, 468, Comarca da Capital.

Eduardo de Oliveira Assumpção e sua mulher Dona Maria Gisele De Lamare Assumpção, proprietários, domiciliados e residentes na Comarca da Capital, à Rua João Cachoeira, 1.076.

Marcelo Pio da Silva e sua mulher Dona Ândida Gomide de Barros, proprietários, domiciliados e residentes na Comarca da Capital à Rua Grécia nº 292, Bairro Jardim Europa,

tôdos domiciliados e residentes na Cidade de São Paulo, brasileiros, capazes.

De Jacupiranga para Eldorado, 1º de agosto de 1.966.

Walter Pinto Ribas :.

Conclusão

A seguir faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Dr. Juiz
de Direito Dr. *[assinatura]* e faço este termo
em, *[assinatura]* escrivão, subscrito.

Conclusos em 28/6/67

Vistos, etc.

Este processo, apurando as várias
petições nele juntadas por vários in-
teressados, ainda se encontra na fase
do art. 455 do C.P. Civil. A justifica-
ção promovida demonstra, em prin-
cípio, a ocupação pelos autores das
áreas mencionadas há longo espaço
de tempo, pelo que há por bem de-
clarar justificada a posse.

Nos autos para os fins dos §§
1º e 2º do art. 455 do C.P. Civil.

Futimem-se.

E. Paulista, 5-7-67

[assinatura]

• Coto •

em 5-7-67

Escrivão

Certidão

Certifico que por carta registrada conforme cópia em frente,
intimei dr. Walter Pinto Ribas, da sentença supra. O referido
é verdade e dou're.

Eldorado, 5 de julho de 1967.

Anexo B - PORTARIA INCRA/P/Nº 477

04 de Novembro de 1999

O PRESIDENTE, SUBSTITUTO, DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 4º, § 2º, e 20, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 966, de 27 de outubro de 1993, combinado com o art. 24 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MAARA nº 812, de 16 de dezembro 1993, e de conformidade com a delegação de competência prevista na Portaria INCRA/P/nº 57, de 09 de março de 1999, publicada no Diário Oficial do dia 11 seguinte:

CONSIDERANDO as recomendações da Comissão Interinstitucional – Portaria Interministerial/P/nº 1/99, de 24 de setembro, D.O.U de 27 de setembro, entre os Ministério de Estado Extraordinário de Política Fundiária - MEPF e o Ministério de Estado do Meio Ambiente - MMA;

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Reforma Agrária deve ser um fator básico de conservação dos biomas brasileiros e da floresta amazônica, em particular; CONSIDERANDO que a manutenção da atividade extrativista tradicional e o apoio às populações que a desenvolvem são fatores determinantes para a conservação da biodiversidade.

CONSIDERANDO que a legalização das terras que as populações extrativistas tradicionalmente habitam deve vir acompanhada de uma política para a economia extrativista que viabilize suas atividades e que permita a estas populações produzir, comercializar sua produção e, em consequência, continuar habitando e defendendo a floresta;

CONSIDERANDO que as florestas brasileiras demandam um programa de reforma agrária que respeite as formas tradicionais de ocupação e produção, resolve:

Art. 1º - Criar a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental;

Art. 2º - Destinar as áreas para tais projetos mediante concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias - associativista, condominal ou cooperativista;

Art. 3º - Estabelecer que os Projetos de Desenvolvimento sustentável - PDS's serão criados no atendimento de interesses sociais e ecológicos e contará com participação do Ministério de Estado do Meio Ambiente - MMA e do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS. Esta modalidade de projeto terá as bases de sustentabilidade e promoção de qualidade de vida como seus pontos determinantes.

Art. 4º - Estabelecer que a criação de projetos dessa modalidade somente ocorrerão em terras de dominialidade de organismos federais, estaduais e municipais.

Art. 5º - O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA baixará, no prazo de sessenta dias, os atos normativos complementares, objetivando a execução da presente Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor sessenta dias após a data da sua publicação.